

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

ARTHUR VICTOR GONÇALVES GOMES DE BARROS

**“A pobreza como estopim da revolução”: a Aliança para o Progresso em Pernambuco
(1959-1964)**

Recife

2017

ARTHUR VICTOR GONÇALVES GOMES DE BARROS

**“A pobreza como estopim da revolução”: a Aliança para o Progresso em Pernambuco
(1959-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Mestre
em História.

Orientadora: Profa. Dra. Christine Rufino Dabat

Recife

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B277p Barros, Arthur Victor Gonçalves de.
“A pobreza como estopim da revolução” : a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964) / Arthur Victor Gonçalves Gomes de Barros. – 2017.
144 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Christine Rufino Dabat.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em História, 2017.
Inclui referências.

1. Pernambuco - História. 2. Guerra Fria. 3. Política internacional. 4. Aliança para o Progresso. I. Dabat, Christine Rufino (Orientadora). II. Título

981.34 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-250)

ARTHUR VICTOR GONÇALVES GOMES DE BARROS

**“A pobreza como estopim da revolução”: a Aliança para o Progresso em Pernambuco
(1959-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como um dos requisitos para a obtenção do grau de mestre em História.

Aprovada em: **22/02/2017**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Orientadora (Departamento de História/UFPE)

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Abreu e Lima
Membro Titular Interno (Departamento de História/UFPE)

Prof.^a Dr.^a Suzana Cavani Rosas
Membro Titular Interno (Departamento de História/UFPE)

Prof. Dr. Thomas Dyson Rogers
Membro Titular Externo (Emory University)

Prof. Dr. Daniel Alvares Rodrigues
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco)

AGRADECIMENTOS

Todas as noites antes de dormir, durante a construção desta narrativa, sempre perguntava se conseguiria concluir este projeto. Muitas dificuldades foram apresentadas durante a jornada. Sem dúvida, o tempo curto se mostrou o principal inimigo a ser derrotado. Com o apoio de familiares, amigos e colegas de trabalho foi possível terminar a pesquisa. Nesse espaço, gostaria de agradecer aquelas pessoas que contribuíram direta ou indiretamente a escrita desta dissertação.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a orientação realizada pela Profa. Dr. Christine Dabat. Apesar de distantes temáticas, seu vasto conhecimento colaborou na ampliação dos meus horizontes históricos. Sou grato pelas contribuições aos estudos da Ásia, África, entre outros, se desvinculando do ponto de vista europeu e consolidando um ponto de vista histórico de dimensões globais.

A minha família agradeço pelo apoio. A minha mãe Risolene e minha Vó Ziza, presto esta homenagem e dedico este trabalho. Exemplo de mulheres, inspirando seus familiares a serem batalhadores e nunca desistirem de seus objetivos. Ao meu pai, José Maurício, que investiu na minha educação. Meus tios, Rosineide Gomes e Ronaldo Gomes; meus primos, Elaine Cristina, Rapahel Gomes, Lukas Wallace, Livia Cristiane e Luan Rafael. Não posso deixar de agradecer aos que, de certa forma, são parte deste grupo, Marcos Antônio, esposo de minha mãe e Silvia Barros, esposa do meu pai.

Durante esta jornada muitas amizades foram consolidadas. Neste espaço gostaria de agradecer dois amigos em especial que contribuíram para composição deste trabalho. Ao meu amigo Geraldo Lelis – carinhosamente chamado de Geraldo *Engels* – e Emanuel Moraes. As conversas que tivemos muito contribuíram para composição deste trabalho. Não posso esquecer das trocas de leituras de nossas dissertações que resultaram em considerações valiosas. Aproveito para agradecer o apoio de amigos que contribuíram direta ou indiretamente neste trabalho, entre eles: Ana Beatriz, Saíles Emanuel, Adriano Martins, Camila Melo, Bruna Teixeira, Victor Lustosa, Renata Santos, Alexandre Caetano, Diego Andrev, Eltern Vale, Mauro Alcântara, Elza Mariana, dentre outros. Aproveitando o espaço, agradeço e também dedico este trabalho aos meus parceiros de banda: Zé Carlos, Matheus e Rodrigo. Durante os dois anos de mestrado tiveram paciência para aturar os momentos mais difíceis, assim como as crises emocionais e os atritos provocados pelo *stress* da redação.

Não posso esquecer de agradecer a dois grandes amigos que se mostraram como verdadeiros irmãos. A Márcio Vilela meu forte abraço por ajudar a construir este caminho acadêmico, seja com suas contribuições a revisão de trabalhos e artigos, – lembro que desde a graduação que o mesmo me acompanha – assim como na parceria que foi feita em algumas atividades profissionais. A Lião Júnior, o irmão que não tive. Lião foi além de tudo um pesquisador ao se dispor de visitar alguns arquivos em Brasília durante suas férias. Não posso esquecer das longas tardes de revisão de texto em que o mesmo se dispôs várias vezes em ler e reler todo este trabalho.

Aos professores que se dispuseram a contribuir com suas críticas, meus sinceros agradecimentos: Profa. Dra. Socorro Abreu, Prof. Dr. Thomas Rogers, Profa. Dra. Suzana Cavani, Prof. Dr. Cristiano Christillino, Prof. Dr. Samuel Mapou, Prof. Dr. Pablo Porfírio. Assim como meus colegas de trabalho, os professores e professoras Márcia Santos, Sandro Dias, Maria José, Taffarel Bandeira, Catharina Canuto, Maitê Caxias e em especial a Carol Bim.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, em especial a Sandra Regina e Patrícia Campelo que nas horas de dúvidas e dificuldades com preenchimento de relatórios e outras atividades burocráticas sempre se dispuseram em ajudar.

Esta pesquisa não seria possível sem o investimento da FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco). Sem dúvida o investimento público é fundamental para o progresso da ciência no país e diante de um momento de profunda turbulência político-econômica a concretização deste trabalho dentro do prazo estabelecido prova que os investimentos são de vital importância para o pesquisador e para produção do conhecimento.

Por fim, as opiniões expressadas neste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

“Por isso fiz um chamamento a todos os povos do Hemisfério para que nos unamos em uma Aliança para o Progresso, em um enorme esforço de cooperação, sem paralelo em sua magnitude e na nobreza de seus propósitos a fim de satisfazer às necessidades fundamentadas dos povos das Américas, as necessidades fundamentais de teto, trabalho e terra, saúde e escolas”.

Discurso do presidente John F. Kennedy em 13 de março de 1961 quando lançou o programa da Aliança para o Progresso.

“The United States of América does not have friends; it has interests”.

John Foster Dulles

“Na política externa, os Estados Unidos não punem atrocidades, apenas desobediências”.

Noam Chomsky

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o programa norte-americano da Aliança para o Progresso em Pernambuco durante os anos iniciais da década de 1960, enquanto instrumento de intervenção política. O processo de penetração estrangeira no estado já vinha se consolidando desde o início da década. O interesse deste país na região foi resultado das movimentações sociais proporcionadas principalmente pelas Ligas Camponesas. O receio que novas “Cubas” explodissem no continente permitiu que a Aliança para o Progresso fosse utilizada como um instrumento de penetração nos assuntos políticos de determinados países, prática esta adotada durante a administração do democrata John F. Kennedy. No caso de Pernambuco, obteve seu auge nas eleições para governador no ano de 1962. Desta forma, a dissertação procura demonstrar o percurso utilizado pelo governo dos Estados Unidos para penetração nos assuntos políticos do estado, sem que recorresse a intervenção militar direta. Portanto, seu estudo permite demonstrar a inserção do Brasil no contexto da Guerra Fria e sua relação com a política de segurança nacional.

Palavras-chave: Guerra Fria. Aliança para o Progresso. Pernambuco.

ABSTRACT

The present research seeks to analyze the North American program of the Alliance for Progress in Pernambuco during the early years of the 1960s as an instrument of political intervention. The process of foreign penetration in the state had been consolidating since the beginning of the decade. The interest of this country in the region was the result of the social movements provided mainly by the Peasant Leagues. Fears that new "Cubas" would explode on the continent allowed the Alliance for Progress to be used as an instrument for penetrating political issues in certain countries, a practice adopted during the administration of Democrat John F. Kennedy. In the case of Pernambuco, it obtained its peak in the elections for governor in the year 1962. Thus, the dissertation tries to demonstrate the route used by the government of the United States for penetration in the political subjects of the state, without resorting to the direct military intervention. Therefore, its study allows demonstrating the insertion of Brazil in the context of the Cold War and its relation with national security policy.

Keywords: Cold War. Alliance for Progress. Pernambuco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – The New Good Neighbor Policy	p. 44
Figura 02 – Raising cane?	p. 51
Figura 03 – As mesorregiões de Pernambuco	p. 54
Figura 04 – O Polígono das Secas	p. 57
Figura 05 – The crisis in our Hemisphere	p. 63
Figura 06 – A Fidel front among impoverished peasants	p. 64
Figura 07 – Nordeste: as sementes da subversão	p. 65
Figura 08 – Crescimento das Ligas através dos relatórios da CIA	p. 68
Figura 09 – Clinomobils	p. 112

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Recursos previstos para execução do Acordo da Saúde em Pernambuco (valores em Cr\$)	p. 111-112
Quadro 02 – Recursos para o cumprimento do programa de cooperação sobre a educação em Pernambuco	p. 126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEAPA – Comissão Especial dos Acordos sobre Produtos Agrícolas
CEPAL – Comissão Latino-americana para o Desenvolvimento
CIA – Central Intelligence Agency
CIES – Conselho Interamericano Econômico e Social
COPERBO – Companhia Pernambucana de Borracha Sintética
CRC – Companhia de Revenda e Colonização
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra Secas
EUA – Estados Unidos da América
EXIMBANK – Banco de Importações e Exportações
FBI – Federal Bureau of Investigation
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOIA - Freedom Of Information Act
FSESP – Fundação Serviço Especial de Saúde Pública
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MEB – Movimento de Educação de Base
NSC – National Security Council (Conselho Nacional de Segurança)
OEA – Organização dos Estados Americanos
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PEMEX – Petróleo Mexicano
PL – Partido Liberal
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SSCM – Serviço Social Contra o Mocambo
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UDN – União Democrática Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviética

USAID – United States Agency for International Development

USIA – United States Information Agency

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	OS ESTADOS UNIDOS E AS RELAÇÕES INTERAMERICANAS (1930-1960)	21
2.1	O capital privado e o nacional-desenvolvimentismo: obstáculos à nova ordem econômica.....	27
2.2	Alimentando o antiamericanismo: da abertura política ao anticomunismo	31
2.3	O programa Ponto IV e a assistência militar	39
2.4	Explosões do antiamericanismo na América Latina: da visita de Richard Nixon a Revolução Cubana.....	47
3	“DE PERNAMBUCO À PUNTA DEL ESTE”: OU COMO A SITUAÇÃO DO ESTADO FOI UM DOS MOTIVOS PARA O SURGIMENTO DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO	54
3.1	“Pernambuco em chamas”: a “revolução comunista” na lente da imprensa	61
3.2	O surgimento da Aliança para o Progresso.....	72
3.3	A Conferência de Punta del Este e o lançamento oficial da Aliança para o Progresso	78
4	A ALIANÇA PARA O PROGRESSO EM PERNAMBUCO: DO PAPEL SOCIAL A INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO POLÍTICA	84
4.1	A Missão Alimentos para Paz	84
4.2	O novo embaixador e a Missão Bohan.....	92
4.3	O Acordo do Nordeste	97
4.4	Aliança para o Progresso como instrumento de intervenção política.....	104
4.4.1	Educação	106
4.4.2	Saúde	111
4.4.3	Habitação	113
4.4.4	Colonização	115
4.5	A Aliança para o Progresso é investigada	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
	REFERÊNCIAS	138

APÊNDICE A – FONTES.....	144
---------------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

Na noite de 13 de março de 1961, os embaixadores dos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) a convite do presidente norte-americano John F. Kennedy se reuniram na Sala Leste da Casa Branca. Seria a primeira vez em relação as administrações anteriores que membros latino-americanos eram convidados pelo principal chefe de estado da nação mais poderosa da América para uma recepção considerada importante para as relações interamericanas.

Naquela noite, o presidente Kennedy anunciou um programa de assistência econômica aos países do continente com o objetivo de promover um vasto desenvolvimento em um prazo de dez anos. Durante este período os países envolvidos deveriam trabalhar em âmbito de cooperação visando o afastamento de “ideias perigosas” que adentravam o continente naquele momento. Este programa ficou conhecido como Aliança para o Progresso.

A América Latina sempre observou os Estados Unidos como um dos grandes provedores de suas economias. Grande parte da produção de matéria-prima era destinada ao mercado norte-americano. Por outro lado, os Estados Unidos sempre viram o continente como seu protetorado, sua área de influência, seu *backyard*. Esta política protecionista tem sua origem com a administração de James Monroe, responsável por formular uma doutrina que levou o seu nome. Ele pregava uma “América para americanos” julgando-se protetor das ex-colônias recém libertas do domínio espanhol. A Doutrina Monroe, como ficou conhecida, não obteve tanto efeito como as demais. As intervenções militares norte-americanas foram ampliadas durante a administração de Theodore Roosevelt. Este, organizou a política do *Big Stick* intervindo em países onde achasse necessário. A agressão direta com invasões a países da América Latina pode ser considerada como embrião de um sentimento antiamericano no continente.

As coisas foram mudando durante a administração Franklin D. Roosevelt. Conhecida como Política da Boa Vizinhança o presidente priorizou o bom relacionamento com os países vizinhos. Estimulou o preço das importações, resolveu questões políticas de forma diplomática e, durante a Segunda Guerra Mundial, ofereceu assistência econômica para o desenvolvimento da indústria em alguns países à exemplo do Brasil.

Com o termino do conflito os países beneficiados pela administração Roosevelt acreditavam que esta teria continuidade com a administração Truman. Ledo engano. As atenções se voltaram para a reconstrução da Europa através de um programa de assistência econômica conhecido como Plano Marshall. Tanto nesta administração quanto na de Dwight D. Eisenhower, a assistência norte-americana para América Latina ficou reduzida a conselhos

técnicos e formação de comissões para elaboração de estudos de desenvolvimento econômico. Ademais, a principal parceria com esses países era através do programa de envio de armas, um poderoso instrumento para manutenção e instalação de ditaduras militares na América Latina assim como uma forma de equipar as forças de repressão para o afastamento de “ideias subversivas”.

O destrato das relações interamericanas e o financiamento a repressão foram alimentando o sentimento antiamericano no continente. O resultado disto foi o afastamento destes países dos Estados Unidos provocando uma interpretação por parte dos formuladores da política externa norte-americana de uma eminente ameaça aos interesses e a segurança nacional. Sobre este ponto, a historiadora Jan Knippers Black descreve que a política externa norte-americana com relação aos países da América Latina costuma ser definida de duas formas, uma cíclica e outra linear¹.

Atendo-se apenas a primeira forma esta é definida pela participação política dos Estados Unidos em dois momentos, um de eminência e conflito em alguma guerra e outro em momentos de paz. De acordo com a autora, “manifestações crescentes de inquietação social na América Latina, especialmente em conjunção com guerras, frias ou quentes, geralmente resultam na intensificação do interesse oficial dos Estados Unidos na região”². Em outras palavras, na ameaça à segurança dos interesses norte-americanos a política externa se orienta para cooperação com o fim de afastar o perigo. Não obstante, “quando a percepção da ameaça declina, a política norte-americana volta a uma postura de ‘parceria madura’, ou o que alguns chamariam ‘negligência maligna’”³, ou o que seria a retirada dos investimentos e o retorno ao esquecimento.

Dois momentos sinalizam a explosão do antiamericanismo contribuindo para mudanças significativas nas relações interamericanas. O primeiro deles foi durante uma visita pela América do Sul do vice-presidente Richard Nixon em 1958. Dentre os vários países visitados, ele observou um grande volume de protestos hostis a política externa do seu país tendo sido sua comitiva atacada durante uma manifestação violenta na Venezuela. O segundo momento representou a possibilidade dos explorados se libertarem. A Revolução Cubana marcou o início de uma nova era no continente. O estreitamento das relações entre Cuba e a União Soviética contribuiu para que a administração do presidente Kennedy inovasse em uma

¹ A segunda forma é definida por ser “uma constante expansão das apostas – em forma de investimento e presença norte-americana – junto com a inflação de interesses de segurança”. BLACK, Jan Knippers. **A Penetração dos Estados Unidos no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. p. 33.

² Ibidem.

³ Ibidem.

nova frente de combate aos problemas sociais no Continente, recebendo o nome de Aliança para o Progresso.

O Nordeste do Brasil era uma dessas regiões que concentrava boa parte dos acontecimentos no mundo da Guerra Fria. A pobreza da região mobilizou atores até então desconhecidos da política nacional. Através de movimentos sociais, tais como as Ligas Camponesas, começaram a reivindicar melhoria nas condições materiais de vida. Dentre suas principais exigências estava o direito a posse de terra. A articulação deste movimento chamou atenção do presidente Kennedy que enxergou através das páginas do *The New York Times* a possibilidade de novos Castros no Continente. Assim começou a relação entre esta região e os Estados Unidos.

Um dos métodos utilizados para conter o avanço do “perigo comunista” no Nordeste foi, sem dúvida, a Aliança para o Progresso. Joseph Page em seu livro *A Revolução que Nunca Houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*, descreve que o programa da Aliança foi um dos instrumentos de intervenção política mais bem utilizado pelo governo norte-americano para interferir na política da região⁴. Foi o próprio presidente Kennedy que sugeriu a utilização do programa desta forma através de um memorando destinado ao coordenador da USAID, Fowler Hamilton. Coube a historiadora Phyllis Parker apontar esta evidência.

Em seu livro *1964: o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março*, a historiadora lança algumas pistas a respeito de como o programa da Aliança foi utilizado para fins políticos. Por exemplo, ao se referir sobre as eleições no Brasil em 1962 a historiadora comenta que o resultado do pleito era de grande interesse para o governo norte-americano pois proporcionava “a possibilidade de exercer alguma influência, a nível estadual, em favor de medidas semelhantes aquelas que estavam promovendo, sem grande êxito, a nível federal”⁵. Chegamos, portanto, ao escopo deste trabalho.

A eleição de outubro em 1962 no estado de Pernambuco contou com a disputa de dois candidatos principais: João Cleofas pela União Democrática Nacional (UDN), e Miguel Arraes, candidato pelo Partido Social Trabalhista (PST). Este último candidato teve apoio de setores da esquerda incluindo o próprio Partido Comunista que, mesmo na ilegalidade, exercia forte influência. Para evitar a chegada de setores da esquerda no governo de Pernambuco o

⁴ PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972. p.90.

⁵ PARKER, Phyllis R. **1964: o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p.46.

governo norte-americano passou a investir contra a campanha de Miguel Arraes, conforme descreveu Joseph Page:

“[...] a embaixada americana no Rio de Janeiro estava preocupada, avaliando se o Nordeste brasileiro constituía uma ameaça política ao resto do Brasil e aos Estados Unidos. A conclusão a que chegou a embaixada foi que forças radicais no Nordeste representavam, de fato, uma séria ameaça, que precisava ser enfrentada de modo efetivo e rápido”⁶.

Foi a Aliança para o Progresso uma forma de enfrentamento as manifestações sociais que ocorreram em Pernambuco no início da década de 1960? Desta forma, o objetivo principal deste trabalho constitui em investigar a atuação do programa da Aliança para o Progresso em Pernambuco compreendendo a primeira metade da década de 1960. Ao escolher o ano de 1959 como ponto de partida deste trabalho, destaca-se a Revolução Cubana como uma alternativa utilizada por grupos de guerrilha espalhados por toda América Latina no decorrer do decênio de 1960 na busca por soluções que amenizavam a exploração sofrida pelo povo.

Aproximando nossa lupa de investigação, o escopo deste trabalho se limita aos primeiros anos de atuação da Aliança para o Progresso em Pernambuco iniciado com a assinatura do Acordo do Nordeste em 1962. Dar-se foco na questão sobre o caráter político do programa acrescentando uma investigação das relações da Aliança para o Progresso como um dos mecanismos que contribuíram para o fomento do Golpe Militar de 1964, seja através do patrocínio de políticos ligados aos setores conservadores e contrários ao governo João Goulart ou através da presença de norte-americanos disfarçados de técnicos da Aliança que, de alguma forma, contribuíram com os planos dos golpistas fornecendo informações ou ajuda técnica⁷.

Para tratar destes assuntos foi necessário debruçar em um vasto corpo documental. As bases destas informações foram retiradas de jornais de grande circulação na época, tanto a nível nacional quanto internacional. Assim, foram consultados os jornais *Correio da Manhã* (RJ), *Última Hora*⁸, *O Semanário* (RJ)⁹, *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* (PE), *Diário Oficial do Estado de Pernambuco* e o *The New York Times*. Outras fontes impressas incluem as revistas *O Cruzeiro* (RJ) e a norte-americana *Life*.

⁶ PAGE, Joseph. **A Revolução que Nunca Houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Op. Cit. p.90.

⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil – 1961-1964**. 8ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 253-271.

⁸ Edições Nordeste e do Rio de Janeiro.

⁹ O Semanário, conforme o próprio nome diz, era uma publicação semanal do Rio de Janeiro lançado por Oswaldo Costa em 5 de abril de 1956. Sua linha editorial era a favor da Frente Parlamentar Nacionalista, movimento que aglutinava agentes de forças legislativas federais, estaduais e municipais numa corrente nacionalista de esquerda, efetivamente organizado em 1957. Era contra a presença estrangeira no Brasil principalmente no que se refere a exploração do grande capital.

Parte deste trabalho foi possível graças a recente contribuição do jornalista pernambucano Vandek Santiago. O livro intitulado *Pernambuco em Chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964* trazem algumas informações até então inéditas. Entretanto, apesar da proximidade desta publicação com esta pesquisa em alguns pontos devo destacar que o escopo deste trabalho priorizou na observação dos convênios estabelecidos durante a administração Cid Sampaio.

Sem dúvida, as pesquisas que abordam questões de relações internacionais envolvendo o governo norte-americano e outras nações encontram nos documentos produzidos pelo Departamento de Estado uma rica fonte de pesquisa. Disponíveis nas bibliotecas presidenciais e no Arquivo do Departamento de Estado, os documentos estão acessíveis ao público – incluindo a consulta pela rede mundial de computadores – graças ao Freedom Of Information Act (FOIA) de 1966. O FOIA garante aos cidadãos norte-americanos e estrangeiros de “requererem documentos classificados como secretos e confidenciais, dos quais, quando não negados, algumas ou muitas informações são removidas”¹⁰. O FOIA, “representou um grande avanço democrático, ao permitir que se penetre no âmago da política internacional dos Estados, envolvida sempre pelo manto da *secrecy*”¹¹. Com relação aos arquivos norte-americanos foram consultadas documentações disponibilizadas no *Office of the Historian, Bureau of Public Affairs - United States Department of State*, nas bibliotecas presidenciais *Harry S. Truman Library and Museum*, *Dwight D. Eisenhower Presidential Library, Museum and Boyhood Home* e a *John F. Kennedy Presidential Library & Museum*. Todos estes contam com um acervo documental digitalizado o que permitiu a realização desta pesquisa.

As referências a estes documentos estão indicadas em notas de rodapé assim como incluem em algumas partes do trabalho trechos no idioma original. Deve-se ressaltar que a leitura destes documentos foi feita com uma certa cautela, já que boa parte das informações representam os interesses do próprio governo norte-americano. As informações contidas nestes documentos se analisadas com descuido poderão ser interpretadas como uma “verdade histórica, desconsiderando os condicionamentos políticos e ideológicos da fonte”¹².

Apresento, então, o roteiro seguido por esta dissertação. O primeiro capítulo aborda as relações interamericanas, observando as mudanças na política externa norte-americana ao longo dos anos. Na trilha desta investigação, a administração Franklin D. Roosevelt representa

¹⁰ BLACK, Jan Knippers. **A Penetração dos Estados Unidos no Brasil**. Op. Cit. p. 08.

¹¹ Ibidem.

¹² MELO, Demian Bezerra. **O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão**. In MELO, Demian Bezerra (org.) **A Miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro, Consequência, 2014. p.164.

uma primeira mudança nas relações optando por medidas diplomáticas em vez do intervencionismo militar para resolver problemas no continente. A administração Franklin D. Roosevelt atendeu certos interesses de alguns países latino-americanos visando a aproximação destes durante o período da Segunda Guerra evitando o alinhamento com os países do Eixo. Não obstante, com o fim do conflito as relações interamericanas foram se esvaindo, principalmente durante as administrações Truman e Eisenhower.

Apenas quando os interesses norte-americanos eram ameaçados é que medidas genéricas eram tomadas. Com a Guerra Fria novos sentimentos foram surgindo entre eles o anticomunismo e o antiamericanismo. Nesta primeira parte estes aspectos serão levados em consideração demonstrando sua importância para a construção do programa da Aliança para o Progresso. Por fim, será observado como a Revolução Cubana contribuiu para reformular a política externa dos Estados Unidos durante os primeiros anos da década de 1960.

No segundo capítulo um panorama é traçado a respeito do cenário encontrado no Nordeste do Brasil, região que foi considerada pela administração Kennedy como área de vital importância para os interesses da Aliança para o Progresso. Elencando como a região se tornou este alvo de interesse através da observação de reportagens publicadas a nível nacional e internacional denunciando o descaso do governo federal com a região. Se por um lado o poder legal não solucionava os problemas do homem do campo as Ligas Camponesas tornavam-se uma alternativa à exploração sofrida por aquelas pessoas.

Ainda no segundo capítulo tratamos de percorrer o caminho para se chegar a assinatura dos primeiros acordos no âmbito da Aliança para o Progresso destinados ao Nordeste do Brasil. O ponto de partida desta análise foi o planejamento do programa por uma equipe técnica formada logo depois da eleição de John F. Kennedy a presidência dos Estados Unidos. Prossegue com o anúncio aos embaixadores em 13 de março pelo presidente Kennedy, as visitas ocorridas ao Nordeste por norte-americanos, a visita de Celso Furtado à Casa Branca e, por fim, a realização da Conferência de Punta del Este em 1961.

O terceiro e último capítulo descreve a movimentação norte-americana em Pernambuco com a nomeação de um novo embaixador, o envio da Missão Bohan e a assinatura do Acordo do Nordeste em 1962. Além disto, destaca a atuação da Aliança na primeira metade da década de 1960 observando os acordos firmados entre a USAID e o Governo Cid Sampaio (1959-1963) compreendendo as áreas de educação, saúde, habitação e colonização. Com a eleição de Miguel Arraes para governador o programa passou a ser investigado acusado de promover uma intervenção política a soberania de Pernambuco e do Brasil levada a cabo pelos Estados Unidos.

2 OS ESTADOS UNIDOS E AS RELAÇÕES INTERAMERICANAS (1930-1960)

A chegada do democrata Franklin D. Roosevelt¹³ em 1933 à Casa Branca marcou um o início de uma nova fase nas relações entre os Estados Unidos e os países da América Latina. Anteriormente, as administrações se empenharam na manutenção de políticas protecionistas e campanhas de intervenções militares para “resolver” problemas ligados a soberania norte-americana na região a exemplo da Doutrina Monroe e o Coronário Roosevelt¹⁴. Apesar de persistente dúvida entre os governos latino-americanos em relação ao seu vizinho do Norte, resultado das políticas anteriores, a administração Roosevelt se empenhou para promover uma “Política da Boa Vizinhança”, na tentativa de reaproximar destes países.

O governo norte-americano se comprometeu em não intervir nos assuntos internos dos países latino-americanos assim como retirou os fuzileiros navais que ainda ocupavam a Nicarágua e o Haiti além de revogar a Emenda Platt¹⁵. Algumas outras medidas foram realizadas no âmbito econômico onde o acesso ao crédito foi simplificado e as taxas de importações provenientes de países latino-americanos sofreram reajustes favoráveis nos preços com a criação do Banco de Importações e Exportações (EXIMBANK). Não obstante, esta política não foi resultado de um gesto da boa vontade do presidente Roosevelt. A princípio é possível indicar que esta modificação se apresenta como um reflexo da política interna norte-

¹³ Franklin Delano Roosevelt foi presidente dos Estados Unidos entre 04 de março de 1933 e 12 de abril de 1945.

¹⁴ Passados os conflitos na Europa e conseqüentemente com a derrota de Napoleão as antigas monarquias europeias preocupadas em manter o seu status quo uniram-se em torno da Santa Aliança. Esta serviria para sufocar qualquer movimento de inspirações na Revolução Francesa ou insurreições que ameaçassem a soberania das coroas. Suas intervenções militares, em teoria, poderiam atingir qualquer parte do globo. A formação desse tratado ameaçava os processos de emancipação das antigas colônias europeias na América. Os Estados Unidos se aproveitaram das ameaças da Santa Aliança para aplicar sua política protecionista aos países da América Latina tomando para si o papel de guardião do Continente. Assim em 1823 o presidente James Monroe anunciou em mensagem para o Congresso o que ficaria conhecido como o princípio fundamental da política pan-americana da época, a Doutrina Monroe. A Doutrina Monroe legitimava as intervenções políticas e militares norte-americana no Continente. Sobre o lema de “América para os americanos” os EUA passaram a interferir em lugares onde as liberdades conquistadas através da luta contra os antigos colonizadores fosse ameaçada. Mas foi a partir da administração de Theodore Roosevelt que a política de intervenções ficou claramente em evidencia na América Latina. Em dezembro de 1904, Theodore Roosevelt anuncia o Corolário para a Doutrina Monroe. O Corolário seria uma versão mais agressiva do Destino Manifesto formulado em 1811. A política do Big Stick promoveu uma série de intervenções norte-americana nos países da América Central e Caribe. A justificativa de levar a cabo esta política era imperativo que os Estados Unidos defendessem pequenas nações dos europeus assim como para defende-las de si mesmas.

¹⁵ Em fevereiro de 1898 o navio *USS Maine* explodiu enquanto estava ancorado no porto de Havana, capital de Cuba. O incidente foi utilizado pelo governo norte-americano, naquele momento presidido por William McKinley, para intervir militarmente na Ilha, que contava com a presença de tropas da Espanha. Apesar do termino do conflito o governo norte-americano permaneceu com suas tropas na Ilha, que só foram retiradas em 1902 com a aprovação da Emenda Platt. A Emenda transformada a Ilha em uma espécie de protetorado norte-americano e garantia o direito dos Estados Unidos de intervir nos assuntos cubanos caso sua soberania fosse ameaçada. Além disto, assegurava a criação de uma base naval norte-americana na Ilha, isto é, Guantánamo.

americana, neste caso o *New Deal*, muito embora é preciso ampliar nossa lupa de investigação para levantar como alguns fatores externos contribuíram para esta mudança.

Durante os anos finais da década de 1920 e início de 1930, regimes de orientação nazifascistas foram surgindo na Europa. O forte apelo nacionalista e a estatização das indústrias ligadas a setores estratégicos de exploração permitiram uma aproximação destes regimes com alguns países da América Latina, já que alguns destes viviam sob regimes com configurações semelhantes. Um dos principais interessados foi a Alemanha, responsável por estabelecer acordos comerciais para obtenção de matéria-prima destinada a alimentar sua indústria bélica. O historiador e cientista político Moniz Bandeira descreve como funcionou o sistema de compensação estabelecido pela Alemanha a partir 1934 destinado a promoção de acordos comerciais com os países da América Latina. O *Ausländer Sonderkont für Inlandszahlung*, algo como Conta Especial do Estrangeiro para Pagamentos Internos, provocou um aumento considerável das importações alemãs provenientes do países latino-americanos conforme demonstra os dados abaixo:

As exportações da Venezuela para à Alemanha, na primeira metade de 1935, somaram 5,8 milhões de bolívares. As exportações do Peru para Alemanha evoluíram de 27,7 milhões de soles, entre abril e novembro de 1934, para 31 milhões. No caso do Brasil, a participação da Alemanha nas suas exportações subiu de 13,3% em 1934, para 16,5% em 1935¹⁶.

Em pouco tempo as importações da Alemanha superaram a dos Estados Unidos e Inglaterra, principais clientes dos países latino-americanos. Os fatores econômicos e a manutenção dos regimes autoritários possibilitaram a entrada da Alemanha nos assuntos latino-americanos ameaçando a hegemonia dos Estados Unidos na região. A política de boa vizinhança agiu como uma forma de intervenção norte-americana mascarada de algo “benéfico”. Segue abaixo exemplos de como a administração Roosevelt contornou alguns dos problemas causados pela penetração alemã sem que recorresse de imediato ao uso de tropas.

Em 1934 o México escolheu como presidente Lázaro Cárdenas¹⁷ que durante seu mandato realizou uma série de medidas, dentre as quais estavam a reforma agrária e a nacionalização dos campos de petróleo pertencentes aos grandes trustes norte-americanos e britânico. Estas medidas confrontaram diretamente os interesses do latifúndio local e internacional exercido por empresas estrangeiras. Até o ano de 1937 o governo desapropriou e

¹⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O “milagre alemão” e o desenvolvimento do Brasil (1949-2011)**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 61-62.

¹⁷ Lázaro Cárdenas (Partido Revolucionário Institucional) foi presidente do México entre os anos de 1934 e 1940.

distribuiu cerca de 10 milhões de hectares de terra¹⁸ e a partir de 1938 concentrou esforços na nacionalização dos campos de petróleo o que resultou em um boicote ao petróleo mexicano por parte das empresas estrangeiras principalmente do material extraído pela empresa estatal Petróleo Mexicano (PEMEX).

O presidente Lázaro Cárdenas autorizou seu governo a estabelecer relações comerciais com a Alemanha o que provocou reações contrárias por parte da administração Roosevelt. Com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial coube ao presidente norte-americano mediar uma solução para o problema mexicano. Ordenou que as empresas norte-americanas retirassem o boicote e exerceu forte influência para que a Inglaterra tomasse o mesmo caminho. Isto pode ser considerado uma forma deste governo garantir logisticamente provisões para manter sua indústria bélica, já que importar petróleo do México e da Venezuela era mais rápido e seguro do que do Oriente Médio.

Outro exemplo prático das mudanças nas relações se refere a aplicação de recursos norte-americanos no processo de industrialização de países da América Latina. Com a crise de 1929 alguns países aproveitaram a oportunidade para realizar um processo de substituição de importações através da inversão no setor industrial. Este é o caso do Brasil onde, de acordo com o sociólogo René Dreifuss, os “insumos necessários à industrialização foram comprados, em sua maioria, de centros estrangeiros, com receitas obtidas com as exportações”¹⁹.

O Brasil dependia de um número elevado de importações de bens de consumo para atender o mercado interno. As exportações geravam um grande número de divisas e, conseqüentemente, o governo Getúlio Vargas estimulou os produtores a realizarem inversões no setor industrial. A burguesia industrial²⁰, principalmente ligada ao setor têxtil, junto com setores das oligarquias agroexportadora e dos comerciantes promoveram um processo de inversões para o estabelecimento de um parque industrial. Parte deste maquinário era proveniente de fábricas europeias fechadas durante a crise de 1929²¹. Além de capital interno o governo buscou fontes externas para financiar a construção do setor.

¹⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 105.

¹⁹ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classes**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1981. p. 23.

²⁰ A burguesia industrial brasileira tem sua origem a partir da classe oligarca possuidora de interesses agroexportadores, comerciais e importadores. Além disto, foi fruto da influência do comércio britânico dos últimos 20 anos do século XIX. É importante lembrar que haviam dois segmentos para esta classe, um voltado para o mercado externo, obtendo divisas à serem investidas nas indústrias e outro conservador, ocupando os principais cargos da administração política. Para maiores informações ver: DREIFUSS, René Armand. Op. Cit.

²¹ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 279.

Assim como o México, durante boa parte da década de 1930 a Alemanha era uma das principais compradoras do café brasileiro. Os planos de Getúlio Vargas incluíam a construção de uma siderúrgica, necessária para acelerar o desenvolvimento industrial. Vargas tinha em mente não ser possível receber financiamento por parte do governo norte-americano e por isto decidiu realizar negociações com a empresa alemã Krupp. Preocupado com a penetração alemã no Brasil o presidente Roosevelt tomou a dianteira e comunicou ao governo brasileiro a possibilidade de concessão de créditos para construção do complexo siderúrgico. Isto evitou que a Krupp realizasse o investimento e, ao mesmo tempo, eliminava a possibilidade da Alemanha de ampliar sua influência no país.

O governo norte-americano aprovou em 27 de agosto de 1941 a liberação de 20 milhões de dólares em créditos destinados à empresa estatal Companhia Siderúrgica Nacional para construção de um complexo na cidade de Volta Redonda no Rio de Janeiro, tornando-se um dos maiores parques siderúrgicos da América Latina²². Em troca, o Brasil declarou guerra ao seu principal parceiro comercial e se comprometeu junto aos Estados Unidos no envio de uma força expedicionária para lutar junto ao exército norte-americano no teatro de operações do Mediterrâneo (Itália).

Vimos, portanto, que as interferências das administrações anteriores a Franklin Roosevelt contribuiu para o afastamento dos países latino-americanos dos Estados Unidos provocando uma incipiente penetração de “ideias perigosas” na zona de influência deste país. As medidas tomadas pela administração Roosevelt no âmbito da “política de boa vizinhança” permitiram o afastamento do Eixo da região principalmente quando pontos estratégicos como o Canal do Panamá estava na mira da *Kriegsmarine*²³. O apoio aos Estados Unidos e a causa aliada por parte dos países latinos pode ser interpretada como uma forma destes países buscarem uma garantia da entrada de capital norte-americano necessários para o desenvolvimento industrial.

Deve-se ressaltar que os benefícios destinados à América Latina durante a Segunda Guerra não teriam uma continuidade com o fim do conflito. Apesar disto, os países acreditavam que os acordos seriam mantidos, já que a economia europeia se encontrava destruída por causa da guerra e a única fonte de investimentos seria os Estados Unidos:

As nações latino-americanas economicamente mais adiantadas e semi-industrializadas [...] pretendiam promover o desenvolvimento econômico mediante a aceleração e o aprofundamento do processo de substituição de importações de

²² BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Op. Cit. p. 111.

²³ Marinha de guerra da Alemanha Nazista.

produtos industriais começado na década de 1930. Para tanto, impunha-se considerável transferência de capital e tecnologia, em particular dos Estados Unidos. Não estava claro, porém, se o capital norte-americano iria mesmo financiar a industrialização da América Latina e em que termos ele poderia ser atraído²⁴.

Faz-se necessário acrescentar que a continuidade dos investimentos não foi possível também devido ao aumento dos preços das exportações no mercado internacional o que provocou uma retirada das inversões no setor industrial e o retorno dos investimentos da monocultura.

O fim da Segunda Guerra trouxe consigo um cenário de destruição nos países diretamente envolvidos principalmente para França, Inglaterra, Alemanha e União Soviética na Europa, e Japão, China e demais países do Extremo Oriente. Os Estados Unidos saíram como protagonista da nova ordem mundial. A projeção de sua liderança foi definida um ano antes do termino do conflito, em 1944, durante a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas realizada em New Hampshire na cidade de Bretton Woods. A conferência, que ficou conhecida pelo nome da cidade ao qual foi realizada, definiu os traços da nova ordem econômica do pós-guerra baseada em um livre mercado e numa ampla abertura para os investimentos de capital privado. Dentre os principais objetivos traçados estava a reestruturação da economia europeia através do financiamento proveniente de duas instituições financeiras, isto é, o Grupo do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Diferente das penalidades impostas aos países derrotados na Primeira Guerra Mundial por meio do Tratado de Versalhes a reconstrução e reestruturação economia europeia foi uma prioridade do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Esta instituição financeira estava ligada diretamente ao Banco Mundial, principal fonte de financiamento, já que sua missão era de prover empréstimos e garantias financeiras aos países membros e oferecer suporte e análise técnica-econômica aos países não membros²⁵.

Os formuladores da nova ordem econômica acreditavam estar evitando o ressurgimento de novos movimentos nacionalistas de inspiração fascista ou até mesmo novas crises econômicas a efeito da ocorrida em 1929. No caso do FMI, esta instituição seria responsável por controlar os empréstimos e elaborar sugestões e planos econômicos para serem adotados pelos países membros.

Deve-se ressaltar que os formuladores destas instituições e das políticas econômicas estavam diretamente ligados aos Departamentos de Estado e Tesouro dos Estados Unidos. Sua

²⁴ BETHELL, Leslie. ROXBOROUGH. Ian. (Org.) **América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 42-43.

²⁵ PEREIRA, João Mário Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 40.

localização em Washington e o fluxo dos funcionários destes departamentos nas instituições revelam a extrema e decisiva participação dos interesses norte-americanos na política econômica internacional²⁶. O estabelecimento destas instituições contribuiu para o controle por parte deste governo do sistema econômico global emergente o que, de acordo com o historiador Luiz Fernando Ayerbe, instituía uma “autoridade internacional em relação às regras do comércio e das práticas monetárias do conjunto dos países associados”²⁷. Desta forma, os Estados Unidos garantiram que uma nova crise econômica não afetasse seus interesses, já que era muito mais importante impedir uma depressão econômica do que evitar uma outra guerra²⁸.

O plano de reestruturação econômica da Europa foi anunciado pelo presidente democrata Harry S. Truman²⁹ em 1947. O Plano Marshall destinou um grande fluxo de empréstimos para os países envolvidos. Cerca de 19 bilhões de dólares foram desembolsados entre os anos fiscais de 1948 e 1952, quantia superior aos empréstimos liberados pelo Bird para os países da América Latina no mesmo período³⁰.

Isto demonstra que a prioridade norte-americana no pós-guerra seria com os países europeus. A partir da administração Truman a América Latina passou a ser novamente esquecida e a justificativa utilizada estava baseada em dois pontos. O primeiro era com relação as consequências da guerra para a região, já que sofrera pouco impacto direto em seus territórios. A segunda permeia a questão de que uma rápida reconstrução econômica da Europa significaria novas fontes de investimento para a região em um breve espaço de tempo.

Não obstante, uma observação mais atenta permite apontar que a prioridade dos investimentos na Europa tinha como objetivos evitar o surgimento de revoluções sociais que poderiam resultar em novos estados socialistas apoiados pela União Soviética. De acordo com o historiador René Rémoud, as estratégias adotadas pelos Estados Unidos no pós-guerra não pode ser entendida apenas como uma solução econômica, mas sim como uma política anticomunista:

A primeira ideia da unificação europeia não é econômica; é política e estratégica: a ideia de que, divididos, os países da Europa são outras tantas presas expostas à

²⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 137.

²⁷ AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002. p. 68.

²⁸ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 228.

²⁹ Harry S. Truman foi presidente dos Estados Unidos entre 12 de abril de 1945 e 20 de janeiro de 1953.

³⁰ AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. Op. Cit. p. 69.

ambição soviética, mas que, unidos, podem opor um dique à invasão estrangeiras e às desordens internas³¹.

Ao passo que a Europa recebia grande fluxo de investimentos a América Latina não contou com nenhum tipo de programa econômico expressivo. Exemplo disto é a disparidade dos investimentos visto que a Bélgica e Luxemburgo receberam sozinhos mais assistência financeira do que toda a região durante os anos de vigência do Plano Marshall³².

O esgotamento dos investimentos direto desencadeou uma nova relação financeira baseada nos princípios de Bretton Woods. Foi anunciado que os países da América Latina deveriam reorientar suas economias para aceitação de investimentos de capital privado criando condições favoráveis a este tipo de financiamento. Na visão das instituições financeiras controladas “indiretamente” pelo governo norte-americano a entrada destes investimentos significaria um caminho para o desenvolvimento econômico destes países. Não obstante, não seria um caminho fácil para o capital privado e as recomendações do grupo Banco Mundial e FMI. Paralelamente, se antes da Segunda Guerra os governos possuíam orientações nacionalistas com um viés fascista fomentadas graças ao distanciamento dos Estados Unidos, com o fim do conflito o surgimento de políticas nacional-desenvolvimentistas revelou-se um grande obstáculo a entrada de investimentos provenientes de capital privado.

2.1 O capital privado e o nacional-desenvolvimentismo: obstáculos à nova ordem econômica

Para permitir a entrada dos investimentos privados de grande maioria norte-americanos, os países da América Latina criaram comissões mistas de estudo compostas de técnicos norte-americanos e dos países envolvidos. Um exemplo é a Missão de Estudos Econômicos criada em 1948, no Brasil, por John Abbink e Octavio Gouvêa Bulhões³³. O principal objetivo desta missão foi a promoção de estudos técnicos e sugestões políticas que colaborassem para eliminação dos empecilhos quanto aos investimentos públicos e privados, estrangeiros ou nacionais, destinados ao desenvolvimento econômico³⁴.

³¹ RÉMOND, René. **O Século XX: de 1914 aos nossos dias**. São Paulo: Cultrix, 2010. p.147.

³² Cerca de 400 milhões de dólares foram destinados a América Latina durante os anos de 1945 a 1950. Já os dois países europeus receberam cerca de 19 bilhões de dólares do Plano Marshall. BETHELL, Leslie. ROXBOROUGH. Ian. (Org.) **América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Op. Cit. p. 44.

³³ Esta não era a primeira missão estabelecida entre os dois países. Em 1942 foi instituída a Missão Técnica Americana, também conhecida como Missão Cooke. Seu objetivo era a promoção de estudos que permitissem ao Brasil estimular o crescimento, assim como assentar uma base sólida para o desenvolvimento industrial, produção de bens de consumo com vistas a colaborar no processo de substituição das importações, e o desenvolvimento do setor de transportes.

³⁴ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 129.

Os estudos foram publicados no Relatório Abbink destacando a importância do país em desenvolver projetos de desenvolvimento que contasse com investimentos destinados a vencer as deficiências nos setores de transporte e produção de energia³⁵. Outros problemas apontados destacavam a necessidade para o controle de questões ligadas ao pagamento de dívidas e a estabilização da economia interna³⁶. Dentre as recomendações apontadas pelo relatório estavam o encorajamento do fluxo de capital privado assim como o aperfeiçoamento do sistema tributário, para então melhorar a captação de recursos financeiros externos ou internos a fim de atender às necessidades de desenvolvimento dos principais setores da economia³⁷.

A partir das recomendações foi estabelecida em dezembro de 1950 a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, destinada a criação de um instrumento capaz de elaborar resultados práticos no campo da cooperação econômica entre ambos os países³⁸. Uma das maiores realizações desta comissão foi a criação, em 1952, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

As informações até aqui apresentadas permitem realizar algumas considerações mais aprofundadas. Se por um lado estas comissões tinham o objetivo de preparar os países da América Latina para receberem os investimentos privados, por outro, estes não se mostravam como uma alternativa vantajosa. Debruçando sobre o exemplo do Brasil e de acordo com o sociólogo Octávio Ianni, durante o segundo governo de Getúlio Vargas as bases do desenvolvimento econômico foram pautadas no nacionalismo econômico e na luta por uma política externa independente sustentado por uma política de massas³⁹. Ao mesmo tempo, essas questões estavam ligadas diretamente aos compromissos com o capitalismo internacional⁴⁰.

Apesar do alinhamento com o capital multinacional a forte tendência ao desenvolvimento nacional provocou algumas discussões. O modelo adotado, isto é, o nacional-desenvolvimentismo, era baseado no controle da economia pelo estado. Ou seja, ele não apenas formulava e orientava a política econômica, mas, também às executavam. Isto contrariou os planos de abertura para o capital privado multinacional formulados em Bretton Woods e postas em prática pelo Banco Mundial e o FMI.

³⁵ **Relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos**. Disponível em **Memórias do Desenvolvimento**. Ano I, nº 1. Jun. 2007. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007. p. 279.

³⁶ *Ibidem*. p. 81.

³⁷ *Idem*.

³⁸ *Idem*.

³⁹ IANNI, Octávio. **O Colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p.10.

⁴⁰ *Idem*.

O protecionismo dos governos ditos nacionalistas dificultava a entrada do investimento estrangeiro. Na visão dos Departamentos de Estado e Tesouro norte-americano este modelo provocava uma relativa estagnação econômica, como também geravam uma incompatibilidade com os interesses políticos e econômicos destas instituições. Desta forma, os formuladores da nova ordem econômica iniciaram um amplo ataque ao nacional-desenvolvimentismo adotado por alguns países da América Latina dentre os quais o Brasil.

Noam Chomsky aponta sobre a existência de documentos produzidos por estas instituições que descrevem quão perigoso era para o capital norte-americano a existência de governos orientados pelo forte protecionismo econômico contrários aos investimentos privados:

Documentos do alto nível descrevem a principal ameaça a esses interesses, particularmente na América Latina, como sendo os regimes nacionalistas e radicais sensíveis à pressão popular pela melhoria imediata do baixo nível das massas e por um desenvolvimento voltado ao atendimento das necessidades do país. Essas tendências conflitam com a exigência de um clima político e econômico propício para o investimento privado, com a adequada repartição dos lucros e a proteção de nossas matérias-primas – nossas, ainda que localizadas em outro país⁴¹.

Exemplo destes documentos, segue abaixo um trecho do relatório produzido em setembro de 1957 pelo Conselho Nacional de Segurança⁴² (NSC), cujo título é *U.S. Policy Toward Latin America*:

Alguns dos obstáculos para esse desenvolvimento são: (1) o ritmo lento de progresso na criação de condições favoráveis ao investimento de capital privado em muitos setores. Por exemplo, o nacionalismo excessivo no Brasil e na Argentina continua a leva-los a pagar a metade de um bilhão de dólares por ano por petróleo estrangeiro, enquanto seu próprio petróleo permanece subdesenvolvido, mantendo-os economicamente inseguros e, portanto, politicamente e socialmente vulnerável⁴³.

O relatório classificado como secreto chamou atenção para os governos de orientação nacionalistas que, na visão do governo norte-americano, estava criando obstáculos para entrada de capital estrangeiro. Vale ressaltar o interesse deste país em promover investimentos nos setores ligados a extração de matérias-primas, principalmente o petróleo destinado ao abastecimento do mercado interno norte-americano. Na prática, o relatório estava

⁴¹ CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 23.

⁴² O Conselho Nacional de Segurança foi criado a partir da Lei de Segurança Nacional de Segurança de 26 de julho de 1947. A função do Conselho consiste em assessorar o Presidente dos Estados Unidos no que diz respeito à integração das políticas nacionais, estrangeiras e militares relacionadas com a segurança nacional, de modo a permitir os serviços militares e outros departamentos e agências do governo para cooperação mais eficaz em questões envolvendo a segurança nacional. **The National Security Act of 1947** – July 26, 1947. Public Law 253, 80th Congress; Chapter 343, 1st Session; S. 758. Disponível em: <<http://goo.gl/5fUSJX>>. Acesso: 30 abr. 2016.

⁴³ **National Security Council. Progress Report (Sept. 11, 1957) on U.S. Policy Toward Latin America by the Operations Coordinating Board (Secret)**. Disponível em: <<http://goo.gl/IFRJUI>>. Acesso em 10 jan. 2016.

se referindo, no caso do Brasil, a campanha relacionada a criação da Petrobras. Esta luta anti-imperialista envolveu diversos setores da sociedade: estudantes, artistas, intelectuais e partidos políticos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e até mesmo os opositores da União Democrática Nacional (UDN)⁴⁴. Nota-se que, mesmo depois de passados cerca de quatro anos entre a campanha e a redação do relatório, o assunto ainda era tratado pelo governo norte-americano.

Na visão dos formuladores de Bretton Woods, uma política nacional-desenvolvimentista era amplamente reprovada pois acreditavam ser responsável pelo surgimento das crises econômicas, guerras mundiais e revoluções que aconteceram na primeira metade do século XX⁴⁵. Ampliando esta observação é possível indicar que ao adotar políticas de desenvolvimento contrárias a gestão multilateral do capitalismo os países estavam, de certa forma, afrontando o *establishment* norte-americano.

Chomsky aponta que este termo pode ser traduzido como uma “segurança para as classes mais altas e as grandes companhias estrangeiras, cuja prosperidade deve ser respeitada”⁴⁶. Em outras palavras, o *establishment* pode também ser traduzido como a representação do ímpeto imperialista burguês com interesses específicos e sem medir esforços para mantê-los ou conquista-los.

Aumentando nossa lupa de investigação e utilizando as observações realizadas pelo historiador Arthur Schlesinger, encontramos quem seria parte deste grupo que, além de envolver o próprio governo norte-americano, contava com a participação de grandes industriais, advogados (Henry L. Stimson e Elihu Root), banqueiros (Robert A. Lovett e John J. McCloy), reitores de universidades, fundações (Ford, Rockefeller e Carnegie), membros das forças armadas, produtores rurais, assistentes sociais, cientistas e engenheiros, além do Conselho de Relações Exteriores⁴⁷ e veículos de informações como o grupo Times e a revista *Foreign Affairs*⁴⁸.

Assim, ao contrapor as formulações propostas em Bretton Woods por meio de uma política nacional-desenvolvimentista, o princípio do *establishment* era ameaçado. O exemplo

⁴⁴ “Em 1953, a UDN propôs emendas ao projeto de lei de Vargas, que teriam nacionalizado as refinarias existentes, enquanto a proposta de Vargas permitia que as refinarias existentes continuassem em mãos do setor privado. A vantagem política de uma atitude nacionalista na questão do petróleo era tão grande que até os antigentulistas tentavam parecer mais nacionalistas de que o presidente”. SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castello**. Op. Cit. p.133.

⁴⁵ AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. Op. Cit. p. 75.

⁴⁶ CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global**. Op. Cit. p. 24.

⁴⁷ Em Inglês, *Council on Foreign Relations*.

⁴⁸ SCHLESINGER, Arthur M. **Mil Dias: John F. Kennedy na Casa Branca**. Vol. 01. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 130.

do Brasil deixa claro o choque dos interesses em jogo. Além da submissão as recomendações formuladas pelas instituições financeiras e das comissões econômicas, o que garantiria a manutenção dos investimentos norte-americanos, em sua maioria privados, nos países da América Latina?

A resposta para esta pergunta pode ser pensada a partir do próprio princípio do *establishment*. O pós-guerra trouxe consigo algumas modificações. Atores antes relegados a papéis secundários passaram a ter voz desencadeando uma série de mudanças sociais a partir das mobilizações, seja por meio de greves, organização em sindicatos e outras formas da luta operária. Isto provocou uma ameaça nos interesses das classes dominantes, já que da luta provinham reivindicações por reformas sociais, estabelecimento de governos democráticos e melhoria das condições materiais de vida.

No contexto da Guerra Fria, o *establishment* acreditava que estas modificações eram incitadas pela União Soviética e posta em prática por meio dos sindicatos ligados a partidos comunistas. Na sua visão, a ameaça era evidente quando estas instituições pertenciam a setores estratégicos de exportação de matéria-prima tais como petróleo, minerais, etc. Do ponto de vista do governo norte-americano, perseguir aqueles que atrapalhavam a manutenção do *establishment* era uma forma de manter a ordem democrática, assim como garantia o afastamento dos comunistas dos sindicatos ligados aos setores estratégicos evitando que agitadores comprometessem as importações norte-americanas. A exclusão dos “subversivos” da cena pós-guerra pode, também, ser incluída como uma forma de garantir o acesso aos investimentos privados.

2.2 Alimentando o antiamericanismo: da abertura política ao anticomunismo

Até o fim da Segunda Guerra Mundial grande parte dos países da América Latina viviam sobre o controle de regimes de exceção. De certa forma, o pós-guerra contribuiu para uma abertura política podendo esta ser apresentada de duas formas. A primeira como resultado da aproximação destes países aos Estados Unidos e seus aliados e a segunda através de uma pressão exercida pelas mudanças nos espaços urbanos graças ao processo de industrialização e o aumento da classe trabalhadora.

No primeiro caso, a propaganda de guerra em favor das instituições políticas democráticas, do sistema econômico e do modo e padrão de vida norte-americano contribuíram para o restabelecimento dos regimes democráticos nos países latino-americanos. Este tipo de

penetração contribuiu para atingir a superestrutura das sociedades, modificando os hábitos, costumes, padrões de linguagem e consciência⁴⁹.

Apesar do apoio norte-americano as ditaduras durante a Segunda Guerra Mundial, no pós-guerra, diante de uma nova ordem econômica, o apoio a estes governos se tornou algo – temporariamente – insustentável. Posicionando-se a favor do reestabelecimento democrático os Estados Unidos defendiam seus interesses econômicos ligados ao setor de exploração de matérias-primas⁵⁰.

Por outro lado, o crescimento do setor industrial provocou um aumento na população urbana⁵¹. As mobilizações exercidas pelos trabalhadores, intelectuais, artistas, estudantes e a própria classe média contribuíram para queda dos regimes ditatoriais⁵². Paralelamente, neste mesmo cenário, os partidos comunistas foram reconquistando espaço na cena política saindo da ilegalidade e passando a ser tolerado. Parte desta questão pode ser entendida como uma consequência da vitória da União Soviética na Segunda Guerra Mundial. O retorno ao cenário sociopolítico garantiu um notável êxito aos comunistas nos países onde eleições foram realizadas. Assim, passaram a exercer grande influência nas disputas eleitorais como também fazer oposição aos interesses econômicos norte-americanos.

Apesar da abertura política o notável crescimento da esquerda alertou o governo norte-americano do “perigo” que eles representavam. O início da repressão contra os comunistas se deu a partir do anúncio da Doutrina Truman em 12 de março de 1947. Baseada na política de contenção, elaborada por George Kennan em 1946, a doutrina procurava garantir ajuda aos “povos livres” a fim de manter suas instituições e sua integridade nacional contra movimentos considerados agressivos e que tinham como objetivo implantar regimes totalitários⁵³. Em outras palavras, o presidente Truman declarou ser a influência soviética um perigo aos interesses norte-americanos, já que, baseados na suposição de que a União Soviética através de recursos políticos, econômicos e psicológicos, buscou estabelecer laços de

⁴⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Op. Cit. 309.

⁵⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Op. Cit. p. 124.

⁵¹ Parte deste aumento pode ser explicado através da migração do campo para as cidades. Entretanto, a transferência da população não pode ser observada apenas como uma busca por melhores condições de vida. Octavio Ianni aponta que a modernização do processo produtivo agrário foi também um responsável por essa transferência. Não obstante, ressalta-se que este deslocamento foi algo característico das regiões sul e sudeste do Brasil. IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Op. Cit. p. 39-40.

⁵² BETHELL, Leslie. ROXBOROUGH, Ian. (org). **América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Op. Cit. p. 24.

⁵³ **President Harry S. Truman's address before a joint session of Congress, march 12, 1947**. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp>. Acesso em 21 abr. 2016.

proximidade com países onde o desenvolvimento industrial era algo prioritário e que dispunha de uma grande quantidade de matéria-prima. Ao se apresentar como parceira comercial, a União Soviética buscou ampliar sua zona de influência nos espaços ocupados pelo mercado norte-americano⁵⁴. Parte desta questão foi elaborada pela socióloga Marta Huggins, onde sugere que estes recursos eram postos em prática através de meios de agitação e propaganda realizados, principalmente, através dos partidos comunistas e dos seus sindicatos. Com isto, o governo norte-americano através da Doutrina Truman declarou uma guerra contra o avanço da influência comunista no mundo.

Apesar do anticomunismo ser amplamente utilizado durante a Guerra Fria como justificativa para uma série de questões, sua origem remota à época da Revolução Russa em 1917. Noam Chomsky aponta que o sucesso da revolução foi encarado pelos congressistas de Washington como algo terrível. Apoiados por setores da mídia, empresarial e órgãos de vigilância, a retórica do “pânico vermelho” foi amplamente dissolvida na sociedade o que levou a perseguição de comunistas e anarquistas norte-americanos, fechamento de sindicatos, além de promover a eliminação dos chamados “problemas perigosos”: a liberdade de imprensa e de pensamento político⁵⁵.

Entretanto, no caso de o anticomunismo ser utilizado como uma ferramenta da política externa norte-americana, como é o caso da Guerra Fria, dois pontos se destacam. O primeiro deles trata-se da participação de J. Edgar Hoover⁵⁶ neste processo. Conhecido por ser um dos homens mais temidos dos Estados Unidos, o chefe do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) desde os seus anos iniciais no Departamento de Justiça empenhou uma guerra pessoal contra comunistas e anarquistas dos Estados Unidos. Antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial Hoover declarou ser a União Soviética inimiga, acusada de empenhar uma conspiração internacional contra o “mundo livre”⁵⁷.

O ponto também possui relações com o diretor do FBI. Trata-se das ramificações dos seus tentáculos na política de Washington. Já em 1946, o Congresso norte-americano apontava uma considerável vantagem para os Republicanos. Figuras como Richard Nixon, J. Parnell Thomas e posteriormente Joseph McCarthy, foram responsáveis por difundir amplamente o anticomunismo na sociedade. A propaganda levada a cabo por estes políticos

⁵⁴ HUGGINS, Marta K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Editora Cortez, 1998. p. 81-82.

⁵⁵ CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. p. 12.

⁵⁶ J. Edgar Hoover foi diretor do FBI entre 22 de março de 1935 até 2 de maio de 1972, quando faleceu.

⁵⁷ WEINER, Tim. **Inimigos: uma história do FBI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015. p. 167.

tinha seu centro de produção o FBI. Os relatórios produzidos pelos seus agentes eram lidos e autorizados para distribuição pelo próprio Hoover, servindo como instrumento de denúncia para as atividades consideradas antiamericanas e esquerdista, além de servir como material de propaganda para “revelar” as intenções da União Soviética em ampliar sua zona de influência no mundo⁵⁸.

Mais para que isto tivesse legitimidade era preciso convencer o “mundo livre” de que realmente a União Soviética representava uma ameaça. Noam Chomsky aponta para necessidade dos Estados Unidos de sempre está criando um inimigo externo que ameace a “liberdade” e o seu “modo de vida”. Seria uma espécie de “monstro imaginário” concebido através de uma ampla ofensiva ideológica⁵⁹. O mesmo pensamento é compartilhado pelo historiador francês Raoul Girardet.

De acordo com o historiador, antes mesmo da ideia de um complô é necessário impor em primeiro lugar uma imagem temível e temida de determinada organização⁶⁰. Neste caso, o complô assume aqui o papel da “conspiração comunista soviética”, enquanto que a organização seria o *Comintern* operando através dos partidos comunistas e sindicatos espalhados pelo mundo. Ainda de acordo com Girardet, “a acusação de complô não cessou de ser utilizada pelo poder estabelecido para livrar-se de seus suspeitos ou de seus opositores, para legitimar os expurgos e as exclusões, bem como para camuflar próprias falhas e seus próprios fracassos”⁶¹. O anticomunismo permitiu a elaboração de novas políticas de intervenção – independente dos métodos utilizados – nos países onde os interesses norte-americanos fossem ameaçados.

Ainda de acordo com Noam Chomsky, a propaganda política, termo utilizado para definir a manipulação das massas em benefício político, é utilizada pelo estado e apoiada pelas classes dominantes sem nenhum espaço para contestação⁶². Neste caso, a Doutrina Truman tornou o anticomunismo não só uma propaganda política como também um dos pilares da política externa norte-americana durante a Guerra Fria. Não obstante, o historiador Eric Hobsbawm aponta que a União Soviética não era uma grande ameaça. Na sua opinião, o anticomunismo foi alimentado para amplificar e manter o controle e sua influência nos estados

⁵⁸ Ibidem. p. 191.

⁵⁹ CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. Op. Cit. p. 46.

⁶⁰ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 34.

⁶¹ Ibidem. p. 49-50.

⁶² CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. Op. Cit. p. 12-13.

clientes dos Estados Unidos⁶³. Fora da zona soviética nenhum perigo pode ser considerado: “Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho”⁶⁴.

Na América Latina, o anticomunismo encontrou ampla aceitação entre os governos considerados democráticos. As formulações do Departamento de Estado já eram influenciadas pela política do anticomunismo e justificavam o “perigo vermelho” através do sucesso da Revolução Chinesa (1947). Ou seja, movimentos semelhantes poderiam ocorrer no continente com um suposto apoio da União Soviética caso os Estados Unidos negligenciassem o crescimento e a participação dos comunistas na política latino-americana. Estas questões podem ser observadas a partir da leitura de alguns documentos.

O primeiro deles trata-se da trigésima segunda resolução da Ata Final da IX Conferência Internacional dos Estados Americanos realizada na cidade de Bogotá⁶⁵. O documento intitulado *Preservação e defesa da democracia na América*, estipulou os mecanismos de defesa para o sistema político interamericano frente a “ameaça comunista”. Propôs-se o estabelecimento de medidas urgentes para “proscrever táticas de dominação totalitária que são incompatíveis com a tradição dos países da América”⁶⁶. Em outras palavras, sua aplicação procurou impedir que agentes a serviço dos soviéticos buscassem “distorcer a verdade e a livre vontade dos povos deste continente”⁶⁷.

Apesar da condenação aos regimes totalitários, o documento enxergou apenas o comunismo como problema e não levou em consideração que até aquele momento grande parte dos países da América Latina viviam sobre algum tipo de regime de exceção. Dos 21 países que ratificaram a Resolução cinco eram controlados por regimes ditatoriais⁶⁸, cinco exerciam forte repressão sobre os partidos comunistas⁶⁹, três viviam sobre uma frágil democracia⁷⁰ e sete

⁶³ Após estabelecer seus inimigos, os Estados Unidos empenharam-se em campanhas para destruí-los. Neste caso, os programas das administrações Truman e Kennedy podem ser considerados instrumentos de contenção e combate ao comunismo.

⁶⁴ HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o longo século XX (1914-1991)**. Op. Cit. p. 230.

⁶⁵ A IX Conferência Internacional dos Estados Americanos foi realizada entre 30 de março e 2 de maio de 1948 na capital da Colômbia, Bogotá. Contou com a participação de representantes de 21 países americanos, dentre os quais estavam: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Nesta reunião foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA). Para maiores informações conferir: ARRIGHI, Jean Michael. **OEA: Organização dos Estados Americanos**. Barueri, São Paulo: Manole, 2004. p.18.

⁶⁶ **Resolução nº XXXII da Ata Final de Bogotá: “A preservação e defesa da democracia na América”**. Disponível em: <<https://goo.gl/rv8DXA>>. Acesso: 23 abr. 2016.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ El Savador, Honduras, Nicarágua, República Dominicana e Paraguai.

⁶⁹ Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba e Peru.

⁷⁰ Bolívia, Equador e Panamá.

possuíam regimes democráticos que em alguns anos sofreriam golpes militares⁷¹. Apenas na Guatemala havia um sistema democrático estabelecido, mas, que em poucos anos sofreria com o intervencionismo imperialista norte-americano. O documento ainda possuía um dispositivo que autorizava a criação, por parte dos governos latinos, de mecanismos destinados a contenção do comunismo na região:

Para adotar, dentro de seus respectivos territórios e em conformidade com as disposições constitucionais de cada Estado, as medidas necessárias para erradicar e prevenir atividades direcionadas, assistida ou instigada por governos estrangeiros, organizações ou indivíduos, que tendem a derrubar suas instituições por violência, fomentar desordem em sua vida política interna, ou perturbar, por meio de pressão, propaganda subversiva, ameaças ou por qualquer outro meio, o direito livre e soberano de seus povos para se governar de acordo com as suas aspirações democráticas⁷².

Um outro documento foi preparado pela equipe de planejamento político do Departamento de Estado sobre a orientação do seu secretário, George Marshall, cujo título era *The Secretary of State to Diplomatic representatives in the American Republics*. Classificado como secreto e datado de 22 de março de 1948, o PPS-26, como ficou conhecido, estabeleceu a política anticomunista dos Estados Unidos para a América Latina⁷³.

A leitura deste documento revela os interesses norte-americanos de participar na elaboração de medidas destinadas a contenção do comunismo conforme apresentado no documento anterior. Vale ressaltar que este documento antecedeu a Resolução da Ata Final de Bogotá. Desta forma, é possível apontar que o governo norte-americano exerceu uma forte influência no dispositivo que autorizava os governos latinos a criarem políticas anticomunistas:

A questão do comunismo será considerada na IX Conferência Internacional dos Estados Americanos que se reunirá em Bogotá, em 30 de março de 1948. As propostas que, provavelmente serão feitas, são semelhantes a resolução VI aprovada na Segunda Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas em Havana, Cuba, em julho de 1940. A resolução de Havana prevê que: "Cada um dos Governos das Repúblicas Americanas devem adotar no seu território todas as medidas necessárias, em conformidade com os seus poderes constitucionais para prevenir e reprimir quaisquer atividades dirigidas, assistidas, ou instigadas por governos estrangeiros ou grupos estrangeiros ou indivíduos, que tendem a subverter as instituições nacionais, ou para fomentar a desordem em sua vida política interna, ou para modificar por pressão, propaganda, ameaças, ou de qualquer outra forma, o direito livre e soberano de seus povos a ser regido pelo seu atual sistema doméstico⁷⁴.

⁷¹ Argentina, Colômbia, Guatemala, Haiti, México, Uruguai e Venezuela.

⁷² **Resolução nº XXXII da Ata Final de Bogotá: "A preservação e defesa da democracia na América"**. Disponível em: <<https://goo.gl/rv8DXA>>. Acesso: 23 abr. 2016.

⁷³ **Paper prepared by the policy planning staff. PPS-26**. Washington, march 22, 1948. Disponível em: <<https://goo.gl/rv8DXA>>. Acesso em 23 abr. 2016.

⁷⁴ Idem.

Ao se referir a resolução anterior aprovada em julho de 1940, o contexto era em relação a ameaça nazista. Ainda de acordo com o documento, a proposta de uma política anticomunista para o sistema interamericano partiu da iniciativa de três países: Argentina, Haiti e República Dominicana. Em agosto de 1947 o governo argentino através de sua representação nos Estados Unidos pressionou, sem sucesso, o governo norte-americano a tomar parte nos acordos anticomunistas⁷⁵. No ano seguinte, os governos do Haiti e República Dominicana, sendo este último comandado pelo ditador Rafael Trujillo desde 1930, sugeriam um pacto anticomunista entre seus países. A sugestão de incluir outros países do sistema interamericano em um acordo que combatesse a influência do comunismo no continente partiu do presidente haitiano Dumarsais Estimé⁷⁶:

Durante a última parte de 1947, o Governo Dominicano sugeriu ao Governo Haitiano a negociação de um acordo anticomunista. O Governo haitiano respondeu que as outras repúblicas americanas deveriam ser incluídas nestes importantes acordos, e que o Governo Dominicano deseja tomar a iniciativa em matéria de acordos multilaterais entre as Repúblicas Americanas. O Governo Dominicano seguiu a sugestão do Haiti, mas, a sua proposta foi apreciada com ligeira resposta dos outros Governos americanos. O Departamento [Estado] enviou a seguinte instrução telegráfica para funcionários diplomáticos americanos nas outras repúblicas americanas sob a data de 17 de dezembro de 1947: No caso de você deve ser consultado em relação aos pontos de vista deste Governo sobre uma possível ação interamericana multilateral para a defesa contra a penetração comunista como resultado de iniciativas tais como a recente sugestão feita pelo Governo Dominicano para o Haiti, você pode indicar que o Governo dos Estados Unidos acredita que este problema, cuja gravidade é reconhecida, pode melhor ser tratado no presente por cada país de acordo com as situações variadas de país para país⁷⁷.

Chama atenção a crítica realizada pelo PPS-26 quanto ao papel dos Estados Unidos de “afrouxar” o combate da influência comunista na América Latina logo depois da Segunda Guerra Mundial. Esta postura provocou o ressurgimento de atores “indesejáveis” na cena política de alguns países. Com isto, a partir do crescimento dos partidos comunistas na América Latina, assim como as mobilizações trabalhistas, a Doutrina Truman e o sucesso da Revolução Chinesa, o comunismo passou a ser considerado como uma ameaça ao sistema interamericano provocando uma revisão da política externa norte-americana: “As atividades aceleradas de comunismo internacional indicam que o tempo chegou, [...] para uma revisão cuidadosa e completa da posição do Governo dos Estados Unidos sobre os meios para combater o comunismo”⁷⁸. Na visão do Departamento de Estado, estes fatores eram sinais de um plano da União Soviética para dominação global atingindo, inclusive, sua principal zona de influência:

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Dumarsais Estimé foi presidente do Haiti entre 16 de agosto de 1946 até 10 de maio de 1950.

⁷⁷ **Paper prepared by the policy planning staff. PPS-26.** Washington, march 22, 1948. Disponível em: <<https://goo.gl/rv8DXA>>. Acesso em 23 abr. 2016.

⁷⁸ Idem.

No momento, o comunismo internacional deve ser considerado como uma ferramenta do Kremlin, utilizada para avançar projetos imperialistas e suplantar a democracia em todo o mundo com um sistema de estado policial totalitário que suprime os direitos humanos e as liberdades civis. [...] O comunismo internacional, conseqüentemente, é uma ameaça direta e importante para a segurança nacional dos Estados Unidos, e de todas as outras repúblicas americanas⁷⁹.

Algumas sugestões de combate ao comunismo foram incluídas nas recomendações finais do PPS-26, servindo como base para a Ata Final de Bogotá. Alguns pontos se destacam, dentre eles: o encorajamento para atividades sindicais que excluía a participação de partidos comunistas em suas atividades: “devem ser encorajados o movimento para a organização não comunista do trabalho, incluindo sindicatos católicos”⁸⁰; disponibilização dos órgãos de investigação e espionagem, FBI e CIA respectivamente, para elaborar “um plano de cooperação policial nas Américas para combater as atividades comunistas, incluindo um eventual treinamento nos Estados Unidos de oficiais de polícia das Repúblicas Americanas”⁸¹; adoção de um mecanismo de vigilância que controlava a saída de comunistas norte-americanos com destino aos países da América Latina recusando seus passaportes: “O Departamento de Estado deve tomar medidas que podem ser possíveis para recusar passaportes aos comunistas conhecidos que sejam cidadãos dos Estados Unidos e que desejam ir para qualquer uma das outras Repúblicas Americanas”⁸².

Destaca-se também as habituais recomendações para promoção do desenvolvimento econômico demonstrando ser mais um engodo na tentativa de atrair governos anticomunistas. As recomendações neste sentido incluíam a participação de representações norte-americanas que estavam além das questões econômicas buscando se inserir no campo social. Trata-se da atuação dos Centros Culturais nas representações norte-americanas e da Agencia de Informações dos Estados Unidos (USIA) utilizados como instrumentos de difusão do anticomunismo através de publicações, programas de rádio e TV, além da própria imprensa:

Em cooperação com outros escritórios interessados, deve continuar a dar urgente atenção aos planos específicos para auxiliar no desenvolvimento econômico das Repúblicas Americanas. Tais planos devem ser coerentes com as demais obrigações dos Estados Unidos e deve ser objeto da mais elevada prioridade em outras partes do mundo; deve ser baseada no princípio de ajuda as outras Repúblicas Americanas para ajudar a si mesmos.

A cooperação econômica e social eficaz é uma grande arma para combater a influência comunista, programas de cooperação interamericanos, como os relativos à saúde pública e saneamento, agricultura, produção de alimentos, etc. deve prosseguir.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

O Departamento de Estado deve continuar a utilizar, e para melhorar, essas atividades em seu Programa de Informação Cultural na América Latina, o que ajudariam a combater o comunismo.

Bibliotecas americanas e institutos culturais de cooperação não devem ser envolvidos em assuntos da política interna nas Repúblicas Americanas. Sua influência será anticomunista se exercem as suas funções normais de forma eficiente. Rádio, imprensa e programas de imagem deve ser revisto para determinar a sua eficácia como medidas para combater o comunismo⁸³.

A apresentação destes documentos serviu para legitimar a repressão contra os comunistas a partir da segunda metade da década de 1940 contribuindo para o retrocesso das democracias nos países da América Latina. Além disto, os Estados Unidos patrocinaram diretamente a deposição de governos eleitos e em seus lugares foram instalados governos de exceção militares e civis⁸⁴. Exemplos deste retrocesso foram os casos do Brasil e do Chile onde em pleno regime “democrático” os partidos comunistas tiveram seus registros e mandatos cassados, seus principais líderes foram presos e o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética. Em alguns anos ambos países sofreriam mais uma vez com as práticas intervencionistas do governo norte-americano quando em 1964 e 1973, respectivamente, ambos os países foram vítimas de um golpe militar.

2.3 O programa Ponto IV e a assistência militar

Outros fatores que contribuíram para alimentar a política anticomunista na América se deu através de programas de assistência técnica norte-americana. O primeiro deles foi criado pelo presidente Truman em 20 de janeiro de 1949 e ficou conhecido como Ponto IV. O programa estabeleceu um conjunto de medidas estratégicas destinada a promoção do desenvolvimento industrial dos países subdesenvolvidos⁸⁵. Sua principal característica foi a aplicação de assistência técnica através da instituição de comissões onde foram elaborados estudos sobre a economia dos países participantes⁸⁶. Entretanto, a leitura de documentos demonstra a utilização deste programa como um instrumento de contenção ao comunismo nos países em que atuava.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Assim seguiu a ordem de deposição dos governos: no Equador Velasco Ibarra foi deposto por um golpe militar em 1947; no Panamá José A. Remón, chefe da polícia nacional, foi eleito por um processo marcado por fraudes; na Bolívia a Frente Democrática Antifascista foi dissolvida e foi substituída por uma ditadura militar a partir de 1947; No Peru, José Luis Bustamante y Rivero foi deposto em 1948; na Venezuela um golpe militar em 1948 instalou um governo repressivo comandado por Marcos Pérez Jiménez.

⁸⁵ **Harry S. Truman Inaugural address**. January 20, 1949. Disponível em <<http://goo.gl/78woRq>>. Acesso em 12 jan. 2016.

⁸⁶ A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos é um exemplo de como funcionava o programa.

Um memorando classificado como confidencial datado de 24 de janeiro de 1949 cujo autor, Dean Acheson, então secretário de estado, apontou as primeiras recomendações quanto ao funcionamento do programa. Acheson pensou numa forma de cooperação entre os Departamentos de Estado, Tesouro e Comercio juntamente a instituições financeiras como o EXIMBANK, todos com o papel de elaborar sugestões necessárias ao funcionamento do programa⁸⁷. Um outro memorando do mesmo autor, sendo que encaminhado diretamente ao presidente Truman destacou os principais objetivos do programa que consistia em:

Ajudar a atingir as extremidades imateriais da paz e da liberdade através do material, ou seja, através da melhoria das condições de vida. [...] O objetivo é ajudar os povos livres do mundo, através de seus próprios esforços, produzir mais comidas, mais roupas, mais materiais para habitação e mais poder mecânico para aliviar seu fardo. Este programa pode aumentar significativamente a atividade industrial em outras nações e pode aumentar substancialmente o seu nível de vida⁸⁸.

O programa também serviu como instrumento de propagação do estilo de vida norte-americano. Isto pode ser demonstrado a partir da leitura de outro documento onde o Dean Acheson descreve a *american way of life* como um modelo de vida a ser adotado pelos países alvos do Ponto IV:

Primeiro de tudo, espero que todos vocês entendam a configuração do Ponto 4 no discurso Inaugural do Presidente. Foi um dos quatro principais cursos de ação que o Presidente disse que seria realizado pela sua administração durante os próximos quatro anos, com a finalidade de atingir o grande objetivo ao qual falava aos interessados. Este objetivo deixou claro em nosso próprio país e em todo o mundo a finalidade da vida americana e a finalidade do sistema americano. Esta proposta é para permitir que o indivíduo alcance a liberdade e a dignidade, a plenitude de vida que deve ser o propósito do governo de todos e de toda a vida na terra⁸⁹.

O funcionamento do programa baseava-se na cooperação técnica contribuindo para um melhoramento das questões de administração pública e econômica⁹⁰. Na ótica do Departamento de Estado ao realizar estudos com determinado corpo técnico e composto principalmente de economistas que permitissem os países “subdesenvolvidos” alcançar melhorias nos níveis econômicos, supostamente, a ameaça comunista seria afastada. Além da ajuda técnica, um dos grandes pilares da política anticomunista foi o programa de envio de armas e ajuda militar. A corrida armamentista estabelecida durante a Guerra Fria resultou na

⁸⁷ **Memorandum of Conversation, by the Secretary of State.** Washington, January 24, 1949. Disponível em: <<https://goo.gl/Y9IHTF>>. Acesso: 17 abr. 2016.

⁸⁸ **The Secretary of State to President Truman. Subject: Progress Report on Point IV.** Washington, March 14, 1949. Disponível em: <<https://goo.gl/bsfg78>>. Acesso: 17 abr. 2016.

⁸⁹ **Transcription or Extemporaneous Remarks by Secretary of State Dean Acheson, Concerning Point 4 of the President's Inaugural Address, at His Press Conference.** January 26, 1949. Disponível em: <<https://goo.gl/re8H4l>>. Acesso: 17 abr. 2016.

⁹⁰ HUGGINS, Marta K. **Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina.** Op. Cit. p. 88-89.

criação de um complexo industrial-militar, termo utilizado pelo presidente Dwight D. Eisenhower⁹¹ para justificar o notável crescimento das forças militares norte-americanas⁹².

A pesquisa para o desenvolvimento de armamentos cada vez mais modernos gerou um excedente de equipamentos obsoletos. Para resolver esta questão o governo norte-americano destinou estes equipamentos⁹³ aos países aliados com vistas a contenção de atividades subversivas como também para manter em plena atividade sua indústria bélica: “Os [...] complexos industrial-militares eram estimulados por seus governos a usar sua capacidade excedente para atrair e armar aliados e clientes, e, ao mesmo tempo, conquistar lucrativos mercados de exportação, enquanto reservavam apenas para si os armamentos mais atualizados e, claro, suas armas nucleares”⁹⁴.

O programa de envio efetivo de armas remonta ao ano de 1947, quando foi dado o pontapé inicial do governo norte-americano para assegurar a defesa militar do continente através do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Este, procurou estabelecer um acordo para promoção de ajuda militar efetiva contra possíveis agressões estrangeiras na região⁹⁵. Em outras palavras, a assinatura deste acordo, além de reeditar a Doutrina Monroe, oficializava a entrada da América Latina na Guerra Fria. Este tratado, assim como a criação no ano seguinte da Organização dos Estados Americanos (OEA), serviu como instrumentos de legitimação das ações intervencionistas executadas pelos Estados Unidos no continente.

Ao propor uma assistência recíproca no âmbito militar, os Estados Unidos – principal interessado – tinha carta branca para interferir onde achasse necessário principalmente onde o “perigo comunista” fosse enxergado. Juntando os instrumentos até aqui apresentados a ratificação deste tratado autorizava os Estados Unidos a assumir um papel de polícia política e econômica responsável por zelar pela “segurança do mundo livre”:

⁹¹ Dwight D. Eisenhower foi presidente dos Estados Unidos de 20 de janeiro de 1953 até 20 de janeiro de 1961.

⁹² HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o longo século XX (1914-1991)**. Op. Cit. p. 233.

⁹³ Cabe aqui uma observação. Além dos acordos direto entre os Estados Unidos e os governos beneficiados, uma outra forma de envio destes armamentos era através do programa Ponto IV. Numa busca policial realizada em 10 de outubro de 1963 as tropas do Exército Brasileiro encontraram em um sítio na cidade de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, 10 metralhadoras modelo Thompson, 6.000 balas, 50 granadas, além de diversos materiais bélicos. Todos estes equipamentos apreendidos pelo exército continha o símbolo do “Programa Ponto IV”. Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Op. Cit. p.457. A prática norte-americana de promover o envio de material bélico através de seus programas de assistência foi muito comum durante a segunda metade do século XX. Durante a crise da Birmânia na década de 1960 foram encontrados depósitos de munições pertencentes ao exército da China Nacionalista que continham armamentos fornecidos pelo Programa Ponto IV. Situação semelhante ocorreu durante a Crise da Indonésia quando o presidente Sukarno denunciou, em 1958, que os Estados Unidos estavam abastecendo os rebeldes com armas e munições provavelmente provenientes do programa Ponto IV. Para maiores informações ver: ROSS, Thomas. & WISE, David. **O Governo Invisível: as forças ocultas dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

⁹⁴ HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o longo século XX (1914-1991)**. Op. Cit. p. 233.

⁹⁵ **Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance**. Disponível em: <<https://goo.gl/rh72ki>>. Acesso: 18 dez. 2015.

O imperialismo norte-americano, assumindo a vanguarda da contrarrevolução mundial, ampliava o seu poder internacional de polícia, conjugando a diplomacia do dólar à força do big stick, ou seja, do grande cassetete, numa série de atos e instrumentos que o Governo Truman elaborou, ao deflagrar a guerra fria contra a União Soviética⁹⁶.

Documentos classificados como secreto revelam a adoção por parte do governo norte-americano de programas com medidas específicas necessárias para atingir os objetivos deste país com relação a União Soviética⁹⁷. Trata-se de um relatório encaminhado ao Departamento de Defesa e o NSC, produzido pelo almirante Sidney Souers, secretário-executivo deste último órgão, datado de 17 de novembro de 1948. O NSC-35 reforçou a importância dos acordos militares assinados até aquele momento, e apontou a necessidade de promover a manutenção da segurança dos Estados Unidos, seus territórios, possessões, áreas arrendadas e protetorados, assim como dos demais países da América⁹⁸.

Outro memorando produzido pelo Departamento de Defesa datado de 20 de outubro de 1959, cujo assunto “*Strategic Guidance for the 1962-1966 Military Assistance Planning Period*”, evidenciou a dimensão dos planos de defesa norte-americanos frente a ameaça soviética. Segundo o documento seria vital “defender áreas de importância estratégica localizadas na zona de segurança da OEA [...] contra uma agressão pelo Bloco Comunista Soviético”⁹⁹.

Estas foram as justificativas utilizadas para o estabelecimento do programa de ajuda militar. Apesar do ano de 1947 marcar o início efetivo do programa sua origem remonta aos acordos militares constituídos ainda durante a Segunda Guerra Mundial. Consistia basicamente da venda de armas e equipamentos além de treinamentos para os militares latino-americanos. De acordo com o historiador Carlos Fico, o fornecimento de armamentos comprometeu os países com a defesa do continente, como também estabeleceu uma relação de dependência com os Estados Unidos¹⁰⁰. Uma definição clara deste programa como instrumento de contenção foi registrada pelo general norte-americano Robert J. Wood. Nas suas palavras, o programa

⁹⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Op. Cit. p. 334.

⁹⁷ **Report to the National Security Council by the Secretary of Defense (Forrestal)**. NSC 35. Washington, November 17, 1948. Disponível em: <<https://goo.gl/KDWzGw>>. Acesso: 24 abr. 2016.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ [Defend areas of strategic importance located with the OAS “Security Zone” as outlined in the latest approved General Military Plan for the Defense of the American Continent Against an Aggression by the Communist Soviet Bloc] **Memore military assistance programs in Spain, Ethiopia, Indonesia, Latin America, Southeast Asia and the Far East, no date** [U.S. President’s Committee on Information Activities Abroad, Box 2, Map Training #10 (5)]. Disponível em: <<http://goo.gl/eWQF7G>>. Acesso: 29 out. 2015.

¹⁰⁰ FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.21-22.

fornecia “equipamentos e armamentos militares aos aliados e nações amigas que compartilha do nosso ponto de vista com relação à ameaça do comunismo internacional”¹⁰¹.

Na prática, o envio de armas e o estabelecimento de acordos militares de nada adiantariam numa época em que mísseis balísticos com cargas nucleares capazes de atingir qualquer área do globo era uma realidade concreta. Estes programas foram utilizados para o treinamento de militares onde eram ensinados métodos de contraespionagem e patrulha ostensiva cujo objetivo era de montar um aparelho repressor contra as ameaças internas e externas. A intensificação desse tipo de ajuda foi a partir de 1954 com o Memorando de Ação 1290 do NSC, simplesmente conhecido como Programa 1290d, cujo o principal objetivo foi “desenvolver forças policiais para manter a segurança interna e para destruir a eficácia do aparelho comunista em países do mundo livre vulneráveis à subversão comunista”¹⁰². Não obstante, os métodos empregados pelos Estados Unidos eram mais nocivos a liberdade do que a própria ameaça comunista.

Uma forma interessante para demonstrar a nocividade deste programa para a frágil democracia da América Latina pode ser feita através da leitura da seguinte charge cujo título é uma ironia a política da boa vizinhança do presidente Roosevelt:

¹⁰¹ SAXE-FERNÁNDEZ, John. **A Assistência Militar dos U.S.A e a Paz Americana**. In Revista Civilização Brasileira. Ano III, nº 15. Setembro, 1965. p.107.

¹⁰² HUGGINS, Marta K. **Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina**. Op. Cit. p. 95.



Figura 1 - The New Good Neighbor Policy. Herblock, Washington Post, 1947.

Fonte: JOHNSON, John J. *Latin America in Caricature*. Texas: University of Texas Press, 1980. p.293.

Nesta figura, o velho Tio Sam “presenteia” através de sua fronteira uma criança com armas. A criança possui uma inscrição em sua camisa, *potential strong men* e representa, de certa forma, os militares latino-americanos. A expressão estampada na camisa do menino representa o futuro de muitas repúblicas latino-americanas que em pouco tempo seriam controladas por governos militares. A charge transmite a ideia que o programa de ajuda militar norte-americano na verdade era administrado de forma irresponsável, já que o artista procurou demonstra de forma muito clara que crianças não deveriam ser autorizadas a brincar com armas¹⁰³.

Chester Bowles, subsecretário de Estado da administração Kennedy, comentou a respeito do programa afirmando que este estaria criando “forças armadas treinadas capazes de tomar o poder e usá-lo para o bem ou para o mal”¹⁰⁴. E de fato, não só o envio de armas como

¹⁰³ Idem p.292.

¹⁰⁴ BOWLES, Chester. *Carta ao presidente John F. Kennedy, 30 de setembro*. John F. Kennedy Library, National Security File n. 328, Boston, Massachusetts. *Apud* HUGGINS, Martha. **Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina**. Op. Cit. p. 136.

o treinamento de militares latino-americanos em academias nos Estados Unidos¹⁰⁵ colaboram para a instalação de regimes militares na América Latina durante as décadas de 1960 e 1970. Mesmo com a adoção por parte da administração Kennedy de uma “política de novas fronteiras” o programa de envio de armas não foi posto de lado. Poucos meses após o anúncio da Aliança para o Progresso o secretário de defesa Robert McNamara e o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos, General Lyman Lemnitzer, solicitaram ao Comitê de Assuntos das Relações Exteriores da Câmara dos Representantes, autorização para o envio de armas à América Latina e ao Sudeste Asiático¹⁰⁶.

Tal medida foi criticada em um editorial do jornal norte-americano *The New York Times*, destacando que tal ação resultava em um esforço contrário a “doutrina de fronteiras novas”¹⁰⁷. A aprovação do recurso aumentou consideravelmente a distribuição de armas na região ajudando no fortalecimento de militares no poder¹⁰⁸. A crítica do editorial estava baseada nas palavras do congressista democrata de Illinois Barratt O'Hara, onde acreditava está o Pentágono prescrevendo um cheque em branco do Congresso para manter os governos militares o poder¹⁰⁹. Em outras palavras, o editorial denunciou que as armas na América Latina eram utilizadas para manter a segurança interna, o que na sua ótica seria legítimo, exceto pelo fato dos militares viverem com relativo luxo e manterem em suas mãos o poder definitivo para fazer e desfazer os governos¹¹⁰. Em suma, não era nenhuma novidade que as armas fornecidas para a América Latina desde a administração Truman eram utilizadas “somente para alimentar as ditaduras e militares da direita”¹¹¹.

Até aqui foram apresentados os mecanismos utilizados pelo governo norte-americano para exercer o controle de situações dos países da América Latina. Vejamos um dos maiores exemplos de como estes mecanismos foram utilizados na prática através de uma operação que resultou na deposição do presidente da Guatemala Jacobo Arbenz¹¹². Arthur Schlesinger descreve essa operação como um retorno da velha política do *big stick*, onde seus resultados contribuíram para transformar os Estados Unidos em um objeto de ódio universal¹¹³.

¹⁰⁵ Dentre os principais programas de treinamento de militares se destaca a criação da *International Police Academy*, que consistia em uma escola para treinar policiais e militares de todo “mundo livre” contra a influência do comunismo. Cf. HUGGINS, Martha. **Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina**. Op. Cit.

¹⁰⁶ O “New York Times” considera estranho o esforço do governo de Kennedy de perpetuar e mesmo aumentar a ajuda militar à América Latina. **Jornal do Commercio**. Recife, 14 jun. 1961. Ano XLIII, nº 135. p.05.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Jacobo Arbenz Guzmán foi presidente da Guatemala entre 15 de março de 1951 até 27 de junho de 1954.

¹¹³ SCHLESINGER, Arthur M. **Mil dias: John F. Kennedy na Casa Branca**. Op. Cit. p.203.

Em 1952, o presidente Arbenz anunciou uma série de reformas estruturais para o seu país dentre as quais se destacava a reforma agrária. Estas medidas como sempre não agradavam o governo norte-americano principalmente quando algumas das terras pertenciam a empresa *United Fruit Company* com fortes ligações com o então secretário de estado da administração Eisenhower, John F. Dulles.

Isto foi o estopim da elaboração de um plano para deposição do presidente Arbenz. O governo norte-americano recorreu aos instrumentos legais e ilegais disponíveis naquele momento. Neste caso, consiste em táticas secretas elaboradas pela Agência Central de Inteligência (CIA). Normalmente, essas ações encobertas, como ficou conhecida, são postas em prática quando a intervenção militar deveria ser secreta e mantida longe do conhecimento do público¹¹⁴. Mais neste caso as ações ilegais foram respaldadas com ações legais.

Para legitimar a deposição foram utilizadas justificativas de que o comunismo estava sendo implantando na Guatemala. Em março de 1954, o governo norte-americano propôs na X Conferência Pan-americana uma resolução declarando que a “dominação ou controle das instituições políticas de qualquer estado americano por parte do movimento comunista internacional [...] constituiria uma ameaça” a segurança norte-americana¹¹⁵. Invocando o TIAR e com a benção da OEA, em 18 de julho de 1954, uma ação coordenada entre as tropas do coronel Carlos Castillo Armas – fantoche dos Estados Unidos – e aviões norte-americanos iniciaram o processo de deposição do presidente Arbenz. Embora as tropas leais ao presidente oferecessem resistência aos golpistas os oficiais do exército negaram o pedido de Arbenz para distribuir armas a população levando a este anunciar sua renúncia em 27 de julho.

Algumas observações demonstram que a Guatemala não era um alvo da suposta conspiração comunista. A primeira delas é o fato de a União Soviética não ter nenhuma missão diplomática nos países pequenos da América Central. A segunda é relativa a participação do Partido Guatemalteco do Trabalho, nome do partido comunista, na administração Arbens. Não é possível indicar uma penetração comunista no governo pois o partido ocupava apenas quatro cadeiras no total de cinquenta e seis no Parlamento¹¹⁶. Não há outra justificativa para invasão senão o fato da reforma agrária anunciada pelo presidente que mexeu com os interesses da *United Fruit Company*.

¹¹⁴ LENS, Sidney. **A Fabricação do império americano – Da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p.12.

¹¹⁵ AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. Op. Cit. p. 110.

¹¹⁶ GRANDIN, Greg. **A Revolução Guatemalteca**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p.19.

Os pontos apresentados até aqui, isto é, a falta de investimentos, a exploração do capital privado, o anticomunismo, o envio de armas, o fomento de ditaduras e a intervenção nos países “rebeldes” contribuíram para acentuar um sentimento de antiamericanismo na América Latina. O próximo tópico apresenta a explosão deste sentimento em manifestações contrárias a política externa norte-americana o que provocou duras consequências para este país.

2.4 Explosões do antiamericanismo na América Latina: da visita de Richard Nixon a Revolução Cubana

Eric Hobsbawm descreve o sentimento antiamericano como uma forma de preocupação da identidade nacional. A chegada de muitos imigrantes aos Estados Unidos na metade do século XIX estimulou a criação de uma imagem do cidadão norte-americano. O “bom americano” deveria demonstrar seu patriotismo através de rituais formais e informais afirmando todo tipo de ideal convencional e institucional estabelecido como característica que reafirmasse sua condição¹¹⁷.

Eram considerados “antiamericanos” todos aqueles que, de alguma forma, cidadãos ou não cidadãos, questionassem os princípios e as práticas do governo dos Estados Unidos por meio de críticas ou oposição ao *establishment*. Além disto, todos aqueles que colocassem em perigo a segurança nacional do país seriam rotulados como tal. O rotulo utilizado para designar inicialmente os inimigos internos foi ampliado durante a Guerra Fria, acusando todos aqueles que, de alguma forma, e até mesmo em outros países, questionassem os padrões do *establishment* norte-americano.

Uma das primeiras grandes explosões do sentimento antiamericano envolvendo chefes de estado norte-americanos aconteceu no Brasil em 1953. Na ocasião, o irmão do presidente Eisenhower, Milton Eisenhower, realizou uma viagem pela América do Sul e antes de retornar aos Estados Unidos ele desembarcou no Rio de Janeiro onde pode sentir presencialmente o clima hostil deste país com relação ao seu. As acusações foram feitas ao seu irmão por não promover uma continuidade das políticas econômicas de anos passados¹¹⁸. Outra demonstração pode ser encontrada nas manifestações provocadas logo após o anúncio do suicídio do presidente Vargas em 1954. A população atacou representações de empresas norte-

¹¹⁷ HOBBSAWM, Eric. **A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914**. In. HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 288.

¹¹⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Op. Cit. p. 365.

americanas no Rio de Janeiro tais como a Standart Oil, a Light & Power, a Companhia Telefônica e a loja de Helena Rubinstein, além do próprio prédio da Embaixada.

Partindo para uma observação maior, chama atenção para o que aconteceu durante uma missão do então vice-presidente Richard Nixon a alguns países da América do Sul. Na avaliação do Departamento de Estado, descritas pelo secretário Foster Dulles para o vice-presidente através de correspondência, a viagem seria de grande interesse nas relações interamericanas¹¹⁹. Entre os dias 27 de abril e 15 de maio de 1958 foram visitados os seguintes países: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela. Participando da comitiva, além de Nixon e sua esposa, estavam Samuel C. Waugh, presidente do EXIMBANK, Roy Rubotton, Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Latino-americanos, entre outros funcionários.

Do ponto de vista do Departamento de Estado a missão representava um gesto de reaproximação por parte da administração Eisenhower dos países da América do Sul. A fragmentação destas relações era resultado de uma política baseada na austeridade econômica somada a questões militares tendo como auge a deposição do governo Jacobo Arbenz. O que estava em jogo era uma tentativa de fortalecer uma nova política interamericana trazendo para próximo dos Estados Unidos os países que, de alguma forma, se sentiam desprezados em relação às demais regiões do mundo¹²⁰.

Em 28 de abril a comitiva aterrissou no Aeroporto Internacional de Carrasco, Uruguai. A programação neste país incluiu um pronunciamento no Senado cuja finalidade era reforçar os princípios daquela visita, assim como garantir o envio de uma ajuda econômica e a participação de um debate na universidade local onde foi recebido com certa hostilidade pelos estudantes¹²¹.

Após acompanhar a posse do presidente Arturo Frondizi na Argentina, Nixon desembarcou em Lima, Peru. Era aproximadamente 11 horas da manhã quando o carro da comitiva se aproximou da Universidade de San Marco. Todas as ruas próximas ao local estavam bloqueadas por estudantes. O ilustre visitante norte-americano tinha sido considerado alguns dias antes *persona non grata* por meio de uma resolução anunciada pela federação da universidade. Diante da massa, Nixon resolveu sair do carro e caminhar até o seu destino. A

¹¹⁹ **Letter From the Secretary of State to the Vice President.** Washington, March 6, 1958. Disponível em: <<https://goo.gl/O8u4FL>>. Acesso: 25 abr. 2016.

¹²⁰ Revisão da política interamericana dos E.U.A. **Correio da Manhã.** Rio de Janeiro, 27 abr. 1958. Ano LVII, nº 19.964. Primeira Página.

¹²¹ Críticas e gritos hostis ouviu Nixon dos estudantes uruguaios. **Última Hora.** Rio de Janeiro, 30 abr. 1958. Ano VIII, nº 2.399. p.04.

resistência estudantil sofreu uma violenta repressão policial, mas não permitiu a entrada do vice-presidente e os portões permaneceram fechados¹²². Novas manifestações foram realizadas diante do hotel em que Nixon estava hospedado. A situação se repetiu mais uma vez quando a comissão chegou a Bogotá. As associações estudantis daquele lugar declarou ser o vice-presidente um visitante indesejável e organizaram manifestações contrárias à sua visita. Dirigindo-se à Praça Bolívar, Nixon foi recepcionado por manifestantes que lançavam folhetos antiamericanos e gritavam palavras hostis¹²³.

O ponto auge das manifestações aconteceu em Caracas. A programação do dia 13 de maio incluía uma visita ao *Panteón Nacional*, local onde descansa os restos mortais do revolucionário Simón Bolívar e uma recepção na residência do embaixador norte-americano¹²⁴. O clima tenso foi sentido já do desembarque, quando, ao sair do aeroporto, uma multidão hostilizou o visitante com vaias e palavras de ordem¹²⁵.

Durante o trajeto, uma multidão composta de quatro mil pessoas atacou a comitiva com pauladas e pedradas, tendo sofrido pequenas escoriações o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Oscar Garcia Velutini e o interprete da comitiva, o coronel Vernon Walters. O caso mais grave registrado foi o do agente encarregado da segurança pessoal do vice-presidente, Henry Roberts, atingido por uma pedrada e por vários golpes de porrete¹²⁶. Durante o ataque, as bandeirinhas dos Estados Unidos que ornamentavam os carros foram arrancadas, rasgadas e cuspidas pelos manifestantes, uma demonstração clara de que aquele visitante não era bem-vindo.

As notícias do ataque ao comboio norte-americano chegaram a Washington imediatamente. O presidente Eisenhower convocou a representação da Venezuela no seu país para prestar maiores esclarecimentos¹²⁷. Às cinco horas da tarde, em Caracas, Nixon concedeu uma entrevista coletiva responsabilizando os comunistas locais pelo ataque¹²⁸. Apesar de estar

¹²² Maus momentos de Nixon no Peru. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 09 maio 1958. Ano XLII, nº 19. 973. Capa.

¹²³ Nixon recebido com aclamações em Bogotá. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 13 maio 1958. Ano LVII, nº 19.976. p.11.

¹²⁴ Atacado o carro de Nixon em Caracas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 14 maio de 1958. Ano LVII, nº 19.977. p.01.

¹²⁵ **Memorandum of a Telephone Conversation Among the Minister-Counselor of the Embassy in Venezuela (Burrows), the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom) in Caracas, and the Deputy Director of the Office of South American Affairs (Sanders) in Washington, May 13, 1958, 2 p.m.** Disponível em: <<https://goo.gl/3SSsxs>>. Acesso: 25 abr. 2016.

¹²⁶ Atacado o carro de Nixon em Caracas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 14 maio 1958. Ano LVII, nº 19.977. Capa.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Nixon recebido com aclamações em Bogotá. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 13 maio 1958. Ano LVII, nº 19.976. Capa.

relativamente seguro na residência do embaixador a multidão permaneceu ao seu redor. A situação ficou ainda mais crítica quando o governo venezuelano não ofereceu garantias de segurança. Diante desta situação o governo norte-americano autorizou o envio de quinhentos militares para garantir a segurança e retirada de Nixon do país¹²⁹. As manifestações contrárias e a reação da população à viagem revelam o alto nível de fragmentação das relações interamericanas sendo esta questão debatida em editorial do *Newsweek* e reproduzida no jornal *Correio da Manhã* no dia 14 de maio de 1958:

As demonstrações revelaram um profundo e amplo desacordo com a política seguida pelos Estados Unidos. A violência serviu para pôr em relevo, como nenhuma outra coisa poderia fazer, o deterioramento das relações norte-latino-americanas no último par de anos¹³⁰.

Outro editorial, desta vez feito pelo *Journal of Commerce*, também reproduzido no *Correio da Manhã*, descreveu que as manifestações serviram como prova do descontentamento da população, assim como apontava que tudo isto era um reflexo da política externa da administração Eisenhower principalmente quando se tratava das questões econômicas:

Se Nixon não sabia antes de partir, agora tem a certeza de que as relações dos Estados Unidos com a América Latina caíram a seu mais baixo nível desde o começo da década de 1930. O jornal considera que a raiz da situação está no aspecto econômico, mas boa parte das críticas que se fazem aos Estados Unidos são claramente injustificadas. Reconhece, não obstante, que desde o termino da última guerra tem havido momentos em que Washington tem estado mais preocupado com a Europa e a Ásia do que a América Latina¹³¹.

Os jornais norte-americanos alertavam para o perigo que a dura política externa representava principalmente tratando-se de questões que alimentavam um sentimento antiamericano podendo ser utilizado como instrumento dos “planos comunistas”. Além dos editoriais, um outro meio utilizado foi através de charges. O exemplo abaixo permite a realização de algumas considerações.

¹²⁹ **Memorandum of a Telephone Conversation Between Captain Kefauver, U.S. Navy, and the Deputy Director of the Office of South American Affairs (Sanders), Washington, May 13, 1958, 3 p.m.** Disponível em: <<https://goo.gl/O6otdi>>. Acesso: 25 abr. 2016.

¹³⁰ Atacado o carro de Nixon em Caracas. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 14 maio 1958. Ano LVII, nº 19.977. p.12.

¹³¹ Nixon recebido com aclamações em Bogotá. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 13 maio 1958. Ano LVII, nº 19.976. Capa.



Figura 2 - Raising cane? – Franklin Morse, Los Angeles Mirror-news, 1959. Copyright, 1959, Times Mirror Company.

Fonte: JOHNSON, John J. **Latin America in Caricature**. Op. Cit. p.236.

Dois personagens se destacam. O primeiro representa a América Latina, escrito em suas calças. Trata-se da figura estereotipada de um trabalhador da cana, profissão muito comum na maioria dos países. Na plantação é possível ler *growth of anti-U.S. feeling*, que em português traduz-se algo como cultivo do sentimento antiamericano. O trabalhador colhe os frutos do fértil terreno de descontentamento provocados pela austeridade da política externa norte-americana acentuadas durante a administração Eisenhower.

O segundo personagem representa a imagem do “inimigo externo” que estava se aproveitando da situação. A “influência comunista” é representada por um velho, possivelmente uma caricatura do então primeiro-ministro soviético, Nikita Khrushchov, que traz em uma das mãos uma foice, que com o martelo representa um dos símbolos do comunismo. Para colher o antiamericanismo bastava que o trabalhador rural aceitasse a ferramenta e assim colhesse o sentimento antiamericano transformando-o em combustível para a luta anti-imperialista na região, optando pela via revolucionária supostamente financiadas pela União Soviética.

Apesar destas leituras o resultado disto não foi, como afirmava o Departamento de Estado, provocado pelos comunistas, mais sim, criado e alimentado pelo próprio governo, conforme descreveu o historiador John J. Johnson:

Os comunistas foram acusados de criar problemas para todo o hemisfério e de promover a antipatia para com os Estados Unidos. O ataque deu um passo acima sobre

o aparelho comunista internacional e serviu para esconder a realidade desse sentimento anti-americano na América Latina que deriva em grande parte do fracasso de Washington desde a II Guerra Mundial em oferecer qualquer coisa inovadora aos países latino-americanos do que a austeridade como uma saída para o seu desenvolvimento social e dilemas econômicos¹³².

Diante deste cenário, foi proposto pelo presidente do Brasil, Juscelino Kubsticheck¹³³, uma saída para estes problemas. Trata-se da Operação Pan-americana elaborada por volta de 1958 como uma alternativa para vencer o atraso e a pobreza da região com o financiamento público e privado da industrialização¹³⁴. Apesar do entusiasmo encontrado pelo presidente não ficou claro se os Estados Unidos patrocinaria por meio deste programa a industrialização de alguns países da América Latina¹³⁵.

As mudanças de fato só começaram a ocorrer após Fidel Castro derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista em Cuba no ano de 1959. O alinhamento deste país com a União Soviética pressionou os Estados Unidos a rever sua política externa na América Latina. Conforme demonstrado na charge anterior, a colheita do antiamericanismo resultou na Revolução Cubana transformando-se em um farol de liberdade para os explorados da região.

O avanço na influência soviética alertou o governo norte-americano que prontamente aprovou a lei nº 86-735 de 08 de setembro de 1960, autorizando a prestação de assistência para o desenvolvimento da América Latina através de programas de cooperação bi e multilateral cujo objetivo era promover um progresso econômico e melhorias do bem-estar social¹³⁶. Foram destinados cerca de 500 milhões de dólares e a promulgação da Lei antecedeu a Conferência de Bogotá realizada em setembro de 1960. Nesta conferência, foi elaborada a Ata de Bogotá onde os participantes firmaram o compromisso para promover uma cooperação econômica baseados nos princípios da Operação Pan-Americana de Juscelino Kubsticheck.

Dentre as medidas elaboradas pelos delegados da Conferência estava a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Isto permitiu a participação nas decisões referentes a empréstimos aos países, assim como, permitiu que estes empréstimos fossem acompanhados com projetos de desenvolvimento e reforma para região¹³⁷.

¹³² JOHNSON, John J. **Latin America in Caricature**. Op. Cit. p. 236.

¹³³ Juscelino Kubsticheck foi presidente do Brasil entre 31 de janeiro de 1956 até 31 de janeiro de 1961.

¹³⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Op. Cit. p. 384.

¹³⁵ *Ibidem*. p. 389.

¹³⁶ **Public Law 86-735-sept. 8, 1960**. Disponível em: <<https://goo.gl/nBeppq>>. Acesso: 25 abr. 2016.

¹³⁷ DREIER, John C. (org). **A Aliança para o Progresso: Problemas e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1962. p. 39-40.

Apesar dos esforços da administração Eisenhower para promover uma reintegração do sistema interamericano coube a administração do democrata John F. Kennedy¹³⁸ elaborar um programa de ajuda econômica aos países da América Latina. Tendo como principal pauta de campanha presidencial apontar os erros promovidos durante a administração Eisenhower, dentre os quais permitiu a entrada da influência soviética na América Latina, Kennedy aproveitou a situação para lançar as bases para o programa conhecido como Aliança para o Progresso.

¹³⁸ John F. Kennedy foi presidente dos Estados Unidos entre 20 de janeiro de 1961 até 22 de novembro de 1963.

3 “DE PERNAMBUCO À PUNTA DEL ESTE”: OU COMO A SITUAÇÃO DO ESTADO FOI UM DOS MOTIVOS PARA O SURGIMENTO DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO

Pernambuco compreende cerca de 98.149,119 km² e contava na década de 1950 com uma população de aproximadamente 04 milhões de habitantes¹³⁹. A capital Recife está localizada na Zona Metropolitana e no início dos anos de 1960 a cidade foi considerada como “o centro dos grandes problemas relacionados a pobreza encontrados no Nordeste”¹⁴⁰. Outras mesorregiões que dividem o estado são, Zona da Mata, Agreste e Sertão. O mapa abaixo ilustra esta divisão.



Figura 3 - As mesorregiões de Pernambuco.

Fonte: Estado de Pernambuco: Regiões. Disponível em: <<http://goo.gl/3fmU52>>. Acesso 25 jul. 2016.

Alguns fatores colaboravam para agravar os problemas existentes na capital sendo um deles o habitacional. O brasileiro Joseph Page descreve que grande parte da população pobre do Recife morava em habitações sem nenhum tipo de conforto ou saneamento básico. Estava se referindo aos mocambos, construções feitas às margens dos rios e próximas de regiões litorâneas. Durante os períodos de chuva as inundações arrastavam as casas deixando um rastro de destruição restando aos moradores esperarem as águas baixarem para recomeçarem tudo novamente.

Exemplos destas comunidades são Brasília Teimosa e o Coque. Localizadas na Região Metropolitana, a primeira recebeu este nome graças aos esforços de seus moradores em reconstruírem suas casas toda vez que eram expulsos pelos agentes do estado. Sua localização está entre o Porto do Recife e o bairro do Pina. Já a segunda comunidade localizasse entre os

¹³⁹ Dados encontrados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso em 08 jul. 2016.

¹⁴⁰ PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972. p. 30.

bairros de São José e Afogados. Boa parte desta população era composta de retirantes provenientes da Zona da Mata e Sertão que encaravam uma longa jornada em caminhões conhecidos como pau-de-arara na esperança de melhores condições de vida. Quando chegavam na cidade se deparavam com o triste cenário das grandes capitais. Restava buscar abrigo em lugares mórbidos, à exemplo dos mocambos construídos nos manguezais onde conviviam com o seu próprio alimento. Esta odisséia foi retratada por Josué de Castro e batizado como “ciclo do caranguejo”:

A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela e vive nela. E o homem que aí vive alimenta-se desta lama, sob forma de caranguejo. As populações mantidas através desse trágico ciclo do caranguejo representam um resto do monturo humano que o vento quente das secas joga nas praias do Nordeste¹⁴¹.

Além dos mocambos, havia o problema das casas construídas nos morros. A situação era a mesma, durante as chuvas os deslizamentos faziam um elevado número de vítimas. A desigualdade social, o desemprego e as condições precárias de trabalho acentuavam ainda mais a condição precária dos menos favorecidos.

A Zona da Mata, também conhecida como região do açúcar, concentra a maior parte da economia do estado. Graças ao tipo de solo encontrado no local rico em húmus e sais minerais e o clima propício foi possível estabelecer o cultivo da cana-de-açúcar. É onde também se concentra grande parte do latifúndio responsável pela exploração do trabalhador rural. Grande parte dos problemas encontrados nesta região era resultado do tipo de relações estabelecidas pelos proprietários rurais. Isto provocou um atraso econômico e consequentemente inflamava a situação dos flagelados¹⁴².

O problema foi agravando com a modernização do campo ou quando os poderes dos senhores de engenho começaram a ser dividido com os usineiros. A instalação das indústrias de açúcar na região transformou os engenhos em fornecedores de matéria-prima para as usinas. O refino industrializado provocou a venda de muitos engenhos. Desta forma, os industriais do açúcar passaram a acumular poderes econômicos e políticos em Pernambuco¹⁴³. A concentração fundiária ocasionou diretamente o problema da fome. Josué de Castro descreve que isto foi resultado da organização socioeconômica instalada não só em Pernambuco como em todo Nordeste:

¹⁴¹ CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão**. Lisboa: Editora Seara Nova, 1975. p. 102-103.

¹⁴² DEZEMONE, Marcus. GRYNSZPAN, Mario. **As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, camponeses e católicos (1950-1964)**. In FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão. (orgs). **As Esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 213-214.

¹⁴³ PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Op. Cit. p. 37.

O que se verifica no Nordeste açucareiro é que a fome de que sofrem suas populações é produto exclusivo do seu tipo de organização econômica, da exploração econômica de tipo colonial [...] em torno da monocultura do açúcar. A fome aparecendo como uma espécie de subproduto da economia da cana e os famintos como uma forma de bagaço de sua estrutura social: o bagaço humano do latifúndio açucareiro¹⁴⁴.

O problema da fome era apresentado por Josué como um resultado da monocultura do açúcar, já que a região oferecia condições climáticas e de solo para o cultivo de gêneros destinados à alimentação da população. A monocultura sacrificou a produção de outros alimentos contribuindo para agravar a situação local¹⁴⁵.

O Agreste é uma região considerada como uma transição entre a Zona da Mata e o Sertão. Sua principal característica é a utilização das terras para produção de algodão e de subsistência. A pecuária fornece alimentos para as regiões Metropolitana e da Mata, além de ser utilizada como tração animal para alguns engenhos. Quanto a divisão de terras, suas configurações se assemelham à Zona da Mata. Entretanto, deve ser considerado a grande quantidade de minifúndios no local.

O Sertão é uma região que por muitos anos sofre com os longos períodos de estiagem. Não obstante, o período entre janeiro e março costuma trazer um pouco de chuva a região. Isto é o que define a vida do sertanejo, desde os negócios ao matrimônio. Caso não chovesse até o dia de São José, 19 de março, seria à hora de tomar algumas providências já que não haveria tempo para que as colheitas amadurecessem antes do início da próxima estação da seca em junho¹⁴⁶.

Em todo o Nordeste a seca atingi uma área de aproximadamente 950.000 km². Esta definição recebe o nome de “Polígono das Secas”. A legislação que o definiu foi elaborada em 1946, mas, só entrou em vigor a partir do Decreto-Lei nº 63.778 de 11 de dezembro de 1968. Até que fosse regulamentado várias modificações foram realizadas muitas das quais associadas a interesses políticos locais. O mapa a seguir demonstra o traçado final do polígono.

¹⁴⁴ CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão**. Op. Cit. p. 73.

¹⁴⁵ CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão**. Op. Cit. p. 60.

¹⁴⁶ HIRSCHMAN, Albert O. **Política Econômica na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S/A, 1965. p. 25-26.

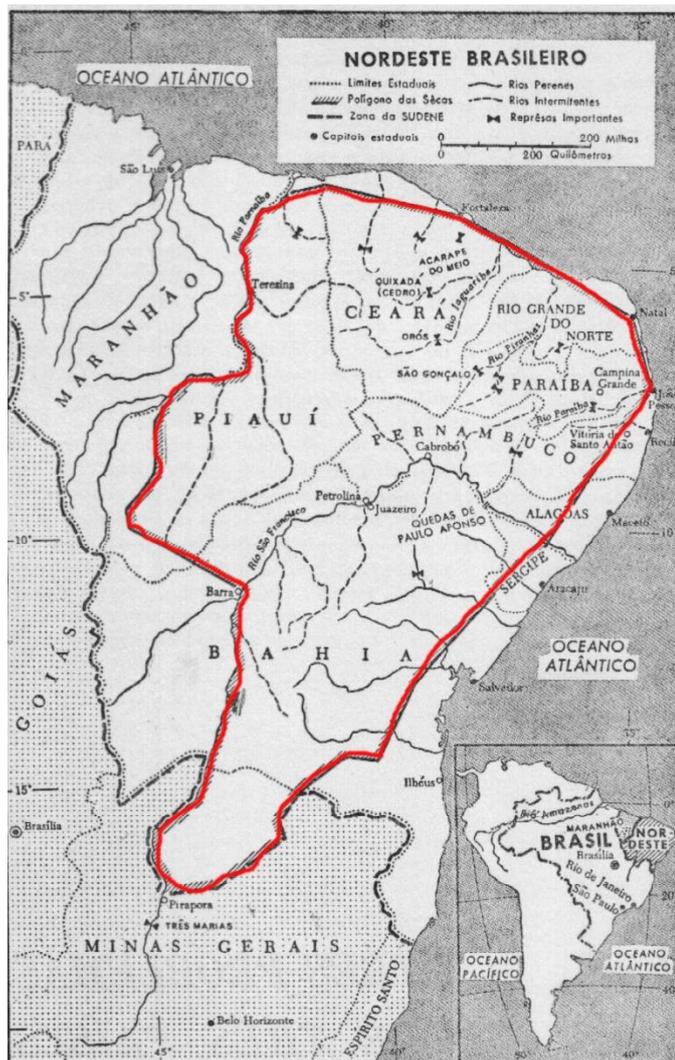


Figura 4 - O Polígono das Secas.

Fonte: HIRSCHMAN, Albert O. **Política Econômica na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S/A, 1965. p. 22.

A desigualdade social, o analfabetismo e a fome eram problemas encontrados não só em Pernambuco como em todo o Nordeste. A disparidade entre as regiões do país representava uma grande dificuldade para o desenvolvimento da economia nacional, já que os investimentos feitos no Brasil eram em grande maioria destinados as regiões Sul e Sudeste¹⁴⁷. A alta taxa de analfabetismo na região, acentuada nas regiões rurais, atingia cerca de 80% da população¹⁴⁸. Já a fome, este sim, era um dos maiores flagelos. Um relatório produzido pela Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) intitulado de *Northeast*

¹⁴⁷ FURTADO, Celso. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Apud. CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco. Aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. p. 53-54.

¹⁴⁸ PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Op. Cit. p. 31.

Brazil: Nutrition Study, march-may de 1963, apontou que o consumo médio de calorias era inferior ao recomendado pela organização, isto é, duas mil duzentos e cinquenta¹⁴⁹.

No caso do trabalhador da cana, este, consumia cerca de mil e trezentas calorias diariamente quantidade insuficiente para aguentar uma dura jornada de trabalho¹⁵⁰. Paralelo a este problema estava a desnutrição provocando um alto índice de mortalidade infantil e baixa expectativa de vida. Cerca de 60% dos recém-nascidos morriam antes de completar o primeiro ano de vida. Já a população adulta tinha uma expectativa para trinta e cinco anos¹⁵¹. Assim era Pernambuco marcado pela geografia da fome e da profunda presença do homem caracterizadas pela marca da morte onde este nascia para alimentar a terra e não ao contrário¹⁵².

A situação da população só era conhecida pelas demais regiões do país quando era atingida por longos períodos de secas e a imprensa noticiava o caso. Dentre as reportagens mais famosas, destaca a série produzida por Antônio Callado posteriormente organizadas e um livro intitulado *Os Industriais da Seca e os “Galileus” em Pernambuco*.

Em 1958, o Nordeste atravessou um longo período de estiagem. Neste ano, Antônio Callado viajou até a região para cobrir o caso. Suas denúncias foram publicadas no ano seguinte através do jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro. As reportagens exibiam a triste situação que estavam condicionados às populações mais abastardas. Desde a ineficiência do principal órgão federal, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)¹⁵³, responsável por combater os efeitos da estiagem na região, aos casos de corrupção envolvendo o dinheiro público¹⁵⁴.

¹⁴⁹ Ibidem. p. 32.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Ibidem. p. 31.

¹⁵² CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão**. Op. Cit. p. 56.

¹⁵³ O DNOCS, tendo sido inicialmente estabelecido como uma inspetoria federal, foi criado oficialmente pelo Decreto nº 7.619 em 21 de outubro de 1909. Só foi considerado como departamento a partir de 1945. Seus principais objetivos consistiam em promover a construção de barragens, açudes e estradas, perfuração de poços, e realização de estudos destinados a promoção do desenvolvimento das regiões atingidas pela seca. O primeiro nome a ocupar o cargo de presidente do órgão foi Manoel Arrojado Lisboa. Na sua gestão, foram empreendidos estudos científicos nas áreas de geografia, hidrografia e botânica, responsáveis por levantar dados suficientes para realização de obras buscando a melhoria das condições físicas e sociais da região.

¹⁵⁴ Os casos de corrupção ligavam o DNOCS a estrutura latifundiária local. As denúncias foram realizadas por José Guimarães Duque, agrônomo que ocupou a presidência do órgão. As obras empreendidas pelo órgão eram realizadas para atender os interesses dos grandes proprietários. Desta forma, a construção de barragens e açudes, assim como a perfuração de poços e construção de estradas eram, em sua grande maioria, feitas nas propriedades dos grandes fazendeiros para sustentar a criação de gado, plantações e a circulação das mercadorias produzidas nestas propriedades. Exemplos destas construções eram os açudes de Banabuiu, Orós e Quixeramobim, e uma estrada de 60 km de extensão cobrindo as propriedades do latifundiário Wicar Parente de Paula Pessoa, todas no Ceará. A sangria do dinheiro público acontecia quando o órgão declarava situação de emergência por causa dos longos períodos de estiagem. Desta forma, as verbas eram liberadas rapidamente com pouca fiscalização do Governo Federal. Esta prática alimentava a chamada indústria da seca, favorecendo os grandes proprietários rurais e atenuando o sofrimento das populações necessitadas. Para maiores informações sobre o assunto ver: CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco. Aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil**.

Os leitores que tiveram acesso as publicações reagiram as denúncias apresentadas pelo jornalista. O dinheiro despendido na realização de obras ineficientes não provocou nenhuma mudança significativa para região. A ampla divulgação das reportagens resultou na aprovação pelo Congresso Nacional do projeto que criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Antônio Callado viajou ao Nordeste como parte de um convite feito pelo economista Celso Furtado. Este, possuía interesses junto ao presidente Juscelino Kubitschek por um apoio por parte daquele jornal para moldar a opinião pública e assim conseguir que o projeto da Operação Nordeste fosse aprovado pelo Congresso¹⁵⁵.

Além destes problemas citados, o jornalista apontou para as mobilizações sociais fruto das péssimas condições existentes no local. Estas foram responsáveis por transformar os atores esquecidos do campo em protagonistas da História. As Ligas Camponesas, como ficaram conhecidas, despertaram o interesse nacional e internacional elevando o Nordeste a uma posição de destaque.

Vitória de Santo Antão é um município localizado na Zona da Mata de Pernambuco distante 55 quilômetros do Recife. A produção de cana-de-açúcar e seus derivados é uma das principais atividades econômicas da região. É lá também onde se encontra o Engenho Galileia. Propriedade de Oscar Arruda Beltrão, com a chegada das usinas a produção do engenho entrou em declínio e desta forma o proprietário resolveu arrendar suas terras para os antigos trabalhadores. Todo mês era pago, por meio de dinheiro ou colheita, uma taxa de permanência na terra.

Apesar do acesso à terra, a situação no engenho não era fácil. Com o passar dos anos a renda inicial de duzentos e vinte cruzeiros passou para mil e setecentos provocando um processo de endividamento¹⁵⁶. Além disto, outros problemas eram traduzidos na falta de assistência quanto a distribuição de sementes e assistência na hora da morte. Por não possuírem condições financeiras a família enlutada se submetia a vergonha de pegar emprestado um caixão público da prefeitura para velar o morto que antes de ser enterrado era retirado e levado de volta onde esperaria pelo próximo funeral¹⁵⁷.

Atenuando a situação, existia a prática do cambão espécie de imposto pago pelos foreiros por meio de dias de trabalho sem remuneração. Em algumas propriedades os

Op. Cit.; HIRSCHMAN, Albert O. **Política Econômica na América Latina**. Op. Cit.; OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁵⁵ MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia e Memória**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 86.

¹⁵⁶ CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco. Aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil**. Op. Cit. p. 34.

¹⁵⁷ CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão**. Op. Cit. p. 43.

proprietários só arrendavam suas terras por meio desta prática. Abaixo segue um relato do funcionamento desta prática através do exemplo do trabalhador rural José Daniel do Nascimento:

José Daniel trabalha para o proprietário [Zair] do Pinto Rêgo sem pagar nada pelo seu sítio de um “quadrado” de terra, ou cerca de 1 hectare. Não paga nada, só paga quatro dias por semana de cambão, de trabalho que dá de graça ao proprietário. O hectare de terra, naquela zona, vale 10.000 a no máximo 15.000 cruzeiros. Trabalhando 4 dias de graça por semana José Daniel trabalhou para o seu senhor 208 dias por ano. Se alguém no Nordeste pagasse (excluindo o governo) o salário mínimo de 100 cruzeiros por dia, José Daniel, no fim do ano, teria comprado sua terra duas vezes. Esse é o cambão na prática¹⁵⁸.

A exploração que beneficiava os proprietários causava prejuízos aos trabalhadores. O trabalho gasto para “pagar” o foro poderia ser utilizado na compra da própria terra. Com o cambão, o proprietário, mantendo uma relação servil, não perderia suas propriedades. Ele exercia considerável poder sobre os explorados e não assumia uma relação de trabalho. O não pagamento desta prática resultava no despejo situação muito comum vivenciada pelos flagelados.

Agindo contra este tipo de exploração os moradores do Engenho Galileia formaram, em 1955, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Zezé da Galileia, responsável por colher o cambão para o proprietário, foi escolhido como representante e as atividades iniciais buscaram uma melhoria do povo do engenho através de assistência para compra e distribuição de sementes, empréstimos em dinheiro para pagamento de dívidas, campanha para alfabetização com a contratação de uma professora e um serviço funerário onde, através de um fundo especial, o morto poderia ser enterrado com um caixão próprio¹⁵⁹.

Podemos dizer que as relações iniciais da Sociedade com o proprietário foram amistosas. A tolerância por parte de Oscar Beltrão lhe rendeu o título de presidente honorário. Na sua visão, aquele tipo de organização garantiria o pagamento dos atrasados, mas, ponto de vista dos camponeses, o historiador Antonio Torres Montenegro aponta que ao conceder o título os trabalhadores rurais estavam demonstrando sua capacidade de organização cuja finalidade foi de enfrentar os problemas independente da boa vontade do proprietário¹⁶⁰. As relações foram se azedando quando outros latifundiários locais alertaram para o fato deste tipo de sociedade ser influenciada por agitadores ou até mesmo comunistas.

Seja por medo das proporções que aquela sociedade poderia alcançar ou pela intenção João Beltrão, filho do proprietário, de transformar aquelas terras em pastagem para o

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Op. Cit. p. 53.

¹⁶⁰ MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia e memória**. Op. Cit. p. 79.

gado, os galileus foram intimados a acabar com a sociedade e deixar as terras imediatamente. Procurando seus direitos foram bater na porta de um conhecido advogado e deputado estadual: Francisco Julião.

A luta que se seguiu terminou com a aprovação, em 1959, do projeto de lei desapropriando o Engenho Galileia. Do ponto de vista das classes dominantes a organização dos trabalhadores rurais em uma sociedade agrícola foi traduzida como uma infiltração perigosa do comunismo no Brasil. Parte deste terror foi implantado graças à atuação da imprensa do estado. Diariamente, eram despejadas informações de que comunistas estariam agindo no estado colaborando para criação de uma imagem apocalíptica onde o desfecho seria uma revolução¹⁶¹.

Tanto a desapropriação quanto os desdobramentos desta situação, com o aumento considerável do número das Ligas, elevaram o nível de atenção por parte da classe dominante. Isto colocou em foco a atuação dos trabalhadores rurais, que liderados por Francisco Julião e inspirados por Fidel Castro e Mao-Tsé-Tung, chamou atenção de governos estrangeiros.

3.1 “Pernambuco em chamas”: a “revolução comunista” na lente da imprensa

Em setembro de 1960 o jornalista do *The New York Times*, Tad Szulc, desembarcou no Recife para coletar informações sobre os desdobramentos das Ligas Camponesas em Pernambuco. Procurou conhecer a atmosfera local através de visitas *in loco* e coletando dados durante uma semana¹⁶². Ao retornar aos Estados Unidos publicou as informações coletadas no jornal entre os meses de outubro e novembro sendo a primeira reportagem reproduzida em capa no dia 31 de outubro. O tom sensacionalista reproduzido pelo autor apontou para uma situação caótica em pleno desenvolvimento assinalando para uma possível situação revolucionária cada vez mais latente em toda vastidão pobre do Nordeste¹⁶³.

A segunda reportagem repetiu o tom sensacionalista e dessa vez procurou acusar os comunistas de aproveitarem a situação de miséria em seu favor. Descreveu como figuras-chaves do comunismo internacional eram apresentadas como faróis da liberdade e exemplos a serem seguidos, neste caso, o líder cubano Fidel Castro e o chinês Mao Tsé-Tung¹⁶⁴.

¹⁶¹ PORFÍRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução. Pernambuco (1959-1964)**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2009. p. 43.

¹⁶² “Talk” com Tad Szulc. **Diário de Pernambuco**. Recife, 20. Out. 1960. Ano 135, nº 237. p. 06.

¹⁶³ Northeast Brazil Poverty Breeds Threat of a Revolt; BRAZIL'S POVERTY BREEDING UNREST. **The New York Times**. 31 Out. 1960. Disponível em: <<http://goo.gl/W2JSYB>>. Acesso 21 jun. 2016.

¹⁶⁴ Marxists Are Organizing Peasants in Brazil; Leftist League Aims at a Political Army 40 Million Strong. **The New York Times**. 01 Nov. 1960. Disponível em: <<http://goo.gl/FHPXgp>>. Acesso 21 jun. 2016.

Não podemos afirmar que o jornalista estava a serviço de alguma agência norte-americana. Entretanto, algumas considerações podem ser levantadas. A primeira trata da importância que estas reportagens tiveram no favorecimento do candidato democrata John Kennedy a presidência dos Estados Unidos. Durante a campanha, ele afirmou em um discurso ser o Nordeste uma região que o seu país deveria prestar mais atenção devido aos desdobramentos das situações¹⁶⁵. É possível destacar também a tentativa de manipulação da opinião pública norte-americana numa forma de legitimar uma possível investida dos Estados Unidos na região. Esta última argumentação encontra suporte nas palavras do historiador norte-americano Howard Zinn.

Para justificar ações militares, cobertas ou encobertas, as agências governamentais promovem uma manipulação das massas fabricando motivos que atendem a um “propósito moral de promover a democracia e a liberdade contendo a expansão do comunismo”¹⁶⁶. Através desse método, o governo norte-americano concentrava-se em um ampliar seu poder de dominação¹⁶⁷. No caso de Pernambuco um fator chama atenção para o interesse repentino dos Estados Unidos. Na Ilha de Fernando de Noronha funcionava uma base de controle de mísseis intercontinentais da Força Aérea dos Estados Unidos integrada ao seu sistema de defesa. Recife era um suporte estratégico para o manejo dessa estação servindo como base de operação dos voos de suprimentos para Ilha¹⁶⁸. Perder o domínio sobre esta área era, ao mesmo tempo, colocar em risco o sistema de defesa norte-americano.

Independente dos motivos de Tad Szulc, o resultado foi que Pernambuco passou a ser conhecido como o centro do comunismo no Brasil¹⁶⁹. O governo norte-americano despertou notável interesse pela região e enviou uma grande quantidade de pessoal para realizar observações. Além disto, a imprensa, tanto do Brasil como estrangeira, passou a noticiar constantemente sobre os problemas locais.

A rede de televisão *American Broadcasting Company*, conhecida pela sigla ABC, filmou um curta-metragem contando a vida de Severino e sua família. Produzido pela diretora Helen Jean Rogers, *Brazil – The Troubled Land* foi transmitido em horário nobre para todo os Estados Unidos. Milhares de pessoas chocaram-se ao ver o drama do personagem e rapidamente começaram a enviar cartas a emissora solicitando informações de como poderiam prestar

¹⁶⁵ SANTIAGO, Vandeck. **Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964**. Recife: CEPE, 2016. p. 19.

¹⁶⁶ LENS, Sidney. **Fabricação do Império Americano – da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 11.

¹⁶⁷ Ibidem. p. 12.

¹⁶⁸ CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão**. Op. Cit. p. 176.

¹⁶⁹ Ibidem. p. 178.

ajuda¹⁷⁰. Outro exemplo é uma reportagem publicada pela revista *Life* em 1961. Na capa, a figura de Fidel Castro chama atenção para a “crise” que desdobrava no hemisfério ameaçando a segurança norte-americana por meio de movimentos considerados revolucionários¹⁷¹.

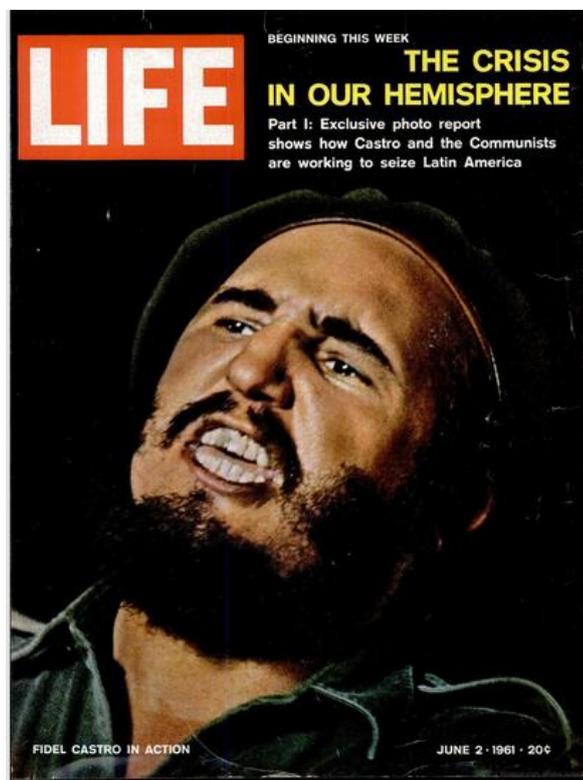


Figura 5 – The Crisis in our Hemisphere.

Fonte: The Crisis in our Hemisphere. **Life Magazine**. 02 jun. 1961. Vol. 50, nº 22. Disponível em: <<https://goo.gl/1wWS4o>>. Acesso: 29 Jul. 2016.

As Ligas Camponesas obtiveram quatro páginas de destaque cuja reportagem, *A Fidel front among impoverished peasants*, descreveu como a atuação de Francisco Julião, tido como líder carismático, num cenário de extrema pobreza favoreceu os caminhos da “revolução comunista”¹⁷²:

O magro e intenso homem acima da multidão de pessoas do interior, com gratidão e aplausos, são potencialmente a combinação revolucionária mais explosiva em toda a América Latina. Os dois elementos se juntaram não através de qualquer obra de Castro ou o comunismo, mas através de duas das coisas mais antigas e mais simples do mundo - a miséria humana e a compaixão humana¹⁷³.

¹⁷⁰ A miséria rural do Nordeste: TV yankee descobre. **Jornal do Commercio**. Recife, 12 jul. 1961. Ano XLIII, nº 151. Capa.

¹⁷¹ The Crisis in our Hemisphere. **Life Magazine**. 02 jun. 1961. Vol. 50, nº 22. Disponível em: <<https://goo.gl/1wWS4o>>. Acesso: 29 Jul. 2016.

¹⁷² Ibidem. p. 88.

¹⁷³ Idem.

A citação refere-se a foto abaixo onde Francisco Julião é recepcionado como um grande líder pelos trabalhadores rurais:

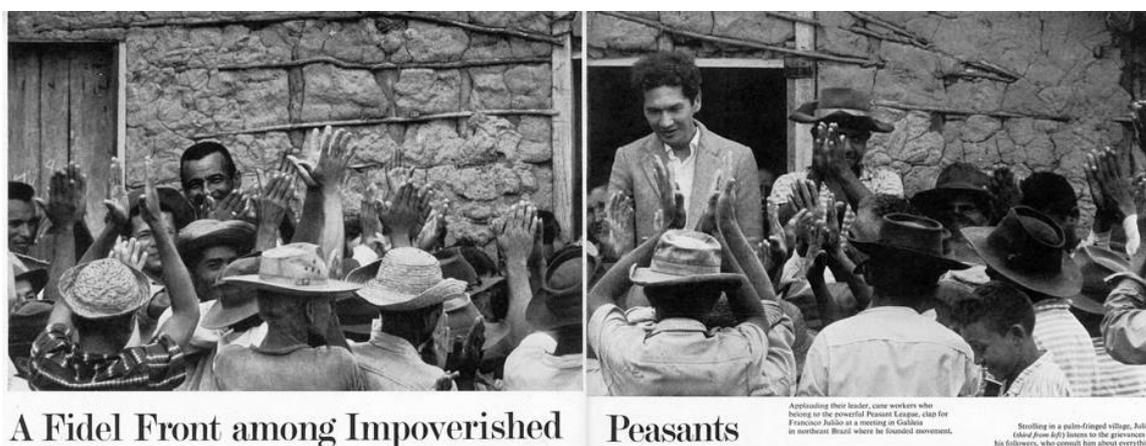


Figura 6 – A Fidel Front among Impoverished Peasants.

Fonte: The Crisis in our Hemisphere. **Life Magazine**. 02 jun. 1961. Vol. 50, nº 22. Disponível em: <<https://goo.gl/1wWS4o>>. Acesso: 29 Jul. 2016.

Os pontos apresentados até aqui demonstram o claro interesse norte-americano da situação que se desenvolvia em todo o Nordeste. Não obstante, ajudaram a manter em foco o fantasma da Revolução Cubana bem vivo, já que as regiões possuíam algumas semelhanças quanto ao tipo de estrutura latifundiária e de monocultura do açúcar atrelado aos interesses das elites exportadoras. Quem descreveu esta associação foi Josué de Castro:

Como Cuba, região de monocultura açucareira e de latifúndio agrário. Como Cuba, miserável e revoltada. Como Cuba, possuindo um líder considerado um Marxista, conduzindo à revolução, essa massa de deserdados e fanatizados, dispostos a tudo, como foi mostrado em várias reportagens, publicadas nos grandes jornais dos Estados Unidos, e mostrada em imagens de um colorido impressionante, num filme apresentado numa grande cadeia de televisão¹⁷⁴.

Outra grande série jornalística foi produzida pelo correspondente da revista *O Cruzeiro*, Mauritônio Meira. Durante dez dias, acompanhado do fotógrafo Hélio Passos, percorreram o estado na busca de informações que transformaram a região em um “estopim do mundo subdesenvolvido”¹⁷⁵. O resultado foram três reportagens denúncias alertando para os problemas da região como, também, para o clima de instabilidade. O autor destaca sua motivação como uma forma de ver com os próprios olhos os sofrimentos provocados por uma dura realidade. Partes destas observações foram registradas antes mesmo das publicações na seção denominada *conversa com o leitor*, espécie de editorial da revista:

¹⁷⁴ CASTRO, Josué. **Sete palmas de terra e um caixão**. Op. Cit. p.49.

¹⁷⁵ **Conversando com o leitor**. Revista *O Cruzeiro*. 11 de novembro de 1961. Ano XXXIV, nº 5. p.03.

Lembro-me de quando cheguei a uma favela de Pernambuco – jamais visitada por qualquer repórter ou autoridade – e meus olhos se abriram para a miséria total: famílias inteiras vivendo em mocambos aos pedaços, sem uma simples esteira para dormir, e, àquela hora (11.30), crianças e adultos não tinham posto na boca uma gota sequer de alimento. Na casa mais “farta”, para todo um grupo “almoçar” havia, numa panela, simplesmente um pedaço de couro de toucinho¹⁷⁶.

Estas observações assemelhavam-se as de Antônio Callado publicadas três anos antes, da mesma forma que se assemelha com as publicações de Tad Szulc. Passado o tempo pouca coisa foi feita para melhorar a situação já que o cenário apresentado continuava praticamente o mesmo. Neste ponto ressaltamos a necessidade de fazer uma advertência quando ao tom que as reportagens de Mauritônio Meira assumiram. Ele apresentou em seus textos elementos considerados sensacionalistas quando apontou para o desdobramento de uma revolução comunista. Termos como “sementes da subversão”, “estopim do mundo subdesenvolvido”, “chaga social das Américas”, corroboram na justificativa da situação de perigo. A própria diagramação da folha que abre a reportagem permite identificar de formar subliminar a presença de elementos da suposta influência quando as palavras “Nordeste” e “as sementes da subversão” são colocadas em vermelho diante de uma fotografia de um trabalhador rural vestido de forma precária, tirada em uma casa de taipa toda descoberta.

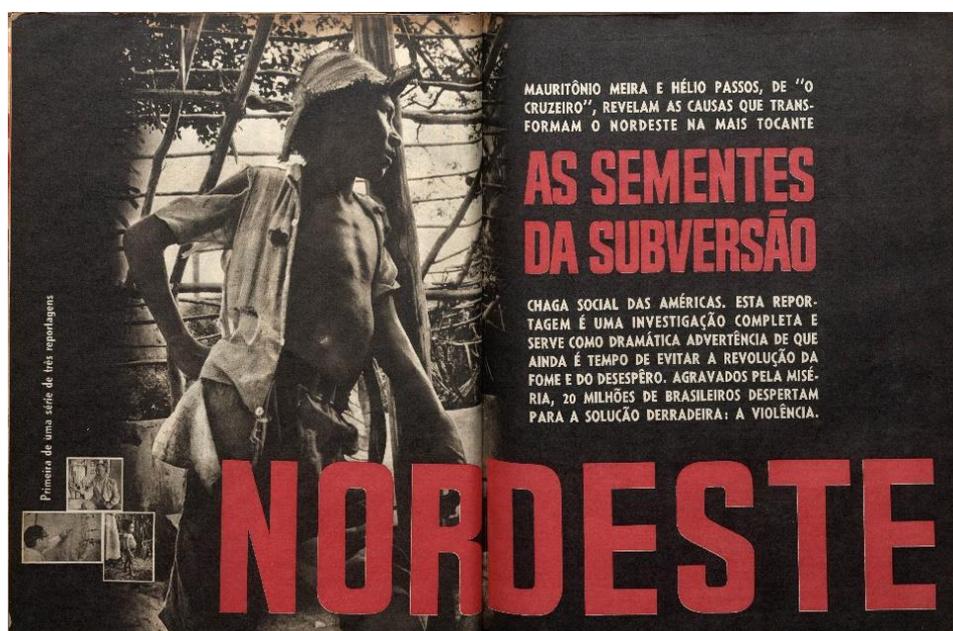


Figura 7 - Capa que abre a reportagem publicadas pela revista O Cruzeiro. As sementes da subversão: Nordeste. **Revista O Cruzeiro**. 11 de novembro de 1961. Ano XXXIV, nº 5. p.07. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://goo.gl/Tmzrqf>>. Acesso: 01 ago. 2016.

¹⁷⁶ Idem.

O sensacionalismo da reportagem é encontrado quando o autor descreve a necessidade de evitar uma revolução da “fome e do desespero” motivada pela miséria e que despertou cerca de 20 milhões de brasileiros para uma “solução derradeira: a violência”. Entretanto, ao contrário das matérias de Szulc, que viu na mobilização do campo uma ameaça comunista, o autor descreve que aquela situação era motivada principalmente pelas péssimas condições e pela exploração ao qual estavam submetidos os trabalhadores rurais: “quem mais vem contribuindo para uma revolução social no Nordeste, são os donos da terra e os maus governos. Os latifundiários, pela ação feudal e desumana; os governos, pela omissão”¹⁷⁷. Acertando quanto aos problemas que inflamavam a região descreveu que os comunistas estariam se aproveitando da situação esperando para que o tempo e a miséria trabalhassem para causa da revolução¹⁷⁸.

Chama atenção para a observação feita pelo autor quanto a necessidade de informar as duras condições dos flagelados. Ele descreveu, assim como Antônio Callado, que este tipo de situação só era amplamente divulgado quando alguma catástrofe atingia a região¹⁷⁹. Esta questão merece mais destaque. De fato, os jornalistas estavam corretos, mas, o que faltou ser mais explícito foi que estas reportagens surgiam como justificativa para algo. Se as denúncias de Callado colaboraram para criação da SUDENE, podemos sugerir que as reportagens de Maurítônio foram utilizadas para duas questões: a primeira para ratificar, do ponto de vista nacional, a ideia de uma revolução em curso, já que a revista *O Cruzeiro* possuía uma ampla divulgação; e segundo para destacar a importância dos investimentos da Aliança para o Progresso naquela região mesmo sem fazer menção ao assunto.

Indo mais além e tomando como base que o trabalho das agências de inteligência consiste em recolher, analisar e selecionar informações produzidas pelos meios de comunicação, surge a seguinte questão: será que a CIA consultou em algum momento estas reportagens? Não há elementos que provem esta questão, mas, é possível aventar que, em algum momento, seja no cenário nacional ou internacional, elas seriam utilizadas como justificativas para uma eventual intervenção na região.

O destaque para as ações de Francisco Julião é algo presente em todo o texto. O líder das Ligas alcançou notável êxito quanto a publicidade e passou a ser comentado, falado, discutido e combatido pela imprensa nacional e internacional. A influência deste personagem

¹⁷⁷ As sementes da subversão: Nordeste. **Revista O Cruzeiro**. 11 de novembro de 1961. Ano XXXIV, nº 5. p.08. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://goo.gl/Tmzrqf>>. Acesso: 01 ago. 2016.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Idem.

atingiu até mesmo o interesse da CIA, que em um relatório datado de 1º de junho de 1962, informou a respeito das suas atividades frente ao movimento e suas possíveis afiliações partidárias:

O pró-comunista Francisco Julião – um deputado estadual em Pernambuco, que tem sido o centro econômico e cultural do Nordeste – é o líder mais conhecido das Ligas. Ele teria alcançado a sua reputação através do voluntariado como advogado para defender a legalidade das Ligas em 1957, quando outros advogados se recusaram a tomar o caso. [...] Julião não admitiu sua filiação no Partido Comunista do Brasil, mas ele tem repetidamente declarado sua admiração por Fidel Castro e Mao Tse-tung. Julião visitou Pequim em 1961 e já visitou Cuba três vezes [...] ¹⁸⁰.

Julião tinha conhecimento da divulgação de sua imagem feita pela imprensa. Entretanto, sua figura estava, também, registrada nos arquivos da CIA. Isto mostra o grau de importância do Nordeste para o governo norte-americano assim como leva a pensar a respeito do alto grau de penetração de infiltrados nas Ligas cujo principal objetivo seria de repassar informações para os agentes da CIA alocados no Consulado norte-americano no Recife. Philip Agee em *Dentro da Companhia – Diário da CIA*”, descreve como era feita a coleta de informações a partir de colaboradores locais infiltrados em organizações tidas como subversivas:

A penetração nos partidos comunistas e nas organizações revolucionárias, através de seus próprios filiados, é considerada uma operação corriqueira em praticamente todas as bases da CIA. Esses elementos são membros das organizações sobre as quais informam, por intermédio de comunicações clandestinas engendradas com a base. Eles são recrutados por meio de métodos variados. O primeiro tipo é conhecido como o que “entra pela porta” (o voluntário). É um membro do partido que, por necessidade de dinheiro, desilusão ideológica ou outro motivo sério, decide oferecer seus serviços ao governo americano ¹⁸¹.

Atendo-se apenas a estes casos, quando a necessidade falava mais alto que as causas ideológicas, acreditamos que possivelmente a CIA mantinha infiltrados nas Ligas e que recebia informações periódicas a respeito das suas mobilizações. Neste mesmo relatório, só que em uma cópia revisada e ampliada, seguiu anexo o mapa abaixo demonstrando o crescimento das filiais das Ligas em todo o Nordeste.

¹⁸⁰ [SECRET] Current Intelligence Weekly Summary. Copy no. 59; OCI no. 0419/62. Central Intelligence Agency. 01 Jun. 1962. p.07-08. Disponível em: <<https://goo.gl/0dSxJP>>. Acesso 21 jun. 2016.

¹⁸¹ AGE, Philip. *Dentro da Companhia: Diário da CIA*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1976. p. 57.

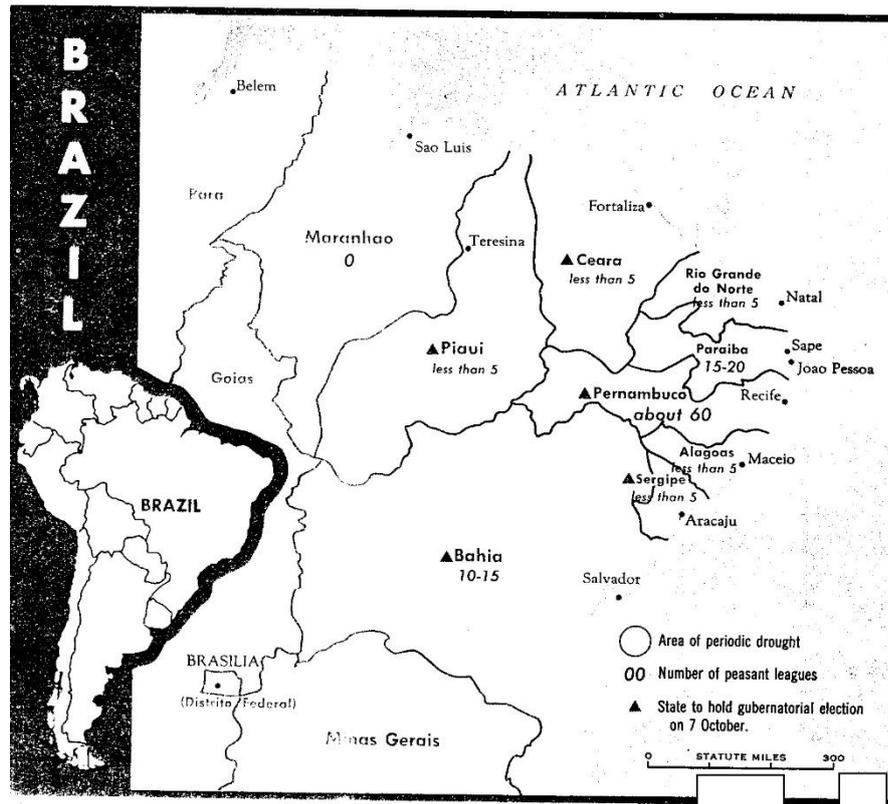


Figura 8 - Crescimento das Ligas Camponesas visto nos relatórios da CIA.

Fonte: **Current Intelligence Weekly Review**. [Top Secret], Central Intelligence Agency. 01 Jun. 1962.

Disponível em: <<https://goo.gl/HZaIap>>. Acesso em 01 ago. 2016.

Retomando a reportagem vemos que a violência contra os trabalhadores praticadas pelos latifundiários foi um ponto bastante explorado. O relato de Antônio Vicente de Moura, morador de Belo Jardim, provocou, ao menos, algumas reações nos leitores:

As reações patronais eram as de dono de escravos. Colhemos, a propósito, de viva voz, um caso em Bom jardim, perto dos terrenos de propriedade de Francisco Julião. É exemplo, como vários.

Depois de viver como “foreiro” durante 21 anos, no Engenho Califórnia, o velho Antônio Vicente de Moura passou a sofrer uma perseguição tenaz por parte do patrão. O “foro” era de Cr\$ 6.500 e passou para Cr\$ 13 mil. Ante a reclamação, recebeu ameaça de morte ou expulsão. Não se passara muitos dias, o filho do dono da terra, rapaz de pouco mais de 20 anos, se acompanhou de 4 capangas e fez raposa de um filho do morador. Isto é: crivaram-no de bala, enquanto a vítima, desarmada, tentava, como uma raposa, fugir pelos matos. Logo depois, aparecia na casa do morador o delegado de polícia de Bom jardim, sargento João Bezerra, para prendê-lo. Não o encontrando, transformou sua decepção numa surra na dona de casa. Um outro filho desta interveio. Foi maniatado e arrastado amarrado a um “jeep”, durante quilômetros, a caminho da cadeia. Ao saber dos acontecimentos, o morador procurou o juiz e pediu-lhe garantias. A autoridade o encaminhou ao delegado.

O resultado já se imagina: em companhia de outro filho, Manuel Vicente de Moura, o lavrador foi transferido preso para a prisão “Brasil Novo”, do Recife, situada a 500 metros do Palácio do Governo. Os presos eram submetidos ali, segundo nos disseram, a um tratamento de “banho de creolina e surra três vezes por dia”! De volta à terra, meio louco, Manuel Vicente, de 26 anos, matou-se em plena rua, praticando o “haraquiri”. Deixou 9 filhos cujas idades variavam entre 2 e 10 anos. Para não morrer,

a família Moura abandonou tudo, deixando propriedades no valor de meio milhão de cruzeiros em casas e plantações¹⁸².

Cabe aqui levantar algumas questões. De início, podemos apontar a total falta de uma legislação que reprimisse os abusos cometidos pelos donos de terra assim como fiscalizasse as práticas da polícia. Tanto a justiça como os agentes da lei estavam a serviço do latifúndio, já que nenhum dos dois órgãos foram capazes de prender ou julgar o filho e o proprietário do Engenho Califórnia, claramente culpados pelo assassinato de um trabalhador rural. Ao contrário, quando o filho da vítima foi procurar uma solução na justiça, esta, o encaminhou para o delegado algoz de seus familiares. Só por ter buscado ajuda na justiça Manuel Vicente foi encaminhado para a prisão “Brasil Novo”. Este nome chama atenção.

Com base no relato transcrito acima os presos eram submetidos a banhos de creolina e apanhavam constantemente. Isto permite pensar que outros tipos de torturas eram praticados no local. O nome transmite, na visão dos seus administradores, uma ideia que naquele espaço “correcional” os presos submetidos a esta prática estavam sendo “corrigidos” para que nunca mais causassem problemas. Constituía em uma forma de coibir outros a praticarem atos “subversivos”, já que os relatos de tortura não permaneciam presos nos muros daquela prisão.

A violência fazia parte do cotidiano, seja através das péssimas condições de vida, como também a própria violência física: o assassinato, as tocaias, a violência contra a mulher. A historiadora Maria do Socorro de Abreu e Lima em sua obra *Construindo o Sindicalismo Rural* destacou a importância de uma perspectiva de gênero para análise histórica. O fragmento supracitado dimensiona a violência à qual estava submetida a mulher do campo. De acordo com a historiadora, a condição da mulher, além da dependência e submissão aos homens, era de grandes dificuldades: “A situação geral da mulher no campo, [...] era de total dependência. Se casada, tinha muitos filhos e era sustentada pelo marido (o que, de resto, era norma mesmo para a mulher da cidade). Se viúva, podia ser expulsa do engenho com os filhos”¹⁸³.

Em nosso exemplo, a violência cometida contra a mulher foi resultado da frustração do delegado em não encontrar o trabalhador rural Antônio Vicente Moura. Talvez uma forma de deixar marcado naquela mulher uma promessa de castigo antes destinado ao seu marido e filho. As prisões e o suicídio de seu filho marcaram profundamente aquela família. Eles não foram expulsos da terra, mas, abandonando-a por conta própria passaram a conviver com a marca do medo provocado pela violência.

¹⁸² **As sementes da subversão: Nordeste.** Revista *O Cruzeiro*. 11 de novembro de 1961. Ano XXXIV, nº 5. p.09-12.

¹⁸³ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos.** 2ª Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p.39.

Na segunda reportagem da série foram destacadas as possíveis saídas para a crise no Nordeste. Estavam incluídas propostas formuladas pelos governos estadual e federal, pelo Exército, grandes e médios proprietários de terra, pela Igreja Católica, e finalmente pelas Ligas Camponesas.

No primeiro caso, a proposta apresentada pelo governador de Pernambuco, Cid Sampaio (UDN), estava embasada na distribuição de terras aos agricultores, assim como oferecimento de suporte técnico e garantia de compra das produções por um preço mínimo¹⁸⁴. Para realização deste projeto foi criada a Companhia de Revenda e Colonização (CRC), responsável pela compra e distribuição de terras aos agricultores¹⁸⁵. Ao todo foram investidos aproximadamente 350 milhões de cruzeiros. Acreditou o governador que esta ação impediu novas adesões as Ligas Camponesas¹⁸⁶. Entretanto, os planos apresentavam alguns problemas sendo a falta de recursos e a interferência política os principais. A influência de políticos ligados ao latifúndio – ironicamente Cid Sampaio era um usineiro – provocavam uma inflação nos preços das terras¹⁸⁷.

Os planos do governo federal eram executados pela SUDENE. Celso Furtado defendeu a necessidade da implantação de novas culturas agrícolas em todo o Nordeste. Acreditava que a região plantava cana demais em muita terra, mas produzia uma pequena quantidade de açúcar tomando espaço para produção de outros gêneros destinados ao consumo interno¹⁸⁸. Estes planos sofreram com uma forte oposição. A demora para aprovação pelo Congresso do Primeiro Plano Diretor demonstrou, na visão de Maurítônio Meira, a resistência por parte dos latifundiários não interessados na mudança da estrutura agrária em aprovar um projeto capaz promover uma boa assistência ao pequeno agricultor¹⁸⁹.

O projeto encontrou resistência até mesmo de Cid Sampaio. Este, declarou que com este projeto o Brasil, assim como os Estados Unidos, cairia na “desgraça dos excedentes agrícolas”¹⁹⁰. Ora, estava o próprio chefe do executivo defendendo a permanência de um dos maiores problemas da região, a fome? A justificativa utilizada pelo governador era a falta de estrutura capaz de suportar a produção de alimentos. Entretanto, uma rápida pesquisa demonstra

¹⁸⁴ **As sementes da subversão: Nordeste.** Revista *O Cruzeiro*. 11 de novembro de 1961. Ano XXXIV, nº 5. p.09-12.

¹⁸⁵ A CRC foi criada a partir da lei nº 3506 de 26 de dezembro de 1959 pelo então governador Cid Sampaio. Dentre os principais objetivos estavam a elaboração de planos de colonização e revenda de materiais agrícolas, instalação de núcleos coloniais, e construção de barragens e açudes. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 27 dez. 1959. Ano XXXVI, nº 289. p. 7710.

¹⁸⁶ Nordeste: as soluções da estupidez. **Revista O Cruzeiro**. 25 de novembro de 1961. Ano XXXIV, nº 7. p.54.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Ibidem. p. 56.

que Pernambuco tinha a capacidade para estocar cerca de sessenta e seis mil toneladas de alimentos nos armazéns da CAGEP¹⁹¹. A própria justificativa pode ser questionada quando, na metade de 1961, o estado passou a receber vultuosos carregamentos de alimentos “doados” pelos Estados Unidos através do programa Alimentos para Paz, ao qual iremos tratar mais adiante.

Outras soluções incluíam o arrendamento de terras em um sistema de “foro brando” como foi o caso adotado pelo advogado Caio Lins Cavalcanti. Pagando cerca de seiscentos cruzeiros por hectare de terra, o agricultor, livre da atividade do cambão, ainda contava com um suporte técnico e a distribuição de sementes e material de trabalho¹⁹². Para ser posto em prática o projeto buscou auxílio de instituições públicas e financeiras tais como o Banco do Brasil, a Secretaria de Agricultura do estado, do Ministério da Agricultura e a própria CRC.

Os métodos aplicados pela Igreja Católica foram tratados separadamente na terceira reportagem da série. Tendo à frente o padre Melo, principal entrevistado, o texto procurou demonstrar a atuação dos sindicatos rurais frente aos desafios encontrados na região¹⁹³. Originalmente, estas instituições enfrentaram grandes dificuldades, tais como a repressão dos latifundiários e as limitações das leis trabalhistas. Para conter o avanço das Ligas e evitar a perda da influência católica no meio rural foi criado o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE)¹⁹⁴. Possuía o papel de organizar os trabalhadores rurais em cooperativas e sindicatos diminuindo a influência as Ligas Camponesas e do PCB além de promover um questionamento moderado do processo de exploração sofrido¹⁹⁵.

Na contramão das soluções pacíficas estavam aqueles que defendiam medidas enérgicas contra o avanço da “subversão” enxergando estes problemas como um “caso de polícia”. O principal articulador destas ideias era o comandante do IV Exército, general Arthur da Costa e Silva. Ele acreditava que o problema poderia ser contido através do ingresso de novos recrutas nas Forças Armadas. Isto era uma garantia, na opinião do general, de acesso a

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Ibidem. p. 55.

¹⁹³ Apesar de defender os interesses dos camponeses no Nordeste do Brasil, Padre Melo foi demonstrando simpatia pela direita. Conforme a historiadora Maria do Socorro de Abreu e Lima, a residência do Padre Melo foi utilizada como sede do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Para maiores informações ver: ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos**. Op. Cit. p.57.

¹⁹⁴ Deve-se ressaltar que o SORPE recebia dinheiro da CIA para aliciar os trabalhadores Rurais a não aderir as Ligas Camponesas. Para maiores detalhes ver: ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos**. Op. Cit.; BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**. Op. Cit.; PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve**. Op. Cit.; PORFIRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução**. Op. Cit.;

¹⁹⁵ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos**. Op. Cit. p.55.

alimentação e educação de qualidade, além do aproveitamento destes recrutas em obras de infraestrutura¹⁹⁶. Apesar de sua declaração em não considerar as Ligas um instrumento do comunismo, procurou deixar claro que caso irrompesse um choque entre trabalhadores rurais e militares o Exército colocaria em ação seu dispositivo de ataque¹⁹⁷.

Este era, portanto, o cenário retratado pelas páginas jornalísticas do Brasil e dos Estados Unidos. Munido com estas informações o presidente Kennedy designou, logo depois de assumir o cargo, um grupo de trabalho para buscar soluções aos problemas encontrados não só em Pernambuco como em toda América Latina que não trilhassem “caminhos perigosos”, inspirados no sucesso de Cuba e que pudessem de alguma forma caminhar para caminhos indesejados. Na visão do sociólogo Juan Carlos Portantiero, a Aliança para o Progresso foi pensada como um instrumento de resposta estratégica ao contágio da Revolução Cubana¹⁹⁸. O próximo tópico percorre o caminho para a criação do programa desde o grupo de trabalho que definiu os seus princípios apresentados no discurso de Kennedy em 13 de março de 1961, até a aprovação da Carta de Punta del Este em agosto deste mesmo ano.

3.2 O surgimento da Aliança para o Progresso

As bases do programa foram lançadas durante a campanha presidencial do então senador John F. Kennedy que realizou duras críticas à administração Eisenhower, responsável por conduzir uma desastrosa política externa sendo a insatisfação e a penetração do comunismo produtos desta relação. O estabelecimento de relações assistencialista foi apresentado já em 1958 durante um evento em Porto Rico. Na ocasião, o senador Kennedy, referindo-se ao insucesso da viagem de Richard Nixon pela América do Sul, afirmou que aquelas demonstrações eram motivadas não pela suposta penetração soviética na região, mas, resultado da política externa de Eisenhower e Foster Dulles. Kennedy advertiu quanto a ilusão predominante no Departamento de Estado de que todo tipo de agitação era inspirada pelos comunistas envolvendo os tentáculos do Kremlin¹⁹⁹. Na sua opinião, o governo norte-americano deveria promover uma cooperação com os governos latino-americanos através de propostas específicas como a criação de um banco interamericano, acordos bilaterais e estímulos financeiros, utilização do progresso da ciência para o desenvolvimento da região, etc.

¹⁹⁶ Nordeste: as soluções da estupidez. **Revista O Cruzeiro**. 25 de novembro de 1961. Ano XXXIV, nº 7. p.54.

¹⁹⁷ Ibidem. p. 55.

¹⁹⁸ PORTANTIERO, Juan Carlos. **O Marxismo latino-americano**. In. HOBBSAWM, Eric. [et.al]. **História do Marxismo: o Marxismo hoje (vol. XI)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 345.

¹⁹⁹ SCHLESINGER JR., Arthur M. **Mil dias: John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca**. Op. Cit. p. 196.

O novo presidente dos Estados Unidos deveria estar atento a estas questões e, desta forma, o plano de Kennedy consistiu na elaboração de um programa de assistência técnica e econômica capaz de promover o desenvolvimento dos países da América Latina. A princípio foi necessário criar uma identidade assim como um nome para este empreendimento e este papel foi dado a Richard Goodwin, responsável por redigir os discursos de Kennedy durante a campanha e futuro membro da administração.

Durante uma viagem de ônibus pelo Texas, em setembro de 1960, Goodwin encontrou uma revista em espanhol publicada pela *Alianza Hispano-Americana*. A publicação serviu como inspiração e o complemento do nome foi dado após um telefonema para um jornalista do *Washington Post*, Karl Meyer:

Goodwin telefonou a Karl Meyer, pedindo sugestão, e este telefonou a Ernesto Betancourt, um cubano que apoiara a revolução Cubana de Castro – mas subsequentemente romperá com ele e trabalhava agora na União Pan-Americana. Betancourt propôs duas possibilidades: Aliança para o Desenvolvimento e Aliança para o Progresso. Quando Meyer retransmitiu as sugestões a Goodwin, este riu e disse que Kennedy dificilmente poderia pronunciar a expressão espanhola, *Alianza para el Desarrollo*. Além disto, progresso tinha a vantagem de ser essencialmente a mesma palavra em todo o hemisfério²⁰⁰.

A citação acima demonstra que a sugestão do nome foi fruto da participação de um cubano ex-aliado de Castro, assim como demonstra a intenção do programa em fazer frente as ideias da Revolução Cubana. O programa foi batizado como *Alianza para el Progreso*, em inglês *Alliance for Progress*. A primeira referência direta ao programa foi realizada durante um discurso de campanha realizado no dia 18 de outubro de 1960, próximo ao Tribunal do Condado de Tampa, Flórida²⁰¹. Kennedy assumiu o compromisso de adotar uma nova política externa baseada em uma aliança de nações com um interesse comum na liberdade e no progresso econômico promovendo um grande esforço comum para fomentar os recursos do hemisfério²⁰².

O trabalho começou dez dias depois após a vitória apertada numa das campanhas mais acirradas da história norte-americana. Os elementos apresentados em discurso na Florida não continham elementos substancialmente avançados para materialização do programa. Um estudo mais elaborado foi encomendado pelo presidente eleito e Richard Goodwin foi colocado a frente como o organizador do grupo de trabalho para elaborar os princípios do programa.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Um dos estados chave das eleições presidenciais e principal reduto dos exilados cubanos.

²⁰² Kennedy: “Estados Unidos sofrerão derrotas desastrosas e trágicas na América Latina”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 19 de out. 1960. p. 02.

O ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolf Berle, assumiu a presidência deste grupo. Os outros membros foram, além do próprio Goodwin, Arturo Morales Carrion e Teodoro Moscoso de Porto Rico, os professores Lincoln Gordon, economista de Harvard que trabalhou na elaboração do Plano Marshall, Robert Alexander, perito em América Latina, e Arthur Whitaker, renomado historiador especialista em assuntos latino-americanos²⁰³.

Os resultados foram apresentados em relatório ao presidente-eleito em 04 de janeiro de 1961. As observações feitas pelo grupo mostraram a reação positiva por parte dos governos latino-americanos do pronunciamento realizado durante a campanha. As recomendações enfatizavam o interesse nas relações interamericanas através de um delineamento de uma linha de abordagem onde seriam fornecidas orientações por meio de assistência para solucionar os problemas da região²⁰⁴. Naturalmente as questões militares foram incluídas e mantido um alerta quando a possibilidade de sucesso novos de movimentos revolucionários. Desta forma, o relatório apontou que nem sempre bons propósitos e planos econômicos contém balas, granadas e grupos armados, estando os Estados Unidos sempre preparados para oferecerem apoio militar quando necessário²⁰⁵.

O próximo passo incluía a preparação do pronunciamento de Kennedy. As conversas sobre este ponto foram registradas em um memorando de 06 de março de 1961, elaborado por Lincoln Gordon, direcionado ao presidente Kennedy e Goodwin, onde é possível identificar este documento como um esboço do discurso do presidente. As palavras chaves apresentadas, tais como tema central, comparação com o Plano Marshall, antecedentes históricos, apoio a programas de desenvolvimento socioeconômico, foram utilizadas para nortear a redação do pronunciamento²⁰⁶.

Na noite de 13 de março de 1961, no Salão Leste da Casa Branca, os embaixadores dos países membros da OEA foram recepcionados pelo presidente Kennedy. Vale salientar que os representantes de Cuba e da República Dominicana não foram convidados, já que os Estados Unidos romperam as relações diplomáticas com estes países. No primeiro caso faz-se necessário uma observação. Ao não convidar Cuba, os Estados Unidos demonstraram seus interesses quanto ao lançamento deste programa, isto é, isolar economicamente o governo

²⁰³ SCHLESINGER JR., Arthur M. **Mil dias: John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca**. Vol. 1. Op. Cit. p. 198.

²⁰⁴ **Report From the Task Force on Immediate Latin American Problems to President-elect Kennedy**. Washington, January 4, 1961. Disponível em: <<https://goo.gl/N26lno>>. Acesso: 07 mar. 2016.

²⁰⁵ SCHLESINGER JR., Arthur M. **Mil dias: John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca**. Vol. 1. Op. Cit. p. 199-200.

²⁰⁶ **Draft Memorandum From the Consultant to the Task Force on Latin America (Gordon) to the President's Assistant Special Counsel (Goodwin)**. Washington, 06 mar. 1961. Disponível em: <<https://goo.gl/4YZiv0>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

Castro. Kennedy demonstrou ser capaz de sacrificar o povo cubano para alcançar seus objetivos, isto é, conter os ideais da Revolução assim como o surgimento de novos movimentos revolucionários:

Um programa como este – disse Kennedy – é a resposta final a Fidel Castro e aos comunistas, porque se a América continuar a avançar, então o povo cubano também exigirá a liberdade para si. E o regime comunista na América Latina perecerá onde nasceu – nas ruas de Havana²⁰⁷.

Paralelamente, dois planos foram preparados contra o regime cubano. O primeiro se referiu a um projeto de embargo às exportações da ilha para os Estados Unidos. Um total de 64 milhões de dólares em produtos como tabaco, melão, frutas e verduras seria o último carregamento de exportações absorvidas pelo mercado norte-americano antes que um embargo fosse declarado contra a ilha de Cuba. Este seria, na visão norte-americana, um “golpe contra a administração de Fidel Castro”, mas, na prática, atingiria o povo cubano por mais de cinquenta anos²⁰⁸. O segundo foi preparado no *underground* mundo da inteligência onde a CIA organizou uma operação militar para invadir Cuba e provocar a derrubada do governo por meio do treinamento de exilados.

Quando subiu à tribuna para apresentar o programa, Kennedy destacou a necessidade de cooperação dos países para afastar o “perigo externo”. Eram as “forças alienígenas” provenientes do velho mundo, mais precisamente os soviéticos, que ameaçavam a América²⁰⁹. Para combater a “intervenção”, o presidente propôs um “enorme esforço de cooperação, sem paralelo em sua magnitude e na nobreza de seus propósitos a fim de satisfazer às necessidades fundamentais dos povos das Américas, as necessidades fundamentais de teto, trabalho e terra, saúde e escolas”²¹⁰.

O plano tinha o objetivo de transformar em dez anos a realidade socioeconômica da América Latina através de investimentos maciços no combate à pobreza, analfabetismo, e toda sorte de problemas que ameaçava a liberdade dos povos²¹¹. Mas, para obter sucesso, seria necessária a cooperação dos países envolvidos. E não só isto, antes de tudo, o Congresso norte-americano deveria aprovar o plano.

²⁰⁷ Transformará a década de 1960-1970 num período de progresso democrático. **Jornal do Commercio**. Recife, 14 mar. 1961. p. 05.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Discurso sobre a Aliança para o Progresso. In. KENNEDY, John. F. **Pensamento e ação do Presidente Kennedy**. Editora Record. Rio de Janeiro, 1962. p. 48.

²¹⁰ Ibidem. p.50.

²¹¹ Ibidem.

Quanto a isto, Kennedy enviou no dia seguinte, 14 de março, uma mensagem ao Congresso solicitando a liberação de aproximadamente 600 milhões de dólares²¹². O pedido assumiu um caráter de urgência e a demora em liberar o dinheiro colaborava para o aumento das tensões sociais proporcionando um “grave” e “iminente perigo” das pessoas encontrarem na violência uma forma melhor de solucionar seus problemas²¹³. Nas palavras de Kennedy,

A América Latina [...] está em ebulição no descontentamento e na intranquilidade. Devemos proceder no sentido de aliviar imediatamente a miséria em grande escala, caso se queira dar uma oportunidade às instituições livres para que elas solucionem seus problemas a longo prazo²¹⁴.

Deve-se destacar a participação de diversos intelectuais no processo de fortalecimento do programa. As opiniões registradas a partir de reuniões realizadas diretamente com o presidente Kennedy foram importantes para elaboração dos projetos de desenvolvimento a longo prazo, assim como, os termos da Aliança. O economista Celso Furtado foi um dos convidados pelo presidente para colaborar com os planos. Em julho de 1961 ele viajou aos Estados Unidos para solicitar deste governo auxílio para o plano da SUDENE de desenvolvimento do Nordeste²¹⁵.

O encontro com representantes da administração Kennedy permitiu que Celso Furtado negociasse diretamente com o governo dos Estados Unidos a liberação de um crédito – dentro do programa da Aliança para o Progresso – de aproximadamente 400 milhões de dólares, ou 100 bilhões de cruzeiros²¹⁶. A primeira reunião com funcionários norte-americanos foi realizada em 11 de julho. Participaram Chester Bowles, Milton Barall, Assistente do Secretário de Estado para Assuntos Interamericanos, funcionários do programa Alimentos para Paz, dos Departamento de Estado, Tesouro e Agricultura, EXIMBANK, Fundo de Desenvolvimento, Legião da Paz e Agencia de Informação do Governo²¹⁷. Além de reforçar os laços entre o governo do Brasil e o governo dos Estados Unidos, na ocasião, Chester Bowles

²¹² 600 milhões de dólares o primeiro passo para ajudar à América Latina. **Jornal do Commercio**. Recife, 15 mar. 1961. p. 05.

²¹³ *Ibidem*.

²¹⁴ *Ibidem*.

²¹⁵ O plano Quinquenal da SUDENE incluía os chamados Planos Diretores. O Primeiro Plano Diretor da SUDENE estava orçado em cerca de 900 milhões de dólares. De acordo com as informações levantadas, 500 milhões de dólares seriam promovidos pelo Governo do Brasil. Os outros 400 milhões seriam promovidos através de liberação de créditos por parte do Governo dos Estados Unidos, iniciativa privada entre outras fontes. Foi somente no Segundo Plano Diretor que houve uma participação expressiva de capital estrangeiro.

²¹⁶ Muito otimista plano que Celso Furtado leva a USA: governadores não foram ouvidos. **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 jul. 1961. Ano 136, nº 154. p.12.

²¹⁷ Iniciados entendimentos para ajuda a SUDENE. **Diário de Pernambuco**. Recife, 12 jul. 1961. Ano 136, nº 156. Capa.

afirmou que Furtado poderia contar com o governo norte-americano e que este estaria disponível para ajudar com a chamada “revolução pacífica”²¹⁸.

O encontro com o presidente Kennedy aconteceu no dia 14 de julho. Na conversa, ambos comentaram a respeito dos problemas encontrados no Nordeste e desta forma Furtado teve a oportunidade de apresentar seus planos para o desenvolvimento da região²¹⁹. Antes de liberar algum crédito, alertou o presidente, seria necessário o envio de uma missão composta de técnicos e economistas norte-americanos para o estabelecimento exato da cooperação dos Estados Unidos²²⁰.

Como já era esperado não houve a liberação de créditos para os planos da SUDENE. Entretanto, o governo norte-americano garantiu o envio de 125 milhões de dólares em alimentos por meio de um acordo bilateral. O carregamento era composto de 30 mil toneladas de farinha de trigo, manteiga, entre outros gêneros alimentícios destinados às populações necessitadas²²¹.

A não liberação de crédito provocou um desapontamento em algumas autoridades brasileiras, como foi o caso do deputado federal por Pernambuco Geraldo Guedes (PL). Em entrevista para a *Radiopress*, reproduzida pelo *Jornal do Commercio* (PE), o deputado afirmou que os Estados Unidos estava, na verdade, enviando ao Brasil, uma “esmola em alimentos”:

Ao serem verdadeiras as notícias divulgadas pela imprensa, de que vamos receber dos Estados Unidos uma ajuda em alimentos para o Nordeste, penso que muito melhor era o sr. Celso Furtado não ter ido lá. Se toda sua missão resulta simplesmente no envio de alimentos americanos para nosso povo, considero, no meu fraco entender, que o chefe da SUDENE nenhum fruto colheu em sua recente visita aos States. É deprimente, vergonhoso e humilhante que, a esta altura da vida, ainda tenhamos de receber uma esmola em alimentos, por parte de outras nações mais poderosas. Creio que o nordestino deseja outra coisa. Ele deseja que seus problemas sejam estudados com profundidade e resolvido através de medidas sistemáticas e efetivas. Não através de paliativos, providências assistenciais, paternalismos generosos. Para mim, muito melhor seria saber que ao invés de alimentos houvéssimos celebrado um convênio com o governo americano, para execução de obras de perenização dos rios nordestinos, ou um empréstimo para fazer-mos o canal Sobradinho-Moxotó ou desvio de águas do Tocantins para o Nordeste. Melhor que trazer alimentos, seria trazer técnicos americanos, israelitas, russos, franceses, para estudar conosco o problema das secas, fundando-se um departamento capaz de transformar em férteis nossas extensas áreas nordestinas. Isto sim, deveria ser o resultado de uma missão tão importante. Não, recebemos alimentos, como se estivéssemos morrendo de fome. Nossa fome é outra. É fome de desenvolvimento honrado, em termos compatíveis com a grandeza e a dignidade da pessoa humana. E não, fome de passarinhos que vivessem presos numa gaiola, esperando água fresca e alpista dourado²²².

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Kennedy garantiu a Celso Furtado todo apoio dos EE.UU ao Nordeste. **Diário de Pernambuco**. Recife, 15 jul. 1961. Ano 136, nº 159. Capa.

²²⁰ Idem.

²²¹ Kennedy garantiu a Celso Furtado todo apoio dos EE.UU ao Nordeste. **Diário de Pernambuco**. Recife, 15 jul. 1961. Ano 136, nº 159. 2º Caderno. p.03.

²²² Desaponta a ajuda yankee ao Nordeste. **Jornal do Commercio**. Recife, 16 jul. 1961. Ano XLIII, nº 161. Capa.

Parte desta crítica estava relacionada à não liberação do crédito. Isto não era nenhuma novidade e o próprio Celso Furtado tinha ciência disto: “fui aos Estados Unidos, a convite do Governo norte-americano, fazer explanação sobre o que a SUDENE realiza e pensa realizar para enfrentar os problemas do Nordeste, e não para pedir ajuda”²²³.

Boa parte da crítica do deputado é uma busca por uma certa “autopromoção”, já que alguns pontos citados em sua entrevista se mostram um tanto contraditórios. Por exemplo, ao afirmar que seria “melhor trazer técnicos americanos, israelitas, russos, franceses, para estudar conosco o problema das secas, fundando-se um departamento capaz de transformar em férteis nossas extensas áreas nordestinas”²²⁴, o deputado desconhece os trabalhos realizados até aquele momento, mesmo que de forma incipiente, pelo DNOCS e pela Comissão do Vale do São Francisco (atual Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) com relação ao desenvolvimento de áreas irrigáveis no Vale do São Francisco²²⁵.

Logo após o retorno de Celso Furtado, Pernambuco recebeu a visita de Edward Kennedy, irmão do presidente norte-americano. Ele desembarcou no Recife em 30 de julho para realizar alguns compromissos dentre os quais uma visita ao Engenho Galileia. Os eventos apresentados até agora procuraram demonstrar a inserção do governo norte-americano nos assuntos de segurança do Continente. Através do programa da Aliança, os Estados Unidos poderiam penetrar na política interna de alguns países principalmente naqueles onde seus interesses eram considerados importantes, como é o caso do Brasil. O próximo tópico apresenta os bastidores que levou a formulação e aprovação da carta que colocou em prática a nova arma do imperialismo ianque.

3.3 A Conferência de Punta del Este e o lançamento oficial da Aliança para o Progresso

O governo norte-americano protocolou, em 05 de maio de 1961, um pedido junto a OEA convocando seus membros para aprovarem a realização de uma reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES)²²⁶. Nesta, os ministros de finanças

²²³ Celso não pediu ajuda aos EUA: expôs Sudene. **Diário de Pernambuco**. Recife, 22 jul. 1961. Ano 136, nº 165. Capa.

²²⁴ Idem.

²²⁵ Para uma melhor apreciação dos trabalhos realizados pelos órgãos públicos citados ver: HIRSCHMAN, Albert O. **Política Econômica na América Latina**. Op. Cit.

²²⁶ O Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA (CIES) através do seu secretário-geral, tinha o papel na administração dos aspectos econômicos do programa da Aliança para o Progresso através do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso. Cabia ao CIES fiscalizar e avaliar os projetos que eram financiados pela Aliança para o Progresso, convocando reuniões anuais para debater estes avanços. Cf. ARRIGHI, Jean Michel. **OEA: Organização dos Estados Americanos**. Op. Cit. p. 136-137. Na reunião que aprovou a realização da Conferência participaram os 21 países membros da OEA, sendo o resultado final 20 votos a favor da reunião e

deveriam construir uma declaração formal dando o pontapé no financiamento dos planos de desenvolvimento elaborados no âmbito do programa da Aliança para o Progresso²²⁷.

Isto marcou o início de uma nova etapa no continente, conforme destacou o editorial do jornal argentino *Democracia* reproduzido pelo *Correio da Manhã* no dia 01 de agosto. O jornal declarou que os governos depositavam suas esperanças no êxito da reunião não podendo esta representar mais um fracasso para as relações interamericanas:

Não pode ser apenas uma conferência a mais, em momento crucial para os países do Continente, quando enfrentamos o subdesenvolvimento e a sua seqüela de miséria, de fome, de analfabetismo, fatores que alimentam as explosões violentas das massas despojadas. Punta del Este não deve repetir os fracassos “dos 21”²²⁸, não pode ser uma reiteração de erros, uma limitada enunciação de soluções abstratas, ou simplesmente a mão estendida para o vizinho poderoso. A América Latina não deve levar para Punta del Este a esperança de dádivas ou paliativos para a sua crise, dede que se tem experimentado até que ponto não dão qualquer solução permanente aos remédios utilizados para solver déficit temporariamente²²⁹.

A Conferência Econômico e Social Interamericana foi aprovada no dia 18 de maio e estava marcada inicialmente para ter início no dia 15 de julho. O local escolhido para reunião foi o balneário de verão em Punta del Este, localizado a uma distância de aproximadamente 170 km de Montevideú, Uruguai. A escolha de uma data próxima provocou alguns questionamentos por parte dos governos da Argentina, Bolívia e Brasil. As informações levantadas mostram que a reclamação por parte destas representações seria por causa dos preparativos que antecederam a Conferência, principalmente referente aos documentos que seriam debatidos²³⁰.

Em resposta a preocupação destes governos o secretário-geral da OEA, José Mora, afirmou que não existiam problemas quanto a estes documentos já que eles foram distribuídos entre os representantes dos países membros da OEA constando que isto não seria motivo para adiar uma reunião hemisférica de grande porte²³¹. Mesmo assim, a Conferência foi adiada para o dia 05 de agosto. Ao que tudo indica o principal motivo para o adiamento da Conferência refere-se a logística do evento. O grande número de informações produzidas em Punta del Este,

a abstenção de Cuba. A posição contrária de Cuba a realização da Conferência foi justificada pelo seu embaixador na OEA, Justino Machado, onde afirmava que o plano do presidente Kennedy seria mais uma “manifestação do imperialismo norte-americano”. Apesar de ser uma reunião que tratava de discussões econômicas, o tom político se fez presente e dominou boa parte da Conferência. Os EUA pretendem convocar, em breve, uma conferência hemisférica. **Jornal do Commercio**. Recife, 06 maio. 1961. Ano XLIII, nº 103. p.05.

²²⁷ Uma guerra contra a fome, a miséria e enfermidades. **Jornal do Commercio**. Recife, 04 ago. 1961. Ano XLIII, nº 177. p.05.

²²⁸ Esta citação se refere a Reunião do Conselho Econômico da OEA realizada anos antes em Bogotá, ao qual foi ratificado a Ata de Bogotá.

²²⁹ Conferência Econômica Interamericana. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 02 ago. 1961. Ano LXI, nº 20.968. 2º Caderno. p.06.

²³⁰ Tudo indica será adiada a Conferência Econômica dos Países Americanos. **Jornal do Commercio**. Recife. 17 jun. 1961. Ano XLIII, nº 138. p.05.

²³¹ Idem.

assim como a grande quantidade de delegações, repórteres, curiosos, entre outras pessoas que acompanhariam a reunião exigia uma melhor preparação logística da cidade. O acesso ao local era complicado e o sistema de comunicação precário em relação ao conteúdo que seria produzido²³².

Mesmo com todas as dificuldades, os trabalhos foram iniciados oficialmente com o pronunciamento do presidente do Uruguai, Eduardo Victor Haedo²³³. Ele destacou a importância daquele momento como um marco nas relações interamericanas e uma nova oportunidade para enfrentar os problemas da região²³⁴. A solenidade ainda contou com a leitura de uma carta enviada pelo presidente Kennedy que não compareceu ao evento. Em seu conteúdo, o presidente convidava os delegados para discutirem soluções capazes de “mobilizarem seus recursos internos e realizarem as difíceis [...] reformas sociais”²³⁵, devendo o governo dos Estados Unidos complementar estes esforços “proporcionando recursos de dimensões e alcance adequados para que sejam conseguidos os elevados objetivos da Aliança para o Progresso”²³⁶. A ausência de Kennedy foi sentida pelos participantes o que provocou uma certa “irritação” entre os delegados²³⁷. A presença do “pai” do programa deveria garantir um início sólido e sua presença era tida por estes delegados como a personificação do “esforço norte-americano para lançar um ataque contra o atraso e a pobreza na América Latina”²³⁸.

Durante a reunião o debate político não foi posto de lado. As questões recorrentes estavam relacionadas, em grande parte, a infiltração comunista na América Latina. No período anterior a Conferência cinco países da América Central (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica), produziram um documento denunciando a “infiltração comunista” na América Latina²³⁹. Os representantes deste governo acusavam precocemente que a delegação de Cuba tentou sabotar a reunião através do seu representante, o Ministro das Finanças Ernesto Che Guevara²⁴⁰.

²³² Idem.

²³³ Foi presidente do Uruguai entre 01 de março de 1961 até 01 de março de 1962.

²³⁴ Abre-se a Conferência de Montevideú num grande momento da História da América. **Jornal do Commercio**. Recife, 06 ago. 1961. Ano XLIII, nº 179. p.05.

²³⁵ Kennedy: EUA complementarão esforços da América Latina. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 06 ago. 1961. Ano XLI, nº 20.972. Capa.

²³⁶ Idem.

²³⁷ Conferência inaugura-se: expectativa. **Jornal do Commercio**. Recife, 06 ago. 1961. Ano XLIII, nº 179. p.08.

²³⁸ Idem.

²³⁹ Uma guerra contra a fome, a miséria e enfermidades. **Jornal do Commercio**. Recife, 04 ago. 1961. Ano XLIII, nº 177. p.05.

²⁴⁰ Idem.

A ausência de Kennedy na conferência deslocou os holofotes para Che Guevara²⁴¹. Tanta expectativa por parte das demais delegações pode ser explicada pelo receio que tinham estas de que o ministro transformasse a reunião em um “debate político” o que poderia “prejudicar o êxito das deliberações” entre os Estados Unidos e os demais países da América Latina²⁴². Em 08 de agosto, o Ministro das Finanças de Cuba denunciou o caráter político da reunião²⁴³. Diferente dos oradores anteriores que liam seus pronunciamentos, Guevara improvisou sua fala utilizando-se apenas de algumas notas demonstrando toda sua capacidade como um bom orador²⁴⁴. As questões apresentadas pelo ministro serão tratadas com mais detalhes no próximo capítulo.

Em 16 de agosto, com exceção de Cuba, a Carta de Punta del Este foi aprovada pelos vinte países membros da OEA²⁴⁵. O acordo delegava um investimento por parte do governo dos Estados Unidos de aproximadamente 20 bilhões de dólares aplicados no prazo de dez anos²⁴⁶. O texto ainda incluiu uma introdução denominada Declaração dos Povos da América contendo os principais objetivos do programa.

A Carta propunha que o desenvolvimento socioeconômico da América Latina só seria alcançada por meio da distribuição de renda igualitária, estabilidade de preços das importações e exportações, aceleração do processo de industrialização e produção agrícola, promoção de reformas, dentre as quais se destaca a reforma agrária, redução das taxas de analfabetismo e mortalidade infantil, construção de habitações populares e a integração econômica da América Latina²⁴⁷. Estas medidas deveriam produzir resultados concretos em tempo mensurável atuando em quatro tipos de investimentos sociais: educação, saúde pública, habitação e melhoria das condições da vida rural²⁴⁸.

Os programas de desenvolvimento socioeconômico planejados e executados no âmbito da Aliança para o Progresso e com suas diretrizes apontadas na Carta estavam divididos em dois tipos: programas nacionais de desenvolvimento e medidas de ação imediata e a curto prazo. No primeiro caso, os programas deveriam atuar no melhoramento dos níveis de saúde

²⁴¹ Idem.

²⁴² Idem.

²⁴³ Acerbos ataques de Guevara aos Estados Unidos. **Jornal do Commercio**. Recife, 09 ago. 1961. Ano LXIII, nº 181. Capa.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ Venezuela, Colômbia, Guatemala, Argentina, Bolívia, Peru, México, Equador, República Dominicana, Paraguai, Honduras, El Salvador, Panamá, Chile, Haiti, Costa Rica, Nicarágua, Estados Unidos, Brasil e Uruguai.

²⁴⁶ Aliança para o Progresso foi aprovada. Somente Cuba não subscreveu a ata. **Jornal do Commercio**. Recife, 17 ago. 1961. Ano XLIII, nº 188. Capa.

²⁴⁷ Carta de Punta del Este. in DREIER. John C. (org). **A Aliança para o Progresso: Problemas e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1962. p.168-170.

²⁴⁸ GORDON, Lincoln. **O Progresso pela Aliança**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962. p.25.

(prevenção, sanitização e saneamento), educação (reduzir o analfabetismo, melhorar o ensino técnico e de formação profissional), promover novos postos de emprego e fomentar instituições de pesquisas para melhorar o desempenho industrial. Além disto, envolvia obras de infraestrutura e de industrialização²⁴⁹.

Os planos nacionais de desenvolvimento constituíam o principal esforço do programa, já que eles operavam por meio da cooperação. Estes projetos eram constituídos de “programas setoriais minuciosos e sólidos projetos de engenharia, com estimativa cuidadosa de custos e benefícios”²⁵⁰ e seriam executados no princípio da autoajuda. Em outras palavras, para sua realização seria necessário a participação (maior inclusive) dos recursos provenientes dos países latino-americanos. Os recursos, de acordo com o economista Lincoln Gordon, garantiria confiança e segurança aos investimentos norte-americanos²⁵¹.

Com relação aos investimentos imediatos e de curto prazo, estes seriam disponibilizados pelo governo dos Estados Unidos. Seriam contemplados projetos que atendessem “imperiosas necessidades econômicas e sociais” beneficiando um grande número de pessoas²⁵². Não obstante, o alvo destes projetos seriam as “zonas menos desenvolvidas ou de maior depressão, onde existissem problemas sociais, particularmente graves para o país”²⁵³.

Outra fonte de investimento destinado a promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países latino-americanos provinha da iniciativa privada. Lincoln Gordon aponta em seu livro *O Progresso pela Aliança*²⁵⁴ que o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos estaria diretamente ligado ao crescimento das “empresas individuais”²⁵⁵. Se por um lado o propósito da Aliança para o Progresso era “apressar o desenvolvimento nacional através de um processo conjunto de efetivo planejamento econômico nacional, reformas institucionais e assistência complementar em larga escala”²⁵⁶, logo, o capital privado deveria obter uma relativa vantagem neste processo. Desta forma, o economista faz uma pergunta ao qual propõem uma melhor explicação entre os investimentos privados e os objetivos da Aliança para o Progresso: “Onde a livre iniciativa se encaixa na filosofia da Aliança para o Progresso?”.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ Ibidem. p.39.

²⁵¹ Ibidem. p.32.

²⁵² Carta de Punta del Este. in DREIER. John C. (org). **A Aliança para o Progresso: Problemas e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1962. p.173.

²⁵³ Mesmo com esta cláusula, os acordos da Aliança para o Progresso com o Nordeste do Brasil só foram assinados em 1962. Carta de Punta del Este. in DREIER. John C. (org). **A Aliança para o Progresso: Problemas e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1962. p.173.

²⁵⁴ Coletânea dos seus discursos ministrados em conferências no Brasil entre os anos de 1961 e 1962 onde tinha por base expor a filosofia da Aliança para o Progresso.

²⁵⁵ GORDON, Lincoln. **O Progresso pela Aliança**. Rio de Janeiro: Record Editora, 1962. p.77.

²⁵⁶ Ibidem.

A resposta pode ser encontrada na própria carta que, segundo Lincoln Gordon, “mostra que a iniciativa privada tem um papel de primordial importância”²⁵⁷.

Robert Kennedy foi outro defensor destes investimentos como um estímulo ao desenvolvimento socioeconômico. Declarou que o governo dos Estados Unidos sozinho não poderia “satisfazer à desesperada necessidade de capital, de talento e de tecnologia em terras tão empobrecidas”²⁵⁸. Embasado no documento final da conferência afirmou que a empresa privada “dirigida por latino-americanos ou criada pelo investimento estrangeiro, pode promover um estímulo importante e até essencial para o desenvolvimento do bem-estar humano”²⁵⁹.

Desta forma, os países que assinaram o acordo concordavam em abrir suas economias para o capital privado, em sua maioria norte-americano, promovendo “condições que estimulem o fluxo de inversões estrangeiras que contribuam para o aumento dos recursos de capital dos países participantes, que o requeiram, através de medidas adequadas, inclusive a celebração de convênios”²⁶⁰. Não obstante, o compromisso estabelecido não significava que o processo de inversões privadas seria encarado com facilidade pelos governos latino-americanos, principalmente aqueles que possuíam configurações de desenvolvimento voltados para o nacionalismo²⁶¹.

Finalmente, vale ressaltar que os princípios da Carta de Punta del Este estavam baseados na Operação Pan-Americana e na Ata de Bogotá. O documento destacou o esforço comum dos países americanos na procura de um progresso econômico acelerado e uma justiça social ampla para seus povos, tudo isso, claro, dentro dos princípios democráticos, “respeitando a dignidade do homem e a liberdade política”²⁶². Vale ressaltar o destaque da carta relacionado a igualdade de gênero como um princípio na obtenção do desenvolvimento social: os projetos elaborados no âmbito da Aliança para o Progresso deveriam colocar a mulher em pé de igualdade com o homem²⁶³.

²⁵⁷ Idem. p. 78.

²⁵⁸ KENNEDY, Robert. **O Desafio da América Latina**. Op. Cit. p.105.

²⁵⁹ Ibidem.

²⁶⁰ Carta de Punta del Este. in DREIER. John C. (org). **A Aliança para o Progresso: Problemas e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1962. p.172.

²⁶¹ Neste caso, para assegurar a entrada de investimentos privados assim como salvaguardar a presença dos investimentos existentes, os Estados Unidos patrocinaram vários golpes militares na América Latina durante boa parte da segunda metade do século XX. Os exemplos mais discutidos e que a participação dos Estados Unidos é inegável são o do Brasil (1964) e do Chile (1973).

²⁶² Desde que esta liberdade não pendesse para o comunismo. Carta de Punta del Este. in DREIER. John C. (org). **A Aliança para o Progresso: Problemas e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1962. p.167.

²⁶³ Carta de Punta del Este. in DREIER. John C. (org). **A Aliança para o Progresso: Problemas e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1962. p.171.

4 A ALIANÇA PARA O PROGRESSO EM PERNAMBUCO: DO PAPEL SOCIAL A INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO POLÍTICA.

As primeiras atividades da Aliança para o Progresso em Pernambuco foram registradas antes mesmo do anúncio do programa em março de 1961. Dentre os principais acontecimentos ligados ao programa estavam as visitas oficiais de observação para elaboração de estudos destinados a aplicação dos recursos norte-americanos na região e a nomeação de um novo embaixador representando não só o governo norte-americano, mas também, o programa da Aliança.

4.1 A Missão Alimentos para Paz

Em 12 de fevereiro de 1961, poucas semanas depois do presidente Kennedy assumir o cargo, partiu de Nova York uma comitiva do programa “Alimentos para Paz” chefiada pelo diretor do Departamento de Excedentes Agrícolas dos Estados Unidos George McGovern. O principal objetivo da Missão seria de “explorar uma nova maneira de fazer a abundância de alimentos e fibras possa ser utilizada para melhorar a nutrição nesses países e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento econômico”²⁶⁴. Argentina, Venezuela, Brasil e Peru eram os países que estavam no roteiro da Missão.

Um dos membros da Missão era o Secretário Assistente para Assuntos Latino-americanos, o historiador Arthur Schlesinger Jr. Ele atuou como observador pessoal do presidente Kennedy sendo o responsável colher informações durante a visita. Estas informações seriam reportadas ao presidente através de relatórios utilizados posteriormente na elaboração de programas para distribuição de alimentos e aplicação de investimentos da Aliança para o Progresso. Schlesinger definiu o caráter da missão com o propósito de “cumprir as aspirações que o chefe de estado americano acha fundamentais para ajudar a resolver conjuntamente os problemas com que se defrontam os demais povos da América e assim, dar novo esplendor à política de boa-vizinhança”²⁶⁵.

A comitiva chegou ao Brasil em 16 de fevereiro de 1961. O primeiro compromisso foi com o presidente Jânio Quadros na capital Brasília. Quebrando o roteiro da viagem a comitiva partiu para a cidade do Recife que não estava incluída nos planos iniciais. Tal mudança

²⁶⁴ Excedentes agrícolas dos EUA para o Brasil: missão virá segunda-feira. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 09 fev. 1961. Ano LX, nº 20. 823. Capa.

²⁶⁵ Embarca hoje para o Brasil a Missão de “Alimentos para Paz”. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 16 fev. 1961. Ano LX, nº 20. 827. Capa.

partiu do interesse de Arthur Schlesinger – logo do presidente Kennedy – na situação que se desdobrava no estado. Ele considerou ser “da maior importância uma visita a esta região, a fim de conhecer as suas necessidades e as condições em que vivem os nordestinos [...] já que é este o absorvente interesse do Sr. Kennedy”²⁶⁶.

Em 18 de fevereiro a comitiva partiu em direção ao interior do estado acompanhado de Celso Furtado. A programação incluía visitas as cidades localizadas na região da Mata Norte, Aliança, Timbaúba, Itambé, Goiana e a cidade de Sirinhaém na Mata Sul. Apesar da visita concentrar suas observações na Zona da Mata a cidade de Vitória de Santo Antão não foi incluída no roteiro da equipe.

George McGovern relatou que a visita a estes municípios permitiu uma “visão mais ampla e real das condições de subdesenvolvimento em que vivem os nordestinos, sobretudo em seus aspectos sociais e econômicos”²⁶⁷. As impressões de Schlesinger foram registradas em seu diário pessoal posteriormente publicado em formato de livro com o título de *Mil Dias: John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca*. Abaixo, segue o relato pessoal do historiador:

De Brasília voamos para o Recife, no desolado Nordeste brasileiro. Ali encontramos Celso Furtado, jovem economista que estudara com Kaldor e Kahn em Cambridge, e era agora diretor da SUDENE, repartição federal encarregada do desenvolvimento da região. Percorremos, com ele, a área úmida ao longo da costa, dedicada em grande parte ao plantio da cana. Em seguida, passamos à área semiárida do interior. Eu jamais vira uma região de tamanho desespero – uma aldeia miserável e estagnada após outra, casebres de barro escuro, crianças de pernas tortas e barrigas imensas, onde não se via praticamente nenhum velho. [...] Numa cabana, uma criança, deitada sem qualquer socorro nos braços da mãe, morria de sarampo. O resto da família de sete pessoas estava sentado no chão sujo, comendo uma refeição de feijão com farinha. Quando McGovern e eu entramos, olharam-nos apaticamente, exceto um menino pelado, talvez de 18 meses de idade, que correu alegremente para nós, estendendo os braços para que o pegássemos ao colo. [...] Um fotógrafo, que nos acompanhara a fim de colher provas suficientes para convencer os deputados da miséria existente, registrou várias vezes essa cena terrível. [...] Depois de nove horas no interior, voltamos, cansados e deprimidos, ao Recife. Ao saltarmos do carro, uma elegante brasileira saía do hotel, de sapatos altos e um vestido parisiense. Furtado disse com tristeza: “estamos de volta, evidentemente, a um país desenvolvido”²⁶⁸.

O relato acima ajuda na compreensão da atmosfera observada pelos norte-americanos ao visitarem cidades do interior de Pernambuco. Famílias abandonadas a própria sorte sobreviviam em um cenário caótico sem nenhuma esperança de melhoria em suas condições materiais de vida. Fome, desnutrição e doenças eram os principais problemas que atenuavam o sofrimento destas pessoas. De acordo com o historiador Carlos Fico, as condições

²⁶⁶ “Alimentos para Paz”: USA aplicará plano no Nordeste. **Diário de Pernambuco**. Recife, 18 fev. 1961. Ano 136, nº 39. p. 03.

²⁶⁷ Brasil deverá receber “Alimentos para Paz”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 19 fev. 1961. Ano 136, nº 40. p. 11.

²⁶⁸ SCHLESINGER JR, Arthur M. **Mil Dias: John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca**. Op. Cit. p.181-182.

de miséria era um dos fatores que colaboravam para o desconforto social, sendo o pauperismo apontado como um fomentador de revoluções²⁶⁹. Desta forma, George McGovern alertava para situação encontrada em Pernambuco exigindo soluções rápidas através de um grande esforço para solucionar o problema da fome:

Poucas situações são mais vexatórias para o homem e impõem solução mais rápida do que a fome. É realmente trágico o fato que ainda haja fome numa parte do mundo, enquanto noutra haja abundância de gêneros alimentícios. Precisamos diminuir a distância entre a abundância que nos rodeia em nossa casa e a quase inanição existente em outros países. Prudência e senso humanitário aconselham a um grande esforço neste sentido²⁷⁰.

Esta atmosfera foi registrada e apresentada ao presidente Kennedy por meio de relatórios para que este tivesse uma dimensão clara dos problemas encontrados não só em Pernambuco como em todo o Nordeste. Os registros destas observações foram importantes na consolidação das bases do programa da Aliança já demonstrado em capítulo anterior. Não obstante, foi a pedra fundamental para iniciar o envio de ajuda através do programa “Alimentos para Paz”.

O programa de distribuição de excedentes agrícolas foi elaborado ainda durante a administração Eisenhower e estava vinculado a *Public Law 480*, assinada pelo presidente em 10 de junho de 1954²⁷¹. A Lei de Assistência e Desenvolvimento do Comércio Agrícola estabelecia os princípios para exportação de alimentos aos países com deficiências na produção com preços acessíveis pagos em moeda própria em vez de dólares²⁷². Os planos de ação do programa foram apresentados pelo presidente Eisenhower durante um discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 22 de setembro de 1960. Em resumo, consistia em “ajudar as nações necessitadas, mediante a distribuição de alimentos, aproveitando os excedentes que tem alguns países, através das Nações Unidas”²⁷³. Na prática, o programa serviu para escoar os excedentes aumentando o consumo de produtos agrícolas norte-americanos nos países

²⁶⁹ FICO, Carlos. **O Grande Irmão**. Op. Cit. p. 26.

²⁷⁰ “Alimentos para Paz”: USA aplicará plano no Nordeste. **Diário de Pernambuco**. Recife, 18 fev. 1961. Ano 136, nº 39. p. 03.

²⁷¹ Esta não foi a primeira vez que o governo norte-americano utilizou alimentos para contornar problemas ligados a fome que trariam consequências imediatas. “A comida ganhará a guerra” foi o slogan utilizado pelo governo para estimular os produtores rurais a manterem sua produção e estocagem de alimentos durante os dois principais conflitos mundiais que os Estados Unidos esteve envolvido. No início de 1942, o Departamento de Agricultura estabeleceu as metas nacionais para a produção agrícola e pecuária não só do país como também examinou as necessidades dos países aliados. Para maiores informações acerca deste programa ver: **Food Will Win the War - And Shape the Peace that Follows**. Disponível em: <<https://goo.gl/uG6kV7>>. Acesso: 22 jul. 2017.

²⁷² **Agricultural Trade Development and Assistance Act of 1954**. Disponível em: <<https://goo.gl/hn7yqo>>. Acesso: 25 jan. 2017.

²⁷³ Ike apresentou 15 pontos para a paz mundial; hoje discurso de Krushev. **Diário de Pernambuco**. 23 set. 1960. Ano 135, nº 215. p. 02.

estrangeiros²⁷⁴. Foi durante a administração Kennedy que este programa atuou de forma constante.

Inicialmente, a distribuição de alimentos para o Brasil foi incluída dentro do programa de assistência imediata da SUDENE. Grande parte dos gêneros foram estocados para serem utilizados em períodos de seca²⁷⁵. Além disto, os alimentos poderiam ser utilizados nas áreas da saúde, educação e obras públicas. No primeiro caso, os alimentos seriam utilizados para “suprir e reforçar a dieta alimentar dos grupos da população mais vulneráveis à carência protética, particularmente escolares e conjunto de gestantes-nutrizes-lactantes”²⁷⁶. No caso das escolas, os alimentos seriam utilizados para “reforçar a merenda e suplementar os baixos salários de professores de escolas primárias, especialmente rurais, com equivalentes em alimentos a 3 meses de salários”²⁷⁷. Por fim, no setor de obras públicas para “completar ou suplementar salários de trabalhadores empregados em obras ligadas ao desenvolvimento econômico e social”²⁷⁸, tais como construção de casas populares, escolas, represas, estradas, etc.²⁷⁹ A aplicação dos alimentos nestes setores através dos planos da SUDENE foi apresentada durante a visita de Celso Furtado a Washington.

Para realização deste plano, o Conselho Deliberativo da SUDENE aprovou no dia 14 de março de 1962 a criação de um fundo de 500 milhões de cruzeiros para financiar a aquisição imediata de gêneros alimentícios para os estados do Nordeste²⁸⁰. O fundo ainda contava com a participação do DNOCS e dos governos estaduais de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba²⁸¹.

Neste mesmo mês de março foram assinaladas as primeiras doações de alimentos para o Brasil. O primeiro acordo previa um embarque de 44 mil toneladas de leite em pó distribuídos em dois anos²⁸². O primeiro carregamento contou com o embarque de 3 mil toneladas de leite destinados à alimentação de gestantes/lactantes e no complemento de merenda escolar²⁸³. O leite foi embarcado no Porto de Nova York e conduzido para o Brasil

²⁷⁴ **Agricultural Trade Development and Assistance Act of 1954**. Disponível em: <<https://goo.gl/hn7yqo>>. Acesso: 25 jan. 2017.

²⁷⁵ “Alimentos para Paz”: elabora-se plano pela SUDENE. **Diario de Pernambuco**. Recife, 22 jun. 1961. Ano 136, nº 139. p. 03.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ 500 milhões de cruzeiros para aquisição de gêneros alimentícios para o Nordeste: fundo foi criado. **Jornal do Commercio**. 15 mar. 1962. Ano XLIII, nº 61. p. 03

²⁸¹ Ibidem.

²⁸² Leite em pó dos Est. Unidos para o Brasil. **Jornal do Commercio**. Recife, 14 mar. 1962. Ano XLIII, nº 64. p. 14.

²⁸³ Idem.

através do navio Momacteal da Moore-McCormack Lines²⁸⁴. Rio de Janeiro, São Luiz, Cabedelo, Recife, Maceió e Salvador, foram as cidades contempladas com a distribuição deste primeiro carregamento. Paralelamente, um outro carregamento foi feito neste mesmo mês. Cerca de 4 mil toneladas de milho foram embarcadas na Filadélfia com destino ao Recife²⁸⁵. O milho serviria como um alívio ao problema da fome causado pela grande seca na região²⁸⁶.

Parte destas doações eram realizadas através da Operação Criança, projeto criado no âmbito do Alimentos para Paz. Até o ano de 1963 foram alimentadas, segundo estatísticas do governo norte-americano, cerca de nove milhões de crianças em toda América Latina²⁸⁷. Apesar de toda “boa vontade” norte-americana algumas críticas ao programa devem ser consideradas.

Dentre os principais veículos de informação utilizado para realizar críticas ao programa destacamos a importância do periódico *O Semanário* do Rio de Janeiro. O jornal foi o primeiro a registrar impressões da submissão do governo do Brasil a mais um instrumento norte-americano de dominação²⁸⁸. Dentre as principais denúncias encontradas duas se sobressaem. A primeira foi escrita pelo juiz Osny Duarte Pereira e publicada originalmente no exemplar de número 251 da semana dos dias 09 a 16 de março de 1961. A recepção calorosa da crítica por parte dos leitores levou a uma reimpressão do artigo *Alimentos para Paz* na edição de número 253 da semana dos dias 25 de março a 1 de abril.

Neste artigo, o autor demonstra como o governo norte-americano utilizou o programa para reafirmar sua dominação sob “mundo subdesenvolvido”, principalmente durante a administração Kennedy, utilizando os mesmos métodos “rotineiros de política de dominação mundial” iniciados na administração Eisenhower²⁸⁹. As semelhanças quanto a dominação impetrada pelos Estados Unidos colocava Democratas e Republicanos no mesmo patamar chegando ao ponto de o autor descrever que “nada mais parecido com um republicano do que um democrata no poder”²⁹⁰.

Segundo o artigo, o programa Alimentos para Paz era observado de duas formas distintas. A primeira, na visão de “milhões de analfabetos e de famintos”, era “fruto da

²⁸⁴ Em Recife o primeiro carregamento de leite em pó do programa “Alimentos para Paz”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 abr. 1962. Ano 137, nº 85. p. 06.

²⁸⁵ Alimentos do EE. UU. Para a área Nordeste. **Jornal do Commercio**. Recife, 24 mar. 1962. Ano XLIII, nº 69. Capa.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Mais de nove milhões de crianças recebem “Alimentos para Paz”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 22 ago. 1963. Ano 138, nº 175. p. 16.

²⁸⁸ Argentina e México recusam os Alimentos para Paz. Esmola dos Ianques para o Brasil. **O Semanário**. Rio de Janeiro, semana de 09 a 16 mar. 1961. Ano VI, nº 251. Capa.

²⁸⁹ Ibidem. p. 03.

²⁹⁰ Idem.

generosidade do povo norte-americano em levar a todas as regiões da terra” alimentos “entregues gratuitamente ou a preço simbólico” destinado a “amenizar a fome que mata milhares por dia, em todas as partes do mundo”²⁹¹.

Na visão crítica, tudo isto não passava de um engodo para camuflar os reais motivos de atuação do programa: “um dos mais vergonhosos instrumentos de que o imperialismo se utiliza para dominar os países que possuam matérias-primas, das quais os EUA necessitem”²⁹². Osny Pereira descreve como funcionava na prática este tipo de exploração:

Como sabem, os EUA necessitam de petróleo, de minério de ferro, de manganês, de urânio, enfim de quase uma centena de produtos existentes na América Latina, Ásia e na África. Se pagássemos os povos que detém essas riquezas justos preços e permitissem que o dinheiro fosse invertido no desenvolvimento da técnica agrícola desses mesmos povos que iria acontecer? Esses povos iriam produzir alimentos em quantidade bastante para se manterem, iriam instruir-se e, iriam industrializar-se e talvez preferissem, em vez de vender os minérios *in natura*, vende-los manufaturados. Se isto fosse feito, a renda *per capita* nos EUA não seria de 1.500 dólares e 100 dólares no Congo. É, porém, preciso que o “fella” do Oriente Médio, o negro do Congo, o caipira das fazendas de café, os candangos do Nordeste jamais tenham liberdade de fixar o preço daquilo que os EUA necessitam comprar. Por isto, é preciso conservá-los meio vivos, meio mortos, pela fome, e sempre analfabetizados e doentes²⁹³.

E como o programa Alimentos para Paz contribuía para acentuar os problemas em vez de resolvê-los? A resposta pode ser encontrada com a observação das exportações utilizando o exemplo do Brasil, um dos maiores produtores de café e açúcar da América Latina e principal cliente dos Estados Unidos. O latifúndio e a monocultura praticados nas regiões Sudeste e Nordeste contribuía para utilização das terras apenas para atender o mercado das exportações restando poucos espaços para produção de alimentos destinados ao consumo interno. No mesmo exemplar que foi republicado o texto de Osny Pereira, o jornal transcreveu o pronunciamento do deputado federal Josué de Castro (PTB), realizado na Câmara dos Deputados, afirmando que o programa não passava de “um grande negócio para os ianques”²⁹⁴.

Josué de Castro apontou os problemas que o programa causaria na economia agrícola do país. Com a entrada dos alimentos a deficiente produção voltada para abastecer o mercado interno desestimularia ainda mais os investimentos no setor de subsistência. Em suas palavras,

Se inundarmos o mercado brasileiro, com os excedentes americanos, sejam quais forem as condições em que eles aqui penetrem, deixando de lado a parte de custo para analisar depois, esses produtos irão desequilibrar, o nosso mercado e desestimular a nossa agricultura já tão desestimulada, já tão abandonada, já tão relegada a segundo

²⁹¹ Idem.

²⁹² Idem.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ “Alimentos para Paz” apenas um bom negócio para os ianques. **O Semanário**. Rio de Janeiro, semana de 25 mar. - 1 abr. 1961. Ano VI, nº 253. p. 09.

plano, sem ter nenhuma prioridade, nem para os investimentos, nem para os benefícios que usualmente o Governo dá a outros setores de nossa economia²⁹⁵.

Desta forma, o Brasil tornava-se refém das importações de determinados gêneros alimentícios, a exemplo do trigo, para atender a demanda interna. Josué de Castro procurou demonstrar que com a entrada de trigo norte-americano a produção nacional seria prejudicada regredindo a um ponto de submissão aos trustes internacionais do trigo²⁹⁶. A principal região produtora deste gênero, o Rio Grande do Sul, obteve uma grande baixa no volume produzido no início dos anos 1960. Isto significava uma nova forma de colonialismo travestido de caridade onde os Estados Unidos, através de sua “compaixão”, buscaram uma solução para desafogar os seus excedentes agrícolas e manter uma relação de dependência com os países “subdesenvolvidos”:

O que os Estados Unidos pretendem dar-nos é um plano de emergência, uma panaceia transitória, não um plano fundamental a longo prazo, mas, apenas, uma solução para desafogar, os seus excedentes, a fim de terem espaço vazio em seus armazéns, e, então, aliviar a fome de alguns indivíduos, para que sobrevivam. Uma ajuda que não dá nem para viver, nem para morrer: somente para vegetar, para continuar na subserviência, da dependência da servidão²⁹⁷.

Como as exportações tinham nos Estados Unidos o principal cliente, este, taxava os preços através das cotas. Em contrapartida, o Brasil assinava acordos com este país para enviar alimentos com “preços razoáveis” através do programa Alimentos para Paz. Países como Argentina e México recusavam a “ajuda” norte-americana. O Ministro da Agricultura do México, Julien Rodriguez Adame, afirmou que seu país não precisava de programas para envio de alimentos, mas, que os Estados Unidos respeitassem a política e a economia mexicana sem que para isso recorressem a medidas consideradas paternalistas:

O que necessitamos são bons preços para nossos produtos de exportação e não excedentes americanos para matar a fome. O México não necessita ser incluído no programa “Alimentos para Paz” do presidente John Kennedy. Essa atitude de países que se prezam que tem dignidade e consciência da hora que vivemos. Não se justifica mais esse paternalismo continental, essa defesa do continente no interesse unilateral dos Estados Unidos. E se os EUA querem o nosso respeito à sua política, que respeitem a nossa economia. E respeitar a nossa economia não é ver aqui barganhar com a nossa fome²⁹⁸.

O envio de alimentos não pode ser entendido apenas como uma assistência paternalista. A observação deve ir além e demonstrar que este tipo de programa tinha como

²⁹⁵ “Alimentos para Paz” apenas um bom negócio para os ianques. **O Semanário**. Rio de Janeiro, semana de 25 mar. - 1 abr. 1961. Ano VI, nº 253. p. 09.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ Idem.

finalidade prejudicar a produção interna de determinados gêneros alimentícios. Foi por este motivo que a Argentina recusou o programa. Sendo uma das regiões produtoras de trigo da América do Sul, a entrada do produto norte-americano na sua economia e conseqüentemente nos países vizinhos provocaria uma concorrência comercial desleal resultando na quebra de seu mercado. A atitude do governo Arturo Frondizi em negar o programa era parte de uma atitude protecionista do seu mercado de exportações²⁹⁹.

Assim funcionava o programa norte-americano, beneficiando seus produtores rurais e destruindo a economia agrícola dos países “ajudados”, conforme descreve Noam Chomsky: “o programa de ajuda externa Alimentos para Paz serviu tanto para subsidiar a agroindústria e as exportações norte-americanas como para enfraquecer os produtores de outros países”³⁰⁰. A dependência de alimentos transformava em refém dos Estados Unidos os países latino-americanos que não desenvolviam uma indústria agrícola para atender o mercado interno. Conseqüentemente, segundo Osny Pereira, a deficiência agrícola transformava estes países em dependentes de “entregar petróleo, os minérios, o cacau, os óleos vegetais, o café, etc., enfim, toda as suas riquezas pelo preço que os EUA, donos do trigo, destinado a matar a fome, e dono do algodão, destinado a cobrir o corpo, vierem impor”³⁰¹.

Além disto, o financiamento a longo prazo destes alimentos contribuía para acentuar a exploração dos países “ajudados”. O deputado federal por São Paulo, Salvador Lozacco (PTB), descreveu que o pagamento em cruzeiros a longo prazo era apenas um disfarce para uma manobra norte-americana:

Contabilizando em cruzeiros, com a correspondência em dólares dentro desses 40 anos, como vem ocorrendo a depreciação de nossa moeda no mercado internacional, iremos pagar esse equivalente em dólares muitas vezes multiplicado! O preço do cruzeiro não é fixo. Estabelecida a correspondência em dólares, ficaremos devendo um montante em dólares, efetivamente³⁰².

O Brasil teria uma conta cara a pagar durante um longo prazo. Podemos ir mais além e demonstrar que este programa favorecia a saída de grandes volumes de capital do país. Uma das fontes de financiamento do programa Aliança para o Progresso era através do Acordo sobre Produtos Agrícolas³⁰³. Os cruzeiros utilizados para pagar os alimentos eram

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ CHOMSKY, Noam. **O Lucro ou as pessoas?** Op. Cit. p. 41.

³⁰¹ Argentina e México recusam os Alimentos para Paz. Esmola dos Ianques para o Brasil. **O Semanário**. Rio de Janeiro, semana de 09 a 16 mar. 1961. Ano VI, nº 251. p. 03.

³⁰² “Alimentos para Paz” apenas um bom negócio para os ianques. **O Semanário**. Rio de Janeiro, semana de 25 mar. - 1 abr. 1961. Ano VI, nº 253. p. 09.

³⁰³ Os Acordos sobre Produtos Agrícolas estava baseado no convênio bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos firmado em 16 de novembro de 1955. O acordo procurava expandir o comércio de produtos agrícolas entre os dois países e com outras nações amigas assim como estabelecia as normas que regulamentavam a venda de produtos

redistribuídos para financiar programas da Aliança. Indo mais além é possível perceber que o dinheiro era utilizado para incentivar indústrias privadas norte-americanas a se estabelecerem no Brasil. Sobre a falsa ilusão de uma industrialização um grande volume de capital era retirado do país devido a uma legislação que limitasse as remessas de lucros. Ou seja, o governo sacrificava sua economia financiando uma elevada fuga de capital³⁰⁴.

Diante do apresentado, a sugestão de Osny Pereira era que o programa fosse chamado de “Alimentos para o Desespero” devido ao prejuízo que causava na economia dos países envolvidos. A solução para o Brasil, de acordo com o autor, viria através de um grande expurgo das multinacionais norte-americanas com filiais no Brasil. Ele aponta que o país só encontraria a verdadeira paz quando os instrumentos de suborno que conduziam a economia agrícola a uma situação degradante fossem retirados:

Levem a “Nestler” e a “Standart Brands” que, arrecadando a produção nas fazendas fluminenses e mineiras, estão tirando o leite da boca dos filhos dos operários, para transformar em leite em pó que só os ricos podem comprar. Restituam-se os bilhões de dólares que nos roubam nestes últimos dez anos, impondo-nos preços cada vez menores ao nosso café, a nosso cacau, a nossos minérios. Concordem os frigoríficos em levar daqui, para as matrizes, apenas lucros iguais aos que percebem nos EUA ou vão-se embora e deixem-nos, e a nossos rebanhos, em paz³⁰⁵.

Foi desta forma que começou o programa da Aliança para o Progresso no Brasil. Vejamos agora como se deu o funcionamento no Nordeste enfatizando o estado de Pernambuco.

4.2 O novo embaixador e a Missão Bohan

O economista Lincoln Gordon foi nomeado pelo presidente Kennedy como o novo embaixador dos Estados Unidos no Brasil tendo sido apresentado oficialmente para o posto em 19 de outubro de 1961. No encontro na qual entregou suas credenciais ao presidente Goulart, o embaixador Gordon afirmou que sua nomeação tinha como principal objetivo ser a “pedra angular” da Aliança no país transformando-a em um exemplo de sucesso para os demais países³⁰⁶. A nomeação do embaixador Gordon foi recepcionada com otimismo pelo governo do

agrícolas ao Brasil nos termos do Título I da Lei de Assistência e Desenvolvimento do Comércio Agrícola, de 1954, e suas emendas (Lei 480, do 83º Congresso dos Estados Unidos da América). Desta forma, os excedentes agrícolas norte-americanos eram vendidos para os países com preços baixos e o valor apurado com as vendas era revertido para programas da USAID. Para maiores informações ver: **Acordo Sobre Produtos Agrícolas Entre O Governo Dos Estados Unidos Do Brasil E O Governo Dos Estados Unidos Da América**. Disponível em: <<http://goo.gl/2yqWpk>>. Acesso: 12 set. 2016.

³⁰⁴ “Alimentos para Paz” apenas um bom negócio para os ianques. **O Semanário**. Rio de Janeiro, semana de 25 mar. - 1 abr. 1961. Ano VI, nº 253. p. 09.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ Gordon defende política de interesses nacionais. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 20 out. 1961. Ano LXI, nº 21.035. p. 14.

Brasil, que avaliou a mudança como uma forma de estreitar as relações entre os dois países possibilitando uma maior colaboração no âmbito do programa³⁰⁷. Apesar de sua apresentação oficial ocorrer apenas em outubro, o jornal *Correio da Manhã* divulgou o furo jornalístico na capa do exemplar do dia 24 de maio, antes mesmo do anúncio oficial por parte da Casa Branca³⁰⁸.

Durante o ano de 1961, Lincoln Gordon em companhia do Embaixador dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Adlai Stevenson, obteve uma oportunidade de realizar uma excursão de observação pelos principais países da América do Sul durante dezoito dias³⁰⁹. Ao desembarcarem no Brasil conversaram com o presidente Jânio Quadros durante três horas em um encontro na cidade de São Paulo³¹⁰. O presidente brasileiro demonstrou interesse em manter um relacionamento produtivo envolvendo os dois países logo que Lincoln Gordon assumisse o posto³¹¹. Devido à renúncia de Quadros a construção desta relação seria feita pelo seu sucessor, o vice-presidente João Goulart.

A relação da Aliança para o Progresso com sua nomeação para o posto de embaixador pode ser apontada a partir do pronunciamento realizado no Departamento de Estado durante a cerimônia de oficializou seu nome para o cargo. No discurso lido em um português audível Lincoln Gordon destacou:

Como economista, muito me alegra poder participar diretamente do programa Aliança para o Progresso do presidente Kennedy, programa este para o desenvolvimento acelerado e modernização institucional da América Latina com auxílio dos Estados Unidos, cujas bases foram lançadas pela Operação Pan-americana, de iniciativa do Brasil. [...] espero que, durante minha estada no Brasil, a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos possa ser efetiva no adiantamento de todos os objetivos da Aliança para o Progresso³¹².

Logo que chegou ao Brasil, em 13 de outubro, Lincoln Gordon declarou à imprensa seu principal papel como embaixador; além de trabalhar no estreitamento dos laços unindo o Brasil e os Estados Unidos, ele seria responsável por promover o êxito imediato do programa da Aliança:

A Aliança para o Progresso só não é um conceito etéreo de sonhos para alguma geração futura; é uma estrutura de ação imediata para nossa própria geração, aqui, agora. O presidente Kennedy tem profundo interesse pessoal em aumentar as estreitas

³⁰⁷ Lincoln Gordon foi escolhido embaixador dos EUA no Brasil. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 maio 1961. Ano XL, nº 20.908. Capa.

³⁰⁸ O anúncio oficial por parte da Casa Branca só aconteceu no dia 24 de agosto de 1961, um dia antes da renúncia do presidente Jânio Quadros.

³⁰⁹ GORDON, Lincoln. *A Segunda Chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. Op. Cit. p. 316.

³¹⁰ Idem.

³¹¹ Idem.

³¹² Embaixador EUA ressaltou o progresso industrial do Brasil. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 set. 1961. Ano XLI, nº 21.010. p. 09.

relações entre nossos países e no êxito da Aliança. Eu mesmo estou ansioso. Estou ansioso por ajudar a desempenhar a parte de meu governo nessa tarefa vital que nos desafia, tão logo eu tenha apresentado minhas credenciais ao presidente Goulart³¹³.

Em parte, as ansiedades do novo embaixador foram se concretizando em ações. As articulações para realização dos primeiros acordos envolvendo os dois países foram feitas já no próprio mês de outubro. Quatro dias depois de assumir o posto, no dia 23, desembarcava no Aeroporto do Recife uma comitiva norte-americana chefiada pelo economista Merwin Bohan responsável por levantar informações à serem utilizadas na elaboração de um acordo destinado à região Nordeste³¹⁴. Os estudos foram realizados com base nos planos da SUDENE muito embora fosse dado uma maior ênfase aos campos da educação e saúde. O resultado foi apresentado ao presidente Kennedy por meio de relatório, conhecido como Relatório Bohan, recomendando a execução de projetos de longo e curto prazo a serem desenvolvidos na região sendo este último o de maior interesse por parte do governo norte-americano³¹⁵. Os projetos de curto prazo visavam “provocar um impacto imediato, no mais breve lapso de tempo, sobre a generalidade da população nordestina”³¹⁶:

A acenada perspectiva de pesquisas mais detidas não mais constitui um argumento que a impaciência das populações nordestinas possa aceitar. Agora elas reclamam ação objetiva. O programa a curto prazo esquematizado deverá ser cumprido ao longo de um período de 12 a 18 meses. Deve ser posto em prática sem mais delongas para a consecução dos resultados objetivados³¹⁷.

Os projetos incluíam cinco áreas de atuação sendo as principais: redes de abastecimento de água, criação de centros obreiros da Aliança para o Progresso, eletrificação rural, assistência para força de trabalho e saúde volante. Todos os projetos deveriam ostentar “visivelmente os símbolos da Aliança para o Progresso”³¹⁸.

Quanto ao abastecimento de água, o plano Bohan sugestionava a construção de “chafarizes públicos ou cacimbas para abastecimento de favelados das principais cidades litorâneas do Nordeste” e de redes de “distribuição de água em determinadas cidades interioranas”³¹⁹. A criação de centros obreiros da Aliança deveria promover o intercâmbio

³¹³ Lincoln Gordon: Aliança para o Progresso é ação imediata. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 14 out. 1961. Ano XLI, nº 21.030. p. 12.

³¹⁴ Diplomata estudará os problemas do Nordeste. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 28 out. 1961. Ano XLI, nº 21.042. p. 04.

³¹⁵ Cooperação dos EUA para desenvolver o Nordeste. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 04 nov. 1961. Ano XLI, nº 21.047. p. 12.

³¹⁶ Grande parte do Relatório Bohan foi disponibilizado em uma obra recente do jornalista Vandek Santiago. Graças a reprodução parcial do relatório foi possível tratar de forma mais ampla este tópico. Para maiores informações sobre o período ver: SANTIAGO, Vandek. **Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964**. Recife: CEPE, 2016. p. 127.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Ibidem. p. 125.

³¹⁹ Ibidem. p. 124.

regional de mão de obra, fornecimento de orientação referente as relações de trabalho na indústria, prestação de serviços de saúde, distribuição de alimentos, instrução escolar e constituição de “núcleos polarizadores das atividades idôneas dirigidas à organização do trabalho”³²⁰. Estes centros estariam localizados, a princípio, no Litoral e na Zona da Mata, regiões de forte movimentação social provocada pelos sindicatos urbanos, rurais e as Ligas Camponesas³²¹.

Paralelo a criação dos centros estava a assistência para os ingressantes na força de trabalho. Neste caso, as medidas em grande parte visavam o letramento dos candidatos com cursos de alfabetização e profissionalização com duração de dois anos atingindo prioritariamente cerca de 10 mil adolescentes³²². Para os adultos seria ministrado um curso de alfabetização no modelo já empregado pelo Movimento de Educação de Base (MEB) com o “concurso de programas radiofônicos educativos, com a colaboração de voluntários, dirigidos a cerca de 1.250 milhão de jovens de ambos os sexos que anualmente se incorporam à força de trabalho da região”³²³. Além disto, seriam empregadas melhorias no ensino primário e a criação de acampamentos agrícolas com o objetivo de orientar os pequenos agricultores a uma “formação básica mais completa, proporcionando-lhes alguns conhecimentos agrícolas e industriais de caráter prático e objetivo, noções imprescindíveis de higiene, asseio e responsabilidades cívicas”³²⁴.

O programa de eletrificação rural visava a distribuição de geradores móveis que “garantiriam às comunidades rurais da região abastecimento de energia elétrica de que carecem, para ter acesso à água e que, de outra parte, possibilitaria diversificação das atividades econômicas”³²⁵. Por fim, o programa de saúde e ensino de medidas higiênicas tinha como meta estabelecer posto de saúde volante contando com a participação de uma força-tarefa internacional formada por médicos dos Estados Unidos, França, Bélgica e Holanda³²⁶.

Para realização destes projetos, o documento estipulava um financiamento de 33 milhões de dólares sendo o Brasil responsável pelos custos de construção, instalação, compra de terras e contratação de pessoal³²⁷. Já os projetos de longo prazo se assemelhavam aos

³²⁰ Idem.

³²¹ Idem.

³²² Ibidem. p. 126.

³²³ Idem.

³²⁴ Idem.

³²⁵ Ibidem. p. 125.

³²⁶ Ibidem. p. 126.

³²⁷ Ibidem. p. 127.

elaborados pelo Plano Diretor da SUDENE sendo o próprio documento favorável ao protagonismo do órgão frente a problemas complexos envolvendo questões sociopolíticas:

Questões como a reforma agrária, revisões do regime de posse de terras e demais questões afins são suscetíveis de fortes repercussões políticas e sociais. Problemas dessa índole se integram, ao longo de muitas décadas, na tessitura do regime institucional vigente no Nordeste brasileiro. Temos para nós que a melhor forma de equacionar esses problemas é conjugar as atividades norte-americanas aos esforços envidados por aquelas autoridades brasileiras que reputam o ataque aos problemas que afligem o Nordeste como eminentemente prioritários. Canalizando recursos através da SUDENE, essa entidade se consolidará e contará com meios mais eficazes para determinar uma solução brasileira para um problema brasileiro³²⁸.

Cabe aqui algumas observações. O relatório apontou para a agilidade na realização dos projetos de curto prazo. Isto pode ser tomado como uma evidência do interesse norte-americano em favorecer governos estaduais alinhados a seus interesses financiando projetos de grande impacto público e, ao mesmo tempo, enfraquecendo a participação do governo federal nestes assuntos. Tomando como base alguns periódicos as impressões quanto ao envio da Missão Bohan foram registradas de duas formas.

De forma entusiástica, o editorial do jornal *Correio da Manhã* no dia 26 destacou que aquele momento representou um ponto importante nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos e, acima de tudo, marcou um novo sentido no progresso relacionado a ajuda norte-americana destinada ao Nordeste: “Ressaltando o trabalho que vai ser feito no Nordeste, através da ajuda americana, [...] se trata de uma obra que se deve servir tanto a melhorias imediatas e visíveis das condições de vida como também para formar as bases de soluções duradouras dos problemas existentes”³²⁹.

Já o jornal *O Semanário* em sua capa do dia 17 de maio de 1962, denunciou que o plano elaborado pela Missão Bohan almejava a colonização do Nordeste por parte dos “imperialistas norte-americanos” através da Aliança para o Progresso³³⁰. O Relatório Bohan, produto final das avaliações feitas pela missão, destacava a necessidade de um programa envolvendo as áreas de combate ao analfabetismo, especialização e orientação sobre oportunidades de trabalho e integração da região Nordeste com as outras regiões do Brasil a partir de obras de infraestrutura. A reportagem apurou que com estas medidas o governo norte-americano estava interessado apenas em transformar a região em uma fonte permanente para o suprimento de “mão de obra disciplinada para as indústrias do Sul, em sua maioria pertencentes

³²⁸ Ibidem. p. 128.

³²⁹ Soluções duradouras. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 out. 1961. Ano LXI, nº 21.040. p.06.

³³⁰ Aliança para o Progresso é nova arma dos imperialistas. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 17 maio 1962. Ano VII, nº 281. Capa.

ou controladas, hoje, por nossos amigos norte-americanos”³³¹. Vale ressaltar que grande parte desta força de trabalho era composta de pessoas analfabetas o que facilitava, por parte das grandes multinacionais, acentuar a exploração do trabalho submetendo-os a condições precárias, salários incompatíveis, entre outras questões.

4.3 O Acordo do Nordeste

Dentre os vários pontos tratados durante a viagem do presidente João Goulart aos Estados Unidos e seu encontro com o presidente John Kennedy, o assunto principal esteve relacionado às aplicações dos investimentos da Aliança para o Progresso no Nordeste. No mesmo dia que o presidente Goulart retornou ao Brasil, em 13 de abril de 1962, ele recebeu uma carta do presidente Kennedy manifestando sua esperança de que as conversações entre os dois países pudessem resultar na melhoria das condições materiais da região através dos esforços da Aliança para o Progresso onde assumiria o papel de protagonista nestas mudanças³³².

Neste mesmo dia foi assinado no Departamento de Estado o *Acordo entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil sobre a Cooperação do Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste do Brasil*, ou simplesmente “O Acordo do Nordeste”, resultado dos estudos elaborados por Celso Furtado e pelas recomendações do Relatório Bohan³³³. Na cerimônia estavam presentes o embaixador do Brasil nos Estados Unidos Roberto Campos, o Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, o Secretário de Estado dos Estados Unidos Dean Rusk, o Secretário-adjunto de Estado para Assuntos Interamericanos Edwin Martin e o Coordenador do programa da Aliança Teodoro Moscoso³³⁴. Podemos considerar isto como uma das poucas vezes que o governo norte-americano desembolsou um grande volume de recursos para o desenvolvimento exclusivo da região Nordeste³³⁵.

³³¹ Ibidem. p. 07.

³³² John Kennedy a Jango: “mudaremos a face do Nordeste brasileiro”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 abr. 1962. Ano 137, nº 85. Capa.

³³³ Brasil e EUA firmam acordo: CR\$ 220 Bilhões para o NE. **Diário de Pernambuco**. Recife, 14 abr. 1962. Ano 137, nº 85. Capa.

³³⁴ Brasil e Estados Unidos assinam acordo para desenvolver Nordeste. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 14 abr. 1962. Ano LXI, nº 21.180. Capa.

³³⁵ SANTIAGO, Vandek. **Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964**. Recife: CEPE, 2016. p. 116.

O acordo celebrou a execução de um programa de ajuda externa imediata objetivando um impacto social inicial favorável na opinião pública, isto é, deveria “mostrar resultados imediatos, como expressão clara de preocupação dos governos do Brasil e Estados Unidos, agindo dentro da Aliança para o Progresso, pelo bem-estar econômico e social da gente da região”³³⁶.

Sua implantação deveria ocorrer de duas formas. A primeira seria através de uma ajuda imediata orçada em 58 milhões de dólares e a segunda seria por meio de um financiamento a longo prazo com duração prevista para os anos fiscais de 1962 e 1963 orçado em cerca de 216 milhões de dólares³³⁷. Estes valores se aproximavam dos recursos solicitados por Celso Furtado quando em viagem aos Estados Unidos convidou este país a colaborar com o Plano Diretor da SUDENE³³⁸. A citação abaixo demonstra que os esforços de Celso Furtado na captação de recursos para a Superintendência foram reconhecidos pelos formuladores do acordo:

CONSIDERANDO que o Governo dos Estados Unidos do Brasil reconheceu ser a melhoria das precárias condições econômicas e sociais do Nordeste brasileiro um problema urgente, exigindo atendimento prioritário, através tanto de medidas imediatas quanto de programa de desenvolvimento a longo prazo; e que tomou providências importantes para solucioná-lo, pela criação de um órgão, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste SUDENE, à qual foi atribuída a coordenação dos programas brasileiros para o Nordeste, que elaborou um Plano Diretor, aprovado pelo Congresso brasileiro, e à qual foram distribuídos recursos financeiros iniciais pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil³³⁹.

Os projetos de ação imediata seriam financiados por fontes norte-americanas e brasileiras no âmbito da cooperação conforme estipulado no capítulo IV (Assistência Externa para apoiar os Programas Nacionais de Desenvolvimento), do título II (Desenvolvimento Econômico e Social), parágrafo II da Carta de Punta del Este:

Os Estados Unidos auxiliarão os países participantes cujos programas de desenvolvimento estabeleçam medidas de auto auxílio e política econômica consentâneas com os princípios e objetivos desta Carta. Para completar os esforços próprios destes países, os Estados Unidos estão dispostos a fornecer recursos que – juntamente com outros, cuja obtenção das demais fontes externas se prevê – serão de natureza e em volume adequados para realizar os objetivos aqui expostos. Esse auxílio se destinará tanto ao melhoramento social como ao desenvolvimento econômico e,

³³⁶ PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve**. Op. Cit. p. 88.

³³⁷ **Acordo entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil sobre a Cooperação do Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste do Brasil**. Disponível em: <<http://goo.gl/hh23cL>>. Acesso 27 jul. 2016.

³³⁸ PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve**. Op. Cit. p. 88.

³³⁹ Idem.

quanto for o caso, será prestado em forma de subvenções ou empréstimos concedidos em termos e condições flexíveis³⁴⁰.

O governo norte-americano forneceria para o custeio destes projetos o montante de 33 milhões de dólares divididos em duas parcelas sendo a primeira de US\$ 18.330.000 em donativos ou empréstimos em cruzeiros provenientes do Acordo Sobre Produtos Agrícolas. No caso do Brasil, sua parte nos investimentos deveria contar com verbas federais, estaduais e municipais, que somadas deveriam resultar em cerca de Cr\$ 7.950.000.000. Estes valores estavam destinados ao custeio dos projetos aprovados no âmbito da Aliança para o Progresso³⁴¹. Os projetos de ação imediata seguiram as recomendações do Relatório Bohan, já citadas neste trabalho.

Os projetos de desenvolvimento a longo prazo destinavam-se ao aumento fundamental de capacidade da região para alcançar um nível razoável no padrão de vida, assim como intensificar a integração econômica com o restante do país³⁴². Os valores foram orçados em 692 milhões de dólares sendo aplicados em dois momentos entre os anos fiscais de 1962 e 1966. Uma parte deste valor estava destinada aos dois primeiros anos de ação do Plano Diretor da SUDENE (1962-1963) e contaria com um financiamento em cerca de duzentos e dezesseis milhões de dólares provenientes de fontes brasileiras e norte-americanas³⁴³.

O governo norte-americano se comprometeu em liberar cerca de 98 milhões de dólares para os dois primeiros anos de execução dos projetos de longo prazo³⁴⁴. Tal quantia estava sujeita à aprovação do Congresso dos Estados Unidos. Deste total, 62 milhões de dólares deveria ser pagos em donativos ou empréstimos em dólares e o restante deste valor, cerca de 36 milhões, em donativos ou empréstimos em cruzeiros decorrentes de Acordos sobre Produtos Agrícolas³⁴⁵. Por parte do governo do Brasil, este concordou em financiar cerca de Cr\$ 37.500.000.000, sujeito à aprovação do Congresso Nacional.

Os projetos de desenvolvimento a longo prazo contemplavam seis áreas de atuação, sendo elas: a) aproveitamento dos mananciais, com vistas a minorar o rigor das secas que assolavam o Nordeste; b) valorização da infraestrutura econômica, levando-se em especial consideração o transporte rodoviário e a energia elétrica; c) valorização dos recursos humanos

³⁴⁰ Carta de Punta del Este. in DREIER. John C. (org). **A Aliança para o Progresso: Problemas e Perspectivas**. Op. Cit., p.174.

³⁴¹ **Acordo entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil sobre a Cooperação do Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste do Brasil**. Disponível em: <<http://goo.gl/hh23cL>>. Acesso 27 jul. 2016.

³⁴² Idem.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ Idem.

tendo a educação como foco principal; d) melhoramento do suprimento de gêneros, mediante a formulação de um programa agrícola de longo alcance; e) desenvolvimento de centros de pesquisa com objetivo de promover estudos aprofundados para o melhoramento das produções industrial e agrícola, além da criação de um mercado de trabalho e transporte; f) promover um programa de colonização agrícola em Goiás e Mato Grosso, áreas que eram consideradas promissoras para formação de colônias³⁴⁶.

Não obstante, para o funcionamento destes investimentos foram estipuladas metas para os dois primeiros anos de aplicação dos recursos. Além de promover resultados satisfatório, o governo do Brasil se comprometeu com a execução de programas de recuperação e estabilização financeira referente ao balanço de pagamentos e controle inflacionário. Estas metas eram condições primordiais para a continuidade dos investimentos norte-americanos a programas de desenvolvimento a longo prazo e estavam estipuladas no capítulo II (Programas Nacionais de Desenvolvimento), título II, letra “d”, da Carta de Punta del Este³⁴⁷:

Mobilizar e utilizar os recursos financeiros de modo mais eficaz, racional e justo, mediante reforma da estrutura dos sistemas tributários, que inclua impostos adequados e equitativos sobre as rendas elevadas e os bens de raiz, assim como a aplicação estrita de medidas para melhorar a administração fiscal³⁴⁸.

O Acordo do Nordeste ainda informava a respeito das instituições responsáveis por administrar os recursos. A SUDENE foi escolhida para representar o governo do Brasil graças à atuação de Celso Furtado na elaboração de projetos já em desenvolvimento na região. Da parte dos Estados Unidos, a *United States Agency for International Development* (USAID) ficaria a cargo de estudar os projetos elaborado pelo governo brasileiro e assim decidir sobre a aprovação dos recursos. Por uma questão logística – a SUDENE tinha sede em Pernambuco – mas também por uma questão política, o acordo autorizava o estabelecimento de um escritório da USAID na cidade do Recife³⁴⁹. Vale ressaltar que este fator fez com que o número de cidadãos norte-americanos na cidade aumentasse consideravelmente a partir de 1962.

Isto permite fazer algumas observações. Elencada como uma região “politicamente explosiva”, o êxito da Aliança em Pernambuco era uma questão de prioridade para a

³⁴⁶ Brasil e Estados Unidos assinam acordo para desenvolver Nordeste. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 14 abr. 1962. Ano LXI, nº 21.180. Capa.

³⁴⁷ Não obstante, a julgar pelo teor das recomendações, podemos afirmar que as metas foram elaboradas juntamente as instituições financeiras do Banco Mundial e FMI.

³⁴⁸ Carta de Punta del Este. in DREIER. John C. (org). **A Aliança para o Progresso: Problemas e Perspectivas**. Op. Cit. p.172.

³⁴⁹ **Acordo entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil sobre a Cooperação do Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste do Brasil**. Disponível em: <<http://goo.gl/hh23cL>>. Acesso 27 jul. 2016.

administração Kennedy conforme descreveu o *Jornal do Comercio* em 18 de julho de 1961: “A politicamente explosiva região do Nordeste do Brasil, flagelada pela seca, pode tornar-se a primeira área de prova da Aliança para o Progresso Latino-americano do Presidente Kennedy”³⁵⁰. Cabia ao representante da USAID em Pernambuco no prazo de dois anos aplicar um total de 131 milhões de dólares previstos no Acordo do Nordeste, além de enviar relatórios semanais para seus superiores na Embaixada e no Departamento de Estado relatando toda a situação política que se desdobrava no estado³⁵¹. Composto em sua maioria por técnicos, o escritório da USAID deveria trabalhar em cooperação com o pessoal da SUDENE, além de planejar e administrar projetos de assistência estabelecidos no âmbito do Acordo do Nordeste³⁵².

O primeiro diretor a ocupar o cargo de Coordenador da USAID em Pernambuco foi o ítalo-americano Bruno B. Luzzatto³⁵³. Ele acreditava que para a realizar os trabalhos da Aliança para o Progresso seria necessário manter um cordial relacionamento entre os técnicos norte-americanos e brasileiros. Por isto, bastava o governo norte-americano mante “uma missão pequena e que não chamasse atenção, com um quadro de pessoal formado por americanos com um bom conhecimento da língua portuguesa e com sensibilidade para maneira brasileira de fazer as coisas”³⁵⁴. A missão da USAID em Pernambuco deveria funcionar, de acordo com Bruno Luzzatto, como “um banco, financiando projetos aprovados pela missão como compatíveis com os projetos da Aliança para o Progresso”³⁵⁵.

Se por um lado o coordenador da USAID procurava manter um trabalho discreto, as ordens da Embaixada eram de manter em evidencia o trabalho da Aliança reforçando toda uma publicidade em torno do programa. Em meados de julho de 1962, Luzzatto não concordando com este método de ação foi substituído do cargo por John C. Dieffenderfer. Este, ocupava o cargo de diretor-assistente para planejamento e programas da missão USAID no Rio de Janeiro³⁵⁶. A escolha do novo coordenador foi feita pelo próprio embaixador Gordon. Dieffenderfer não possuía uma experiência necessária para ocupar o cargo e, além disto, não possuía um conhecimento básico do português o que dificultaria a relação com os funcionários da SUDENE. O mesmo problema acontecia com o corpo técnico da missão norte-americana.

³⁵⁰ O Nordeste Brasileiro seria a primeira área de prova da Aliança para o Progresso Latinoamericano. **Jornal do Comercio**. Recife, 18 jul. 1961. Ano XLIII, nº 162. p.05.

³⁵¹ PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve**. Op. Cit. p. 154.

³⁵² *Ibidem*. p. 151-152.

³⁵³ Luzzatto trabalhou na implementação do Plano Marshall em Roma e Paris e antes de ser indicado para o cargo de diretor da USAID em Pernambuco trabalhou durante 10 anos no escritório do Banco Mundial no Rio de Janeiro.

³⁵⁴ *Ibidem*. p. 152.

³⁵⁵ *Idem*.

³⁵⁶ *Ibidem*. p. 153.

Esta dificuldade fazia com que os norte-americanos sempre recorressem a ajuda de tradutores o que não era muito comum na região e acabava dificultando os trabalhos da missão em Pernambuco.

Um dos fatores que contribuíram para os atritos entre o pessoal da USAID e SUDENE foi a diferença de idade entre os membros do corpo técnico de ambas instituições. Enquanto o órgão brasileiro era formado por jovens entusiasmados “fortes em idealismo, porém com pouca experiência nos aspectos técnicos de planejamento e desenvolvimento econômico”, o corpo técnico da missão norte-americana era composto de “homens de mais idade”, o que, segundo Joseph Page, estabeleceu uma “tendência para tratar seus congêneres da SUDENE de forma paternalista”³⁵⁷. Além disto, a falta de estrutura adequada na cidade resultava no pouco interesse de transferência daqueles funcionários que possuíam famílias³⁵⁸. Isto reforçava o “modo americano” de funcionamento submetendo os técnicos brasileiros a trabalharem à maneira norte-americana método este que foi condenado pelos nacionalistas da SUDENE³⁵⁹.

A historiadora norte-americana Jan Knippers Black afirma que a ajuda norte-americana ao Nordeste do Brasil não foi motivada pela pobreza existente na região, mas, resultado das mobilizações sociais das Ligas Camponesas e do seu líder Francisco Julião³⁶⁰. Os Estados Unidos através dos investimentos da Aliança para o Progresso praticaram uma penetração política mais ampla do que a própria atuação da CIA no Continente³⁶¹. Celso Furtado foi um dos primeiros a compreender o caráter político do programa da Aliança para o Progresso.

O primeiro indício foi o envio de Merwin Bohan a Pernambuco. Na sua opinião, a escolha de Bohan para chefiar a missão “significava que os aspectos políticos deveriam prevalecer sobre as questões técnicas”³⁶². E estava certo, Furtado acreditava que a USAID estaria limitada a aprovar a liberação de recursos para os projetos elaborados no âmbito da Aliança para o Progresso. Apesar dos técnicos norte-americanos aprovarem o Plano Diretor da SUDENE, inclusive tendo o próprio relatório Bohan apontado a SUDENE como um dos meios “mais eficazes para determinar uma solução brasileira para um problema brasileiro”³⁶³, o governo norte-americano não deixaria o órgão brasileiro controlar sozinho os projetos e os

³⁵⁷ PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve**. Op. Cit. p. 162.

³⁵⁸ *Ibidem*. p. 155.

³⁵⁹ *Ibidem*. p. 162.

³⁶⁰ BLACK, Jan Knippers. **A Penetração dos Estados Unidos no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. p. 161.

³⁶¹ *Ibidem*. p. 87-88.

³⁶² SANTIAGO, Vandeck. **Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964**. Recife: Cepe Editoria, 2016. p.105.

³⁶³ *Ibidem*. p.128.

recursos. Celso Furtado descobriu que a USAID não seria apenas uma agência financiadora e passaria também a participar com seus técnicos da elaboração de projetos. Outro ponto que demonstra a intenção norte-americana de minimizar os trabalhos da SUDENE estão grafados no próprio Acordo do Nordeste.

Este trazia algumas questões que deixavam a interpretação sobre a participação das agências de desenvolvimento envolvidas nos projetos da Aliança para o Progresso em aberto. Isto contribuiu para ampliar as divergências entre a USAID e a SUDENE. Considerando os problemas levantados por Celso Furtado quanto a atuação do órgão no desenvolvimento da região com investimentos norte-americano, Joseph Page destaca que dois pontos contribuíam para o conflito entre o economista e a agência norte-americana:

A Sudene acreditava que seria a representante exclusiva do governo brasileiro em todas as negociações de ajuda estrangeira na região e, portanto, teria o direito de examinar projetos de outras instituições brasileiras que a Usaid pudesse querer entrar. A posição americana era de que o Acordo permitia a Usaid lidar diretamente com outras instituições, desde que isso fosse de antemão aprovado pelo governo federal do Brasil³⁶⁴.

Neste caso, por haver dois planos de aplicação de verbas da Aliança – Plano Diretor e o Relatório Bohan – ficou implícito o conflito de atuação das agências. Por um lado, Celso Furtado acreditava que a USAID seria o suporte financeiro para os planos da SUDENE, por outro, a agência norte-americana acreditava que o órgão brasileiro seria mais receptivo a aceitar as sugestões do Relatório Bohan. Esse conflito contribuiu para que os projetos ficassem emperrados por um bom tempo. Foi desta forma que a agência americana se aproveitou de um dispositivo do Acordo para realizar a assinatura de convênios diretamente com os governos estaduais.

O artigo II do Acordo do Nordeste deixava claro que o “Governo dos Estados Unidos do Brasil será representado pela SUDENE, nos termos da Lei Nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959 e da Lei Nº 3.996, de 15 de janeiro de 1962”³⁶⁵. Concluía afirmado que a SUDENE estaria autorizada “a concluir acordos sobre projetos e outros, inclusive sobre empréstimos, destinados à execução de projetos específicos”³⁶⁶. Não obstante, governo norte-americano diante do impasse entre a execução dos projetos se apegou no mesmo artigo. Tratando exclusivamente do papel da USAID, o artigo permitia que a agência poderia “assinar acordos com a SUDENE, ou com outras repartições ou órgãos apropriados, relativos a projetos

³⁶⁴ Ibidem. p.94

³⁶⁵ **Acordo entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil sobre a Cooperação do Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste do Brasil.** Disponível em: <<http://goo.gl/hh23cL>>. Acesso 27 jul. 2016.

³⁶⁶ Idem.

específicos, em conformidade com os regulamentos aplicáveis”³⁶⁷. Foi neste ponto que a divergência se mostrou mais acentuada. De acordo com o jornalista Vandeck Santiago, a agência norte-americana acreditava estar “autorizada a fazer acordos com outras organizações sem precisar do aval da Sudene”³⁶⁸. Esta medida deixou o órgão brasileiro enfraquecido diante a penetração estrangeira no Nordeste do Brasil³⁶⁹.

É possível enquadrar o programa como uma intervenção política nos assuntos internos dos países em que os interesses dos Estados Unidos estivessem ameaçados. Na prática, os recursos disponibilizados pelo Acordo do Nordeste e investimentos direto da Aliança para o Progresso no Nordeste possuíam o objetivo de enfraquecer o governo do presidente Goulart. Jan K. Black afirma que o “enfraquecimento dos que sustentam o regime, o fortalecimento de seus adversários e o uso e incentivos e penas para arrebanhar os indecisos”, constituem um dos métodos de controle norte-americanos em países estrangeiros onde os interesses norte-americanos estivessem em perigo³⁷⁰. O próximo tópico demonstra quando as verbas da Aliança para o Progresso passaram a ser utilizadas para o financiamento de políticos contrários a Goulart através do que Lincoln Gordon chamou de “Política das Ilhas de Sanidade Administrativas”.

4.4 Aliança para o Progresso como instrumento de intervenção política

Lincoln Gordon aponta que entre junho de 1962 e janeiro de 1963 foi dado início a um período de tensão entre os governos dos Estados Unidos e Brasil³⁷¹. O atrito entre os dois países provocou uma reorientação do programa da Aliança no país. Esta mudança pode ser observada a partir de um telegrama enviado pelo embaixador destinado ao Departamento de Estado sugerindo o “aperfeiçoamento de alguns de nossos atuais métodos operacionais, por exemplo, na rapidez da ação em projetos de assistência sempre que eles possam ser usados para nossa vantagem política”³⁷².

Isto significou que o governo norte-americano através da Aliança para o Progresso deveria realizar acordos diretamente com os governos estaduais com o objetivo de criar uma base de apoio para os investimentos norte-americanos através de governadores que desenvolviam “projetos sociais de propaganda de grande impacto para impressionar a

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ SANTIAGO, Vandeck. **Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964**. Op. Cit. p. 120.

³⁶⁹ Ibidem. p. 121.

³⁷⁰ Ibidem. p. 91-92.

³⁷¹ GORDON, Lincoln. **A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo**. 2ª Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002. p. 102.

³⁷² Ibidem. p. 104-105.

população”³⁷³. Estas ações, chamadas de “ações contextuais”, tinham como finalidade “criar condições favoráveis para os candidatos de centro-direita ou pessoas em cargos políticos operarem em suas bases eleitorais de apoio e de criarem uma imagem positiva de si próprios e de seus programas, bem independentes do governo central ou de sua liderança partidária”³⁷⁴. Esta reorientação foi elaborada exclusivamente pela CIA e coube ao embaixador Gordon pôr em prática o que ficou conhecido como “Política de Ilhas de Sanidade Administrativas”. Esta ficou caracterizada pela descontinuação por parte do governo norte-americano em “apoiar o Governo Central, mas concederia ajuda em casos individuais em que o recipiendário estivesse agindo de acordo com as normas da Aliança para o Progresso”³⁷⁵. Thomas Mann, Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, depondo a uma Comissão do Senado em 1971, definiu a política da seguinte forma:

Em vez de proporcionar apoio ao balanço de pagamentos, apoio orçamentário ou qualquer outro tipo de ajuda que beneficiasse diretamente o governo federal, a Agência para o Desenvolvimento Internacional apoiava estados que fossem chefiados por bons governadores e que em nossa opinião fortalecessem a democracia³⁷⁶.

A preferência era para os governos estaduais que fossem notadamente anticomunistas e que fossem oposição ao presidente João Goulart. Era comum “negar assistência ao que se percebesse estar alinhado com a esquerda radical, ou com os comunistas, canalizando-a mais amiúde para os governadores e instituições que sobressaíssem como protetores de uma sociedade não comunista”³⁷⁷. Por base, é possível afirmar que esta política tinha o objetivo de enfraquecer o governo federal com o fim de desgastar a imagem do presidente João Goulart, ou na ótica norte-americana, aquele que estaria impedindo o progresso do Brasil através de medidas “demasiadas a esquerda”. Para obter êxito nesta missão os norte-americanos financiaram grupos anti-Goulart, a exemplo do Complexo IPES/IBAD³⁷⁸, com o fim de desgastar a imagem do presidente.

Paralelo a este objetivo, os acordos no âmbito da Aliança para o Progresso passaram a ser estabelecidos diretamente com os governadores alinhados aos interesses norte-americanos.

³⁷³ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classes.** Op. Cit. p.325.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ PARKER, Phyllis R. **1964: o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977. p.70.

³⁷⁶ BLACK, Jan Knippers. **A Penetração dos Estados Unidos no Brasil.** Op. Cit. p. 92.

³⁷⁷ PARKER, Phyllis R. **1964: o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março.** Op. Cit. p.117.

³⁷⁸ De acordo com Dreifuss, o Complexo IPES/IBAD foi denunciado por “se valerem de três importantes fontes de renda para financiar a intervenção dos grupos de ação da elite orgânica no processo eleitoral e em outras atividades. Essas fontes eram a “caixinha” mantida por empresas estrangeiras e nacionais, agências governamentais estrangeiras e o “fundo do trigo”. C.f. DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classes.** Op. Cit. p.329.

Dentre os principais governadores que gozaram de maiores investimentos destacam-se: Carlos Lacerda (UDN) da Guanabara, José Magalhães Pinto (UDN) de Minas Gerais, Adhemar de Barros (PSP) de São Paulo, Cid Sampaio (UDN) de Pernambuco e Aluísio Alves (PSD) do Rio Grande do Norte³⁷⁹. Atendo-se ao caso de Pernambuco, o próximo tópico procura demonstrar como os investimentos da Aliança para o Progresso foram utilizados para favorecer a imagem do governador Cid Sampaio, assim como criar uma imagem positiva do seu candidato à sucessão, João Cleofas, prejudicando o candidato da oposição Miguel Arraes.

Em Pernambuco os primeiros convênios da Aliança para o Progresso foram firmados diretamente entre o governo do estado e a USAID somente em 1962. Na época, o então governador Cid Sampaio celebrou os contratos compreendendo as seguintes áreas de atuação: educação, saúde, habitação popular e colonização. Abaixo, segue detalhadamente cada um destes convênios.

4.4.1 Educação

No dia 27 de maio de 1962, o secretário de educação e cultura de Pernambuco, Lourival Vilanova, anunciou que o governo do estado estava próximo de celebrar um acordo de combate e redução do analfabetismo. As reuniões com funcionários da Embaixada norte-americana e dos representantes do Programa Ponto IV³⁸⁰ resultaram na aprovação “dos termos de um convênio que estabelecesse um programa cooperativo de ação flexível e eficiente, a fim de atingir aqueles objetivos”³⁸¹. Parte do financiamento foi aprovado pelo próprio governo norte-americano que passaria a ser através da USAID o investidor direto:

Auxílio direto norte-americano, como donativo e dentro do esquema da Aliança para o Progresso, de um milhão de dólares, ou seja, 350 milhões de cruzeiros; auxílio de 200 milhões de cruzeiros, através da Campanha de Erradicação do Analfabetismo; participação do Estado de Pernambuco com 83 milhões de cruzeiros no corrente ano e outras parcelas nos anos seguintes³⁸².

Às 11 horas do dia 05 de junho de 1962 foi assinado no Palácio Campo das Princesas o *Pernambuco Alliance for Progress Elementary and Basic Education*³⁸³. A cerimônia contou com a participação do embaixador Lincoln Gordon que na oportunidade discursou sobre

³⁷⁹ BLACK, Jan Knippers. **A Penetração dos Estados Unidos no Brasil**. Op. Cit. p. 93.

³⁸⁰ Secretário da educação anuncia programa educacional para 250 mil pessoas: acordos com o programa “Aliança para o Progresso”. **Jornal do Commercio**. Recife, 27 maio 1962. Ano XLIV, nº 121. p.16.

³⁸¹ Idem.

³⁸² Idem.

³⁸³ Gordon firma hoje 2 convênios: educação e colonização, objetos. **Jornal do Commercio**. Recife, 05 jun. 1962. Ano XLIV, nº 128. p. 03.

a necessidade dos acordos para ajudar a resolver os problemas básicos relacionados a educação do estado durante um período de três anos³⁸⁴. O acordo estipulava alfabetizar cerca de 150 mil adultos³⁸⁵, além de promover a inclusão de crianças com idade escolar de seis anos no ensino primário³⁸⁶. Além disto, a assinatura do acordo destinava investimentos para construção de 1.500 escolas-modelos em todo o estado, distribuição de material escolar e incentivo a pesquisa educacional no emprego do treinamento de professores e alunos nas salas de aula³⁸⁷. Em resumo, o programa deveria:

[...] beneficiar substancialmente a população escolar do Estado, criando-lhes maiores oportunidades e meios. Prevê, também, o aumento e preparo de professores primário e de cursos supletivos para adultos, ao mesmo tempo que inclui programas específicos para o ensino profissional e rural, saúde e economia doméstica e educação cívica para líderes de comunidades³⁸⁸.

Acredita-se que esta questão do treinamento de líderes comunitários tivesse como objetivo fazer frente aos “agitadores”. Ora, não podemos desvincular este treinamento aos princípios ideológicos norte-americano e, associado as noções de civismo, fariam parte de uma frente de combate aos ideais revolucionários pregados à época. Além disto, líderes comunitários desempenhavam um papel de destaque em suas comunidades o que seria algo extremamente útil para introduzir uma retórica antirrevolucionária quando necessário.

Dentre as partes envolvidas estavam, além do governo do estado, a Comissão Especial dos Acordos sobre Produtos Agrícolas (CEAPA)³⁸⁹, a USAID, o Ministério da Educação e Cultura e o Representante do Governo do Brasil no Programa Ponto IV³⁹⁰. Cabia ao governo de Pernambuco ser o principal órgão executor do programa responsável por estabelecer uma nova coordenação subordinada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado trabalhando em cooperação com os técnicos da Aliança para o Progresso. Ficou estabelecido o Serviço Educacional de Pernambuco chefiado pelo secretário de educação Lourival Vilanova trabalhando em cooperação com o representante do Serviço Educacional da Aliança para o Progresso no estado na elaboração de projetos no campo da educação³⁹¹.

³⁸⁴ Pernambuco receberá 800 milhões: Cid e Gordon já firmaram convênios. **Jornal do Commercio**. Recife, 06 jun. 1962. Ano XLIV, nº 129. p.03.

³⁸⁵ Idem.

³⁸⁶ Gordon firma hoje 2 convênios: educação e colonização, objetos. **Jornal do Commercio**. Recife, 05 jun. 1962. Ano XLIV, nº 128. p.03.

³⁸⁷ Idem.

³⁸⁸ Idem.

³⁸⁹ A CEAPA era responsável por administrar os recursos provenientes das rendas do Acordo do Trigo.

³⁹⁰ **Aliança para o Progresso: resultado de um inquérito**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1963. p.19.

³⁹¹ Ibidem. p. 20-21.

A primeira escola começou a ser construída em agosto de 1962. A cerimônia do lançamento da pedra fundamental contou com a presença do coordenador da Aliança para o Progresso, Teodoro Moscoso, onde foi entregue um cheque correspondente ao valor de 132 milhões de cruzeiros destinados a construção das primeiras 144 salas de aula em Pernambuco no âmbito da Aliança para o Progresso³⁹². Para agilizar a construção das escolas o governador Cid Sampaio, por meio do decreto nº 752 de 27 de agosto de 1962, autorizou a criação da Comissão Coordenadora de Construções Escolares da Aliança para o Progresso³⁹³. Esta, tinha como finalidade acelerar “o volume dos serviços correspondente à execução do mencionado programa e a necessidade do máximo aproveitamento do espaço de tempo reservado à sua realização”³⁹⁴. Este decreto era uma espécie de “plano de emergência” criado para concluir até o termino do seu mandato, em 31 de janeiro de 1963, aproximadamente 75 salas de aula em todo o estado³⁹⁵. O mapa das construções estava distribuído da seguinte forma:

Ampliação de 7 salas do G.E. Olinto Victor, na Várzea; ampliação de 6 salas no G.E. Rigueira Costa; ampliação de 6 salas no G.E. Vidal de Negreiros; ampliação de 6 salas do G.E. Dom Vital; e ampliação de mais 6 salas no G.E. de Vitória de Santo Antão; construção de um grupo escolar de 10 salas em Caruaru; construção de um G.E. de 8 salas em Palmares; construção de um ginásio de 10 salas em Jaboatão; e um outro ginásio de 10 salas em Catende³⁹⁶.

A distribuição geográfica referente as mesorregiões do estado demonstram neste grupo uma prioridade para construção no Recife e Região Metropolitana, contando com cerca de 35 salas de aula. Em seguida a Zona da Mata com cerca de 24 salas e, por fim, o Agreste com 10 salas. O Sertão não foi incluído nos planos iniciais. Até novembro de 1962, o governo do estado iniciou a construção de aproximadamente 59 salas de aula em todo o estado, assim distribuídas:

Através do convênio com a Aliança, foram iniciadas a construção de seis salas de aula na Imbiribeira, seis salas no Cordeiro, seis salas na Mustardinha (a esse grupo escolar será dado o nome da esposa do presidente norte-americano), e ampliações nos G.E. Clotilde de Oliveira e Silva Jardim, com três salas em casa um. No interior do Estado, já foram iniciadas as construções de 10 salas em Arcoverde, 10 salas em Limoeiro, 10 salas em Correntes, 5 salas em Carnaíba, 2 salas em São Caetano e 1 em Bom Conselho³⁹⁷.

³⁹² Coordenador da “Aliança para o Progresso” visitou mangues e mocambos. **Jornal do Commercio**. Recife, 14 de agosto de 1962. Ano XLIV, nº 185. p. 14.

³⁹³ Decreto n. 752, de 27 de agosto de 1962. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 28 ago. 1962. Ano XXXIX, nº 192. p. 02.

³⁹⁴ *Ibidem*. Capa.

³⁹⁵ Jacqueline Kennedy será nome de grupo escolar no Recife. **Jornal do Commercio**. Recife, 13 nov. 1962. Ano XLIV, nº 261. p. 03.

³⁹⁶ *Idem*.

³⁹⁷ Jacqueline Kennedy será nome de grupo escolar no Recife. **Jornal do Commercio**. Recife, 13 nov. 1962. Ano XLIV, nº 261. p. 03.

Neste grupo, a prioridade continuava com a Região Metropolitana, 24 salas que, além dos bairros citados, incluíam ainda Casa Amarela e Monteiro. Em seguida o Agreste com 23 salas. O governo do estado iniciou também as obras de 15 salas de aula no Sertão e, ainda naquele mês, o governo pretendia iniciar outras obras, assim distribuídas:

4 salas no G.E. Clóvis Bevilaqua, 4 no Joaquim Nabuco, Leal de Barros, Alberto Torres e Caio Pereira; 6 salas em Prazeres, 4 no Jordão, 3 em Água Preta, 4 em Brejo da Madre de Deus, 7 em Tabira, 3 em São José do Egito, 3 em Jatauba, 3 em Vertentes, 1 em Santa Cruz do Capibaribe, 1 em Belo Jardim, 4 em Custódia, 4 em Itapetim, 7 em Surubim e 5 em Toritama³⁹⁸.

Foram prometidas a construção de 30 salas de aulas distribuídas nos seguintes bairros do Recife: Hipódromo, São José, Engenho do Meio, Tejipio, Casa Amarela e Jordão – este último fazendo parte do projeto de construção de casas populares –, e em Jaboatão dos Guararapes no bairro de Prazeres. Na Zona da Mata foram prometidas 3 salas, seguido de 24 salas no Agreste e 18 no Sertão.

Estes dados ajudam a levantar um questionamento. A Zona da Mata, dada a movimentação das Ligas Camponesas e a devida atenção norte-americana, deveria receber um número muito maior de investimentos. Entretanto, o levantamento destas informações apontou que a distribuição de salas predominava na Região Metropolitana, indicando claramente uma forma de atingir a opinião pública para canalização de votos. Como mencionado anteriormente, a celeridade das obras autorizadas por decreto do governador associada a ampla publicidade da Aliança procurou estabelecer uma relação de favorecimento ao candidato da UDN João Cleofas.

A primeira escola concluída foi finalmente inaugurada no dia 07 de dezembro de 1962³⁹⁹. O Grupo Escolar Eleonor Roosevelt teve o nome sugerido por Lourival Vilanova como uma forma de homenagear mulher do presidente Franklin Roosevelt falecida cerca de um mês antes. O grupo escolar foi construído no bairro da Imbiribeira e possuía em suas instalações “6 salas, dependência com cantina (totalmente equipada), e gabinetes dentário e médico”⁴⁰⁰. A construção iniciada com visita de Teodoro Moscoso demorou cerca de 120 dias para ser concluída e teve um custo de aproximadamente 7 milhões e meio de cruzeiros⁴⁰¹. No prédio

³⁹⁸ Idem.

³⁹⁹ Tem o nome de Eleonora Roosevelt a primeira escola da APP no estado. **Jornal do Commercio**. Recife, 08 dez. 1962. Ano XLIV, nº 282. p. 11.

⁴⁰⁰ Idem.

⁴⁰¹ Idem.

funcionaria 3 turnos para crianças e 1 para adultos, atendendo a mais de 900 habitantes da região.

Até o fim da administração Cid Sampaio, no início de 1963, foram entregues apenas duas escolas construídas com os recursos da Aliança para o Progresso na cidade do Recife. Além da Escola Eleonor Roosevelt, foi entregue a Escola Othon Paraiso localizada no bairro do Cordeiro⁴⁰². Esta quantia é deveras inferior a expectativa anunciada pelo governo logo após iniciar as obras de construção. Em um relatório apresentado pelo governador Miguel Arraes à Assembleia Legislativa em abril de 1963, o problema educacional em Pernambuco não apresentou nenhum progresso considerável em relação a construção de escolas, ampliação de salas de aula e ao aumento do número de professoras e o número de novas matrículas⁴⁰³.

De acordo com o relatório, Pernambuco tinha uma população de 500 mil crianças que ainda estavam fora da escola em 1963 e quase 1 milhão e 500 mil adultos eram analfabetos, concentrados em sua maioria, no interior do estado⁴⁰⁴. O relatório destacou que de nada adiantou a construção de escolas durante a administração de Cid Sampaio, já que muitas delas estavam mal localizadas e cerca de 90 delas estavam fechadas⁴⁰⁵. Todo investimento realizado serviu mais como publicidade eleitoral sem serventia prática onde muitas dessas salas estavam inoperantes. O relatório ainda afirmava que com o convênio da educação firmado com os Estados Unidos o governo de Pernambuco abdicou de prerrogativas inalienáveis e exclusivamente suas:

Aceitou, na prática, co-direção para determinados programas educacionais, com Governo estrangeiro, quando firmou convênio com a Aliança para o Progresso. Instituiu então uma duplicidade de órgãos para o encaminhamento dos mesmos problemas. Dissimulou esta duplicidade outorgando ao Secretário de Educação e Cultura, o novo título de diretor Educacional da “Aliança para o Progresso”, e ainda, permitiu que um assessor estrangeiro tivesse participação direta nas atividades do Serviço Educacional da Aliança, órgão que só existe de fato, visto não haver nenhum instrumento jurídico que o regule⁴⁰⁶.

Os dados apresentados demonstram que a administração Cid Sampaio possuía o interesse apenas de “mostrar serviço” a população favorecendo a imagem do seu candidato ao governo. Apesar do plano de emergência para acelerar a entrega das salas de aulas e escolas

⁴⁰² Terminadas as três primeiras escolas da “Aliança” no Recife. **Jornal do Commercio**. Recife, 09 fev. 1963. Ano XLIV, nº 34, p. 11.

⁴⁰³ Quase 500 mil crianças sem escolas e milhão e meio de analfabetos. **Jornal do Commercio**. Recife, 12 abr. 1963. Ano XLV, nº 68, p. 22.

⁴⁰⁴ Idem.

⁴⁰⁵ Idem.

⁴⁰⁶ Idem.

Cid Sampaio não obteve sucesso no principal objetivo do acordo, isto é, diminuir os níveis de analfabetismo no estado.

4.4.2 Saúde

Por volta das 18h do dia 10 de dezembro de 1962 foi firmado no Palácio Campo das Princesas o convênio para Promoção da Saúde Pública no Estado de Pernambuco⁴⁰⁷. Apesar de ser assinado nos momentos finais da administração Cid Sampaio o convênio estava fundamentado no Acordo Básico para Promoção de Saúde no Nordeste do Brasil assinado no dia 04 de junho de 1962⁴⁰⁸. Entre as partes envolvidas estavam, além do governo estadual, a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP)⁴⁰⁹ vinculada ao Ministério da Saúde, a SUDENE e a USAID.

Os principais objetivos visavam a melhoria da saúde pública através da construção de novas unidades de saúde, restauração e ampliação das existentes, promoção de programas de saneamento e higiene, prevenção de doenças e epidemias⁴¹⁰, além da introdução de novas técnicas administrativas para melhorar a operação do sistema público de saúde⁴¹¹. O plano previa a construção de aproximadamente 97 unidades espalhadas por todo estado beneficiando cerca de dois milhões e trezentos mil pernambucanos⁴¹². O programa foi orçado para o prazo de dois anos compreendendo os anos fiscais de 1962 e 1963, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 01 – RECURSOS PREVISTOS PARA EXECUÇÃO DO ACORDO DA SAÚDE EM PERNAMBUCO (VALORES EM Cr\$)⁴¹³

Partes envolvidas	1962	1963
Estado de Pernambuco	14.000.000	360.000.000*
FSESP	76.000.000	105.000.000

⁴⁰⁷ Um bilhão e trezentos milhões da “Aliança” para saúde no estado. **Jornal do Commercio**. Recife, 11 dez. 1962. Ano XLIV, nº 283. p. 03.

⁴⁰⁸ **Aliança para o Progresso: resultado de inquérito**. p. 26.

⁴⁰⁹ A FSESP foi criada oficialmente em 1942 como resultado de um convênio envolvendo o Brasil e os Estados Unidos. Passou a ser uma fundação a partir da Lei Federal nº 3.750 de 11 de novembro de 1960.

⁴¹⁰ Um bilhão e trezentos milhões da “Aliança” para saúde no estado. **Jornal do Commercio**. Recife, 11 dez. 1962. Ano XLIV, nº 283. p. 03.

⁴¹¹ **Aliança para o Progresso: resultado de inquérito**. p. 27.

⁴¹² Um bilhão e trezentos milhões da “Aliança” para saúde no estado. **Jornal do Commercio**. Recife, 11 dez. 1962. Ano XLIV, nº 283. p. 03.

⁴¹³ *Ibidem*. p. 28.

* O valor estava sujeito à disponibilidade de recursos.

Ministério da Saúde	80.000.000	100.000.000
USAID	-----	240.000.000
Total	470.000.000	805.000.000

Conforme supracitado, os primeiros investimentos na saúde começaram antes mesmo do convênio com o estado ser ratificado. Pernambuco recebeu no dia 13 de julho de 1962 duas unidades do *clinomobils* avaliados em 23 mil dólares cada um. Tratava-se de unidades móveis de saúde equipadas com um consultório médico, sala de exame e preparada para serviços de emergência que seriam utilizadas em todo o estado⁴¹⁴. Os veículos foram transportados até o Recife por aviões do Serviço de Transporte Aéreo Militar dos Estados Unidos.



Figura 9 – Clinomobils.

Fonte: Clinomobils. **Jornal do Commercio**. Recife, 14 jul. 1962. Ano XLIV, nº 160. p. 03.

Além das unidades móveis de saúde o estado recebeu no dia 03 de outubro de 1963 uma contribuição de 19 mil centímetros cúbicos de sangue doados a Cruz Vermelha do Recife⁴¹⁵. A entrega da doação foi feita no Hospital do Pronto Socorro pelo coordenador da USAID em Pernambuco, John Dieffenderfer, ao secretário de saúde pública do estado Bertoldo Kruse⁴¹⁶. Estas foram, portanto, as principais realizações da Aliança para o Progresso no âmbito da saúde no estado de Pernambuco durante a administração Cid Sampaio.

414

415 “Aliança” doou 19 mil centímetros cúbicos de sangue. **Jornal do Commercio**. Recife, 04 out. 1962. Ano XLIV, nº 228. p. 12.

416 Idem.

4.4.3 Habitação

No início da década de 1960 a administração de Cid Sampaio junto ao Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM)⁴¹⁷ elaborou um projeto para construção de 8.500 casas populares compreendendo a Região Metropolitana do Recife e algumas cidades do interior. Dessas, 4 mil seriam parte de um programa de erradicação dos mocambos na cidade do Recife, 2.500 casas seriam construídas nos municípios do Cabo, Paulista, São Lourenço da Mata, Moreno, Caruaru, Garanhuns e Pesqueira, e outras 2 mil seriam construídas nas cercanias do Recife na zona suburbana do Alto do Jordão⁴¹⁸.

A lista de investidores ainda contava com apoio internacional. Diferentemente dos acordos apresentados até agora o programa de habitações populares não contou imediatamente com verbas da Aliança para o Progresso. Parte do investimento foi concedido, primeiramente, por meio de empréstimo no valor de US\$ 3.850.000,00 realizado pelo BID no dia 28 de agosto de 1962⁴¹⁹. O montante seria aplicado em assistência técnica, isto é, construção e contratação de pessoal especializado⁴²⁰. Sua amortização deveria ser feita em 26 parcelas anuais gradativas com uma taxa de juros de aproximadamente 1,25% pagas a partir do primeiro ano após a data do contrato⁴²¹. Estas, poderiam ser pagas em cruzeiros ou em dólares a depender a opção do beneficiário⁴²². A participação do governo de Pernambuco nos investimentos contava com cerca de Cr\$ 102.912.300,00 para o ano fiscal de 1962⁴²³.

A participação da Aliança para o Progresso neste projeto só aconteceu com a assinatura de um acordo entre a USAID e o SSCM as vésperas das eleições, no dia 05 de outubro de 1962, destinando cerca de 200 milhões de cruzeiros para construção de 700 casas populares na área do Alto Jordão. Estas casas seriam utilizadas como propagandas do programa norte-americano e beneficiariam cerca de 3.500 moradores de mocambos da cidade do Recife⁴²⁴. No dia 23 de outubro, o diretor regional da USAID entregou um cheque no valor de 140 milhões

⁴¹⁷ Em 1939, o interventor estadual Agamenon Magalhães criou a Liga Social Contra o Mocambo. Tinha como objetivo extinguir as habitações miseráveis, tais como palafitas, na cidade do Recife. Somente em 1945 é que passou a ser chamado de Serviço Social contra o Mocambo.

⁴¹⁸ BID financiará 8.500 casas do SSCM, no Recife. **Jornal do Commercio**. Recife, 18 ago. 1962. Ano XLIV, nº 189. p. 09.

⁴¹⁹ Idem.

⁴²⁰ Idem.

⁴²¹ As taxas de juros cobrado pelo BID eram menores em relação a outras instituições financeiras internacionais.

⁴²² Idem.

⁴²³ Aliança concedeu 200 milhões para plano de habitação do estado. **Jornal do Commercio**. Recife, 06 out. 1962. Ano XLIV, nº 230. p. 20.

⁴²⁴ Idem.

de cruzeiros correspondente a primeira parte dos 200 milhões prometidos pela agência norte-americana⁴²⁵.

Em 11 de dezembro de 1962, Cid Sampaio aprovou as normas para venda de 1.100 casas populares. Deste total, 400 casas com dois quartos, construídas pelo SSCM, já se encontravam prontas. Outras 700 – construídas com verbas da Aliança – estavam em processo de construção, sendo 550 no Alto Jordão e 150 restantes no bairro do Ibura⁴²⁶. A portaria nº 185 de 07 de dezembro de 1962, regulamentava as condições para distribuição e aquisição das casas:

Atendendo a disposição regulamentar, as casas aludidas destinar-se-ão às famílias numerosas de condições econômico-financeiras precárias, racionalmente distribuídas nas seguintes categorias: a) famílias de mais de cinco filhos menores e cuja renda total mensal não ultrapasse quatro vezes o salário mínimo, abrangendo 35% das casas à venda; b) famílias de mais de três até cinco filhos menores, cuja renda total não seja superior a duas vezes o salário mínimo, abrangendo 35% das casas à venda; c) famílias de dois a três filhos menores cuja renda total não seja inferior ao salário mínimo nem superior a duas vezes este nível, abrangendo 25% das casas à venda; d) famílias sem filhos, mas responsáveis por dependentes até o segundo grau de parentesco, cuja renda não seja inferior ao salário mínimo nem ultrapasse duas vezes este nível, abrangendo cinco por cento das casas postas à venda⁴²⁷.

A maior parte das casas estavam destinadas a pessoas que possuíam mais de três filhos e que tinham uma renda familiar entre dois e quatro salários mínimos. A lista com os nomes dos cadastros aprovados pelo SSCM foi publicada nos principais jornais do estado no dia 22 de janeiro de 1963. Obrigatoriamente, todos os beneficiados deveriam pagar no prazo de dez dias ao SSCM uma quantia de 15 mil cruzeiros correspondente ao sinal estipulado na portaria nº 187 para garantir a reserva da habitação.

O plano de habitação foi continuado durante a administração Miguel Arraes. A permissão foi dada pelo próprio governador e transmitida para o coordenador da USAID em Pernambuco através de carta escrita pelo presidente do SSCM, o arquiteto Gildo Guerra: “Devidamente autorizado por sua excelência, comunico a vossa senhoria que o governador do estado apoia e mantém o propósito do presidente desta autarquia de continuar e concluir o projeto de habitação popular Alto do Jordão e Ibura”⁴²⁸. Com a permissão, a última parte do investimento, os 60 milhões de cruzeiros restantes, foi entregue a Gildo Guerra poucos dias depois do aval de Miguel Arraes quanto ao programa habitacional⁴²⁹.

⁴²⁵ Aliança entregou 140 milhões para construção de casas populares no estado (ontem). **Jornal do Commercio**. Recife, 24 out. 1962. Ano XLIV, nº 245. p. 03.

⁴²⁶ Governador aprova normas para vendas de casas populares. **Jornal do Commercio**. Recife, 11 dez. 1962. Ano XLIV, nº 283. p. 20.

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ Governo vai continuar plano de habitação da Aliança. **Jornal do Commercio**. Recife, 05 maio 1963. Ano XLV, nº 86. p. 03.

⁴²⁹ Mais 60 milhões dão Estados Unidos para casas em Pernambuco. **Jornal do Commercio**. Recife, 08 maio 1963. Ano XLV, nº 88. p.09.

4.4.4 Colonização

O acordo foi assinado juntamente com o convênio da educação e contava com a participação do Governo do Estado, da Companhia de Revenda e Colonização (CRC)⁴³⁰, da CEAPA e da USAID. O principal objetivo era o financiamento durante dezoito meses de três núcleos de colonização localizados em Vitória de Santo Antão (100 lotes), Cabo de Santo Agostinho (250 lotes) e Barra de Guabiraba (100 lotes)⁴³¹. Estes lotes seriam vendidos aos agricultores por meio de financiamento a longo prazo⁴³². Vale ressaltar que alguns destes projetos já se encontravam em execução quando o governo assinou o decreto⁴³³:

O primeiro núcleo de colonização foi implantado, pelo Governo do Estado, na administração Cid Sampaio, com a desapropriação do Engenho Galileia. Com a finalidade de se transferir várias famílias daquela área, verificada a superpovoação da gleba, foram desapropriados mais dois engenhos: Terra Negra e Barra. Todavia ali já existiam famílias. [...] O segundo núcleo foi estabelecido em terras vendidas pela Companhia Pernambucana de Borracha Sintética, no Cabo. Oito engenhos, somando 2.700 hectares de terra, possibilitarão o acolhimento de 250 famílias. Já começou a implantação de colonos nos engenhos Mataripe, Mato Grosso, Espírito Santo, Retiro, São Pedro, Serra, Malenkof e Mulinote. Em Bonito encontra-se o terceiro núcleo, no novo município de Barra de Guabiraba, onde existem 1.129 hectares de terra destinados a abrigar as famílias excedentes do Engenho Galileia⁴³⁴.

Apesar do trecho citado fazer referência à desapropriação dos engenhos Terra Negra e Barra, localizados em Vitória de Santo Antão, persistia um problema quanto a emissão da posse das terras por parte do executivo, assim como a reivindicação por parte das Ligas Camponesas em não aceitar o plano de colonização do governo⁴³⁵.

O financiamento do programa estava dividido da seguinte forma: a) Cr\$ 350.000.000,00 seriam pagos pela USAID através dos recursos obtidos por meio do Acordo sobre Produtos Agrícolas; b) Cr\$ 117.480.237,00 seriam financiados diretamente pela USAID pagos durante um prazo de três meses; c) Cr\$ 1.310.451.534,00 pagos pelo Governo de Pernambuco, sendo deste valor Cr\$ 1.122.500.000,00 destinados a compra de terras, Cr\$ 142.451.500,00 destinado a levantamentos, construções e melhoria dos serviços já realizados e

⁴³⁰ A CRC foi criada a partir da lei nº 3506 de 26 de dezembro de 1959 pelo então governador Cid Sampaio. Dentre os principais objetivos estavam a elaboração de planos de colonização e revenda de materiais agrícolas, instalação de núcleos coloniais, e construção de barragens e açudes. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 27 dez. 1959. Ano XXXVI, nº 289. p. 7710.

⁴³¹ Aliança para o Progresso: resultado de inquérito. p. 31.

⁴³² Plano de colonização tem agora 117 milhões: Aliança deu ontem. **Jornal do Commercio**. Recife, 23 jun. 1962. Ano XLIV, nº 143. p. 03.

⁴³³ Cf. p. 111 e 112 deste trabalho.

⁴³⁴ Três núcleos da CRC receberam benefícios da “Aliança para o Progresso”. **Jornal do Commercio**. Recife, 09 ago. 1962. Ano XLIV, nº 181. p. 13.

⁴³⁵ Idem.

Cr\$ 45.500.034,00 em assistência médico-dentária, veterinária e escolar⁴³⁶. O governo estadual se comprometeu em levantar cerca de Cr\$ 40.793.625,00 com bancos privados locais⁴³⁷.

Os recursos obtidos seriam utilizados para despesas com a mudança dos colonos, material para construção de habitações, auxílio na agricultura, construção de escolas e abastecimento de água, criação de serviços profissionais, tais como, atendimento médico, dentista, agrônomos, veterinários e professores, criação de crédito rural por meio da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), além de promover pesquisas agrícolas através do Instituto de Pesquisa Agrônomas de Pernambuco⁴³⁸.

A primeira parcela do acordo foi paga no dia 22 de junho, no valor de Cr\$ 117.480.237,00 pagos em cheque pela USAID e entregue ao presidente da CRC Francisco Simão dos Santos Figueira. Este valor seria empregado na aquisição de materiais para construção de casas, compra de maquinaria e implementos agrícolas e para instalação de centros para as comunidades rurais⁴³⁹. A segunda parcela no valor de Cr\$ 82.758.369,00 foi paga ao CRC nos últimos dias de dezembro de 1962⁴⁴⁰. O restante do valor seria pago até o final do ano fiscal de 1963.

Até o mês de setembro de 1962, as aquisições materiais feitas pela CRC com o dinheiro da Aliança incluíam sete tratores de pneu, um trator de esteira, uma máquina moto-niveladora e seis caminhões⁴⁴¹. Quanto as terras, foram comprados 4.735 hectares assim distribuídos: 1.106 em Vitória de Santo Antão, 1.129 em Barra de Guabiraba e 2.500 no Cabo de Santo Agostinho⁴⁴². Em balanço referente ao ano fiscal de 1962 publicado no *Jornal do Commercio* as realizações da CRC durante a administração Cid Sampaio quanto aos núcleos coloniais incluíam:

- a) Vitória de Santo Antão: edificação de cinquenta e três casas para colonos e funcionários da CRC, assistência técnica e financeira para os colonos, entrega de moto-bombas, cultivadores e pulverizadores, construção de aviários, financiamento de gado e moares, e o financiamento da cultura de ciclo rápido⁴⁴³.

⁴³⁶ Ibidem. p. 32.

⁴³⁷ Idem.

⁴³⁸ Aliança para o Progresso: resultado de inquérito. p. 31.

⁴³⁹ Plano de colonização tem agora 117 milhões: Aliança deu ontem. **Jornal do Commercio**. Recife, 23 jun. 1962. Ano XLIV, nº 143. p. 03.

⁴⁴⁰ USAID deu ontem mais 82 milhões para plano local de colonização. **Jornal do Commercio**. Recife, 01 jan. 1963. Ano XLIV, nº 01. p. 14.

⁴⁴¹ Aliança já deu mais de 100 milhões para plano de colonização do estado. **Jornal do Commercio**. Recife, 20 set. 1962. Ano XLIV, nº 216. p. 36.

⁴⁴² Idem.

⁴⁴³ Companhia de Revenda e Colonização: balanço em 31 de dezembro de 1962. Publicado em **Jornal do Commercio**. Recife, 19 fev. 1963. Ano XLIV, nº 42. p. 17.

- b) Barra de Guabiraba: edificação de setenta casas, restando ainda vinte três a serem construídas, atendendo um total de 93 colonos. Entrega de moto-bombas, pulverizadores e cultivadores para todos os colonos. Financiamento de avicultura, compra de gado, vacum e cavalari⁴⁴⁴.
- c) Cabo de Santo Agostinho: foi a colônia que menos avançou com relação aos trabalhos da CRC devido as dificuldades técnicas encontradas pelo pessoal. Mesmo assim, foram concluídas setenta casas para os colonos, uma escola, além da conservação e aproveitamento de prédios antigos para fins de residência de funcionários e depósitos. Além disto, foram entregues cerca de cem unidades de moto-bombas, cultivadores e pulverizadores⁴⁴⁵.

Cabe aqui ressaltar a questão do Cabo de Santo Agostinho. As terras foram entregues como indenização aos moradores expulsos de suas propriedades para construção da Fábrica de Borracha Sintética (COPERBO). Muito provavelmente as dificuldades técnicas estavam relacionadas ao processo de desapropriação e indenização das terras.

4.5 A Aliança para o Progresso é investigada

No dia 22 de novembro de 1962, Miguel Arraes declarou à imprensa em seu primeiro pronunciamento como governador eleito de Pernambuco sua opinião quanto ao programa da Aliança para o Progresso no estado. Disse: “os entendimentos devem ser mantidos com a SUDENE e o Itamarati. Não posso negociar diretamente com potências estrangeiras”⁴⁴⁶. Os acordos envolvendo o estado e a Aliança para o Progresso deveriam ser feitos com a participação efetiva da SUDENE o que de fato não estava acontecendo. Para Arraes, “todos os convênios que atualmente são feitos entre o executivo do Estado e a Aliança para o Progresso sofrerão uma reformulação”⁴⁴⁷, iniciada logo nos primeiros dias de administração.

Em 12 de fevereiro de 1963, o Diário Oficial do Estado de Pernambuco publicou o decreto nº 1637 assinado pelo governador estabelecendo um grupo de trabalho destinado a examinar os convênios firmados entre a USAID e a administração anterior⁴⁴⁸. O trabalho de

⁴⁴⁴ Idem.

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ Arraes fez, ontem, seu primeiro pronunciamento como governador: 1º itens. **Diário de Pernambuco**. Recife, 28 out. 1962. Ano 137, nº 246. Capa.

⁴⁴⁷ Posição sobre a “Aliança”, Ligas, Julião e Fidel Castro. **Diário de Pernambuco**. Recife, 28 out. 1962. Ano 137, nº 246. p.03.

⁴⁴⁸ Grupo de trabalho para dar parecer sobre “Aliança”. **Jornal do Commercio**. Recife, 14 fev. 1963. Ano XLIV, nº 38. p.10.

investigação durou aproximadamente três meses e revelou uma trama vinculando o programa da Aliança para o Progresso com assuntos relativos à soberania nacional⁴⁴⁹. Em outras palavras, o programa favorecia governos anticomunistas e que faziam oposição direta ao presidente João Goulart⁴⁵⁰. O grupo de trabalho foi composto por nomes da própria administração, representando, de certa forma, todos os segmentos compreendendo os acordos firmados com o estado. Dentre os escolhidos estavam,

o Bel. Germano de Vasconcelos Coelho, Secretário de Educação e Cultura; Eng. Augusto Elyσιο do Nascimento Wanderley Filho, Secretário Geral da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco; Eng. Antônio Baltar; Dr. Salomão Helner, representante da Sociedade de Medicina de Pernambuco; arquiteto Gildo Mário Porto Guerra, Presidente do Serviço Social Contra o Mocambo, e o advogado Luiz Pandolfi⁴⁵¹.

Ao formar o grupo de trabalho Miguel Arraes procurou revisar todos os contratos que o governo norte-americano celebrou com a administração passada. Não obstante, durante a campanha para governador Arraes criticou a forma que o programa vinha sendo conduzido até aquele momento. Já que não poderia suspender os projetos da Aliança que estavam em andamento Arraes procurou se certificar dos reais motivos dos investimentos norte-americanos no estado.

A par da situação, o Consulado dos Estados Unidos no Recife trocou informações com o Departamento de Estado demonstrando preocupação com relação as atitudes do governador. Os analistas norte-americanos observaram de perto as atitudes do governador principalmente quando este instituiu o grupo de trabalho conforme descreve um *airgram* do Consulado no Recife com destino ao Departamento de Estado datado de 14 de fevereiro de 1963, dois dias depois da publicação do decreto:

O governador MIGUEL ARRAES deu mais um passo na Aliança para o Progresso nesta semana em seu primeiro encontro com o novo secretariado de Pernambuco. Depois de ter concedido a contragosto que os projetos da Aliança agora em andamento não poderiam ser suspensos por um tempo, por medo de interrupção de serviços, Arraes nomeou um Grupo de Trabalho para estudar todos os acordos existentes da USAID-PERNAMBUCO, presumivelmente com vista a determinar a continuação ou que devem ser suspensos ou modificados⁴⁵².

⁴⁴⁹ Aliança para o Progresso: resultado de inquérito. p.01.

⁴⁵⁰ SANTIAGO, Vandek. Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964. Recife: Cepe Editoria, 2016. p.150-151.

⁴⁵¹ Atos do dia 12 de fevereiro de 1963. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife, 13 fev. 1963. Ano XL, nº 37. p.02.

⁴⁵² [Following up his earlier leads, Governor MIGUEL ARRAES took one more swipe at the Alliance for Progress this week in his first meeting with Pernambuco's new secretariat. After having grudgingly conceded that Alliance projects now underway could not be suspended for the time being for fear of disruption of services, Arraes appointed a Work Group to study all existing USAID-PERNAMBUCO agreements, presumably with a view

Assim como o Consulado, a Embaixada comunicou ao Secretário de Estado Dean Rusk por meio de um telegrama secreto datado de 12 de abril de 1963 a preocupação referente ao estabelecimento do grupo de trabalho:

A continuação dos fundos para programas existentes em Pernambuco está pendente, sendo recebidas pela USAID informações sobre o grupo de trabalho de Arraes que estuda os programas de desenvolvimento do estado e pela decisão final de Arraes de continuar ou não estes programas⁴⁵³.

Apesar das críticas de Arraes ao programa da Aliança ele não deixou de cumprir com alguns acordos já estabelecidos. No *airgram* de 14 de fevereiro de 1963 um comentário chama atenção quanto a uma possível mudança de comportamento do governador em relação ao programa:

O fato de Miguel Arraes ter consentido em assinar um acordo da Aliança poderia ser interpretado como uma indicação de uma posição modificada em relação à Aliança para o Progresso e aos Estados Unidos. No entanto, qualquer otimismo a esse respeito deve ser moderado com cautela até que haja Evidência mais concreta de um espírito mais cooperativo por parte do Governador. O fato dele ter escolhido cercar-se de comunistas e esquerdistas extremos continua a ser motivo de grande preocupação⁴⁵⁴.

Este trecho se refere ao acordo para abastecimento de água assinado no dia 13 de fevereiro de 1963. O convênio previa uma melhora no sistema de abastecimento de água na cidade do Recife e em outras seis cidades do interior do estado: Cabo, Carpina, Belo Jardim Goiana, Jaboatão dos Guararapes e Bezerros⁴⁵⁵. A verba de 1 milhão 524 mil dólares foram liberados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento através do Fundo Fiduciário para o Progresso Social, criado pelo banco para as movimentações financeiras da Aliança para o Progresso⁴⁵⁶. Além deste empréstimo, a USAID se comprometeu em liberar 70 milhões de cruzeiros para construção de linhas de distribuição de água⁴⁵⁷.

toward determining vtch might be continued as they are and which must be suspended or modified] **Weekly Summary No. 3**. 14 fev. 1963. Disponível em: <<https://goo.gl/uZpfHT>>. Acesso: 13 jan. 2017.

⁴⁵³ [Advances of funds for existing programs perambuco are.be ing held up pending receipt by usa id of information about arraes task groups studies of states development programs and by Arraes final adoption of position whether or not to continue these programs. **Action Department 1995, Information Recife 201**. Disponível em: <<https://goo.gl/4hbbzF>>. Acesso: 13 jan. 2017.

⁴⁵⁴ [Comment: The fact that Miguel Arraes has consented to sign an Alliance agreement could be interpreted as an indication of a modified position toward the Alliance for Progress and the United States, However, any optimism in this respect should be tempered with considerable caution until there is more concrete evidence of a more cooperative spirit on the part of the Governor, The fact that he has chosen to surround himself with Communists and extreme leftists continues to be cause for major concern, (CONFIDENTIAL). Idem.

⁴⁵⁵ Convênios da “Aliança para abastecimento de água assinados ontem” **Jornal do Commercio**. Recife, 14 fev. 1963. Ano XLIV, nº 38. p.09.

⁴⁵⁶ Idem.

⁴⁵⁷ Verbas para água no Recife e em 6 cidades do interior. **Jornal do Commercio**. Recife, 30 jan. 1963. Ano XLIV, nº 25. p. 10.

O acordo foi celebrado tendo o Governo do Estado, a SUDENE e a USAID como signatários. O *airgram* destaca que Miguel Arraes, apesar de colaborar com os esforços do programa “designou um simples funcionário do Departamento de Obras Públicas para representá-lo na assinatura de dois acordos de projetos de água da Aliança”⁴⁵⁸. Essa atitude, mesmo que de cooperação, não evidenciava para os analistas do Consulado e os funcionários da USAID um espírito de colaboração do governador.

O que chama mais atenção neste trecho é a preocupação quanto a falta de informações seguras que demonstrassem uma substancial colaboração de Arraes com o governo norte-americano. Apesar de assinar um acordo a opinião do Departamento de Estado não era de entusiasmo. Em outras palavras, o fato de ter cooperado uma vez não significou que a boa vontade, de ambos os lados, deveria ser algo constante.

Se por um lado havia uma preocupação quanto a possível penetração do comunismo no Governo de Pernambuco, por outro, houve uma preocupação quanto a outro tipo de penetração, neste caso, a norte-americana nos assuntos políticos do estado de Pernambuco e no Brasil. Por isto, a opinião do grupo de trabalho era importante para a continuação dos acordos em Pernambuco.

No mesmo dia em que o decreto nº 1637 foi publicado no Diário Oficial aconteceu uma reunião entre o Cônsul-Geral dos Estados Unidos no Recife, Delgado Árias, o diretor adjunto da USAID/NE, John C. Dieffenderfer e Miguel Arraes para discutir sobre programa da Aliança no estado. O *airgram*, datado de 20 de fevereiro de 1963 descreve a visão dos norte-americanos quanto a posição do governador em relação aos futuros acordos envolvendo os Estados Unidos e Pernambuco:

O Governador declarou que estava aguardando o relatório do comitê que tinha designado para estudar os acordos de programa assinados pela administração anterior. Não estava recusando a ajuda norte-americana, explicou, mas gostaria de examinar cuidadosamente todas as condições que poderiam ser associadas a tal ajuda. Ele reiterou sua posição de que toda a assistência deve vir através do Governo Federal⁴⁵⁹.

Este trecho demonstra que Arraes se mostrava disposto a colaborar com o programa desde que houvesse a devida participação do Governo Federal através da SUDENE. Arraes

⁴⁵⁸ [Finally, without fanfare, Arraes designated a minor official in the Department of Public Works to represent him in the signing of two Alliance water projects agréments.] **Weekly Summary No. 3.** Recife, 14 fev. 1963. Disponível em: <<https://goo.gl/uZpfHT>>. Acesso: 13 jan. 2017.

⁴⁵⁹ [The Governor stated that he was awaiting the report of the committee he had assigned to study program agreements signed by the previous administration. was not refusing American aid, he explained, but would want to carefully examine any conditions which might be attached to such aid. He reiterated his position that all assistance must come through the Federal Government.] **Weekly Summary No. 34.** Recife, 20 fev. 1963. Disponível em: <<https://goo.gl/AlTbDE>>. Acesso: 13 jan. 2017.

julgava necessário averiguar os devidos papéis dos órgãos envolvidos nos acordos até então assinados. Numa entrevista para o *Jornal do Commercio* ele afirmou:

Os recursos provindos do exterior, em qualquer eventualidade, precisam ser canalizados através do órgão federal, sem quebra da soberania brasileira e subordinada, sua aplicação, a critérios que não impliquem na alienação das prerrogativas de cada estado⁴⁶⁰.

A avaliação do Consulado da reunião com o governador teve um saldo positivo apesar da recomendação de seguir as conversações de modo cauteloso. Na opinião dos norte-americanos a reunião “talvez esclareceu alguns de seus equívocos sobre o programa da Aliança - na medida em que tais equívocos não são politicamente motivados”⁴⁶¹. Eles ainda avaliaram que Miguel Arraes “estava, pelo menos, disposto a ouvir e a porta foi deixada aberta para discussões futuras”⁴⁶². Por fim, a recomendação era de manter um otimismo moderado “tendo em vista o passado político de Arraes, e as associações presentes”⁴⁶³, já que o governo norte-americano não se desvinculava da imagem de um “comunista em potencial”. Com relação isto a Embaixada sugeriu uma recomendação para as representações norte-americanas no estado de evitar qualquer tipo de confronto com o governador buscando uma possibilidade de aproximação com o intuito de “neutralizar consequências indesejáveis”:

Os Estados Unidos têm feito um esforço total no Nordeste, particularmente no crítico Pernambuco, sob uma revisão contínua. O curso provável dos eventos [em Pernambuco] está longe de ser claro. Evidências consideráveis que Arraes pode lidar constantemente com posições mais hostis aos nossos interesses, isto ainda não conclusivo. Em tempo, continuamos os desejos de manter a possibilidade de cooperação com Arraes em algum grau fazendo todos os esforços possíveis para neutralizar ou retardar consequências indesejáveis na sua administração. [...] Nossa política atual com o Governo de Pernambuco é continuar programas existentes com exceção do projeto de segurança pública⁴⁶⁴.

As recomendações do Departamento de Estado reforçam a cautela em relação aos investimentos da Aliança. Isto demonstra a monitoração deste Departamento nas ações do

⁴⁶⁰ Miguel Arraes disse que não modificou sua opinião sobre “Aliança”. *Jornal do Commercio*. Recife, 19 fev. 1963. Ano XLIV, nº42. p.03.

⁴⁶¹ [The meeting with Arraes perhaps cleared up some of his misconceptions concerning the Alliance program—to the extent that such misconceptions are not politically motivated]. *Weekly Summary No. 34*. Recife, 20 fev. 1963. Disponível em: <<https://goo.gl/AlTbDE>>. Acesso: 13 jan. 2017.

⁴⁶² [He was at least willing to listen and the door was left open for further discussions]. *Idem*.

⁴⁶³ [Optimism must be tempered with considerable caution, however, in view of Arraes* political past, and present associations]. *Idem*.

⁴⁶⁴ [We have total us effort in Northeast, and particularly in critical Pernambuco, under continuous review. probable future course of events there still far from clear. while considerable evidence that Arraes may lead Pernambuco steadily to position more hostile to us interests, this not conclusive as yet. for time being,, we continue desire maintain possibility of cooperating in some degree with Arraes in effort do all possible neutralize or retard undesirable consequences his administration. [...] Our current policy with Arraes government Perambuco is to continue existing programs with exception public safety project] *Action Department 1995, Information Recife 201*. Disponível em: <<https://goo.gl/4hbbzF>>. Acesso: 13 jan. 2017.

governo do estado que atingiam diretamente os interesses norte-americanos. Observa-se ainda uma tentativa de cooptação do governador com vista de neutralizar, ou retardar, ações indesejáveis ao governo dos Estados Unidos. Entretanto, a opinião de Arraes quanto aos investimentos ainda era de desconfiança. Nas suas palavras, seria necessário verificar “em que medidas tais recursos efetivamente contribuem para o desenvolvimento regional”, isto porque naquele momento ao Nordeste, não mais interessava “medidas de caráter paliativo, e, sim, programas de longo alcance, destinados a libertar esta região da miséria e da fome”⁴⁶⁵. As investigações do grupo de trabalho ocorreram em sigilo e o contato com a imprensa era restrito. Entretanto, algumas considerações foram realizadas pelos componentes logo após a constituição do grupo. As opiniões foram registradas no jornal *Última Hora*. Germano Coelho, presidente do grupo, afirmou que os trabalhos deveriam ocorrer,

Com o mesmo espírito que presidiu as declarações do governador Miguel Arraes: frustrar aquelas iniciativas que aprofundem o processo espoliativo, mas abertura quanto a todo auxílio que não constitua alienação das prerrogativas do governo e que concorra efetivamente para o desenvolvimento do país. Dentro desse espírito – acrescentou – analisaremos o problema, sem nenhum preconceito e com a máxima isenção⁴⁶⁶.

Augusto Wanderley frisou a necessidade de a investigação revelar se os recursos da Aliança para o Progresso seriam utilizados para combater de fato a pobreza da região. Sua opinião seguiu a mesma linha da expressada pelo governador Miguel Arraes:

Creio [...], ser da maior importância verificar se os recursos da “Aliança” podem realmente contribuir, de maneira efetiva, para o desenvolvimento econômico da região. Ao Nordeste, não interessam mais as medidas de caráter paliativo, as medidas puramente assistencialistas. Se os auxílios consubstanciados através da “Aliança” não se despojarem desse caráter, não me parece que possam trazer qualquer contribuição real ao momento em que vivemos⁴⁶⁷.

Manifestaram opiniões ainda Luiz Pandolfi, Salomão Helner e Antônio Baltar. O ponto em comum, além da vontade de esclarecer os fatos ligando a Aliança para o Progresso, era que todos despontavam um empenho de salvaguardar os interesses ligados a soberania nacional procurando realizar um trabalho “em favor dos interesses autenticamente nacionais, como sempre, sem preconceitos nem ilusões”⁴⁶⁸. Estas opiniões também foram registradas pelo pessoal do Consulado e transmitidas ao Departamento de Estado no dia 20 de fevereiro de 1963.

⁴⁶⁵ Miguel Arraes disse que não modificou sua opinião sobre “Aliança”. **Jornal do Commercio**. Recife, 19 fev. 1963. Ano XLIV, nº42. p.03.

⁴⁶⁶ Arraes nomeia grupo de trabalho: acordos com a “Aliança” serão reexaminados. **Última Hora**. Recife, 14 de fevereiro de 1963. Ano I, nº 236. p.03.

⁴⁶⁷ Idem.

⁴⁶⁸ Idem.

Na visão da representação norte-americana as opiniões “revelaram atitudes negativas, um pouco preconcebidas em relação à Aliança para o Progresso”⁴⁶⁹.

No dia 02 de maio de 1963 Miguel Arraes convocou seu secretariado para uma reunião de aproximadamente quatro horas de duração. Informou aos presentes que a leitura do relatório final do grupo de trabalho seria realizada no pronunciamento durante a reunião da SUDENE⁴⁷⁰. Ao decidir denunciar os acordos da Aliança para o Progresso em Pernambuco, Miguel Arraes somou ao grupo de políticos e intelectuais que contestaram com respaldo de bases documentais a política do governo Kennedy para a América Latina⁴⁷¹.

E assim fez. No dia seguinte a SUDENE se reuniu para celebração de mais um convênio com a USAID. Celso Furtado presidiu a reunião que ainda contava com a presença do embaixador Lincoln Gordon. Miguel Arraes leu o relatório para o público presente tecendo “longas considerações sobre a colaboração estrangeira ao processo de desenvolvimento, reportando-se, de um modo especial, à Aliança para o Progresso”⁴⁷². Vale salientar que no dia em que a denúncia foi apresentada o *Jornal do Commercio* publicou na íntegra o relatório final do grupo de trabalho.

A exposição do governador durou aproximadamente trinta minutos. O relatório enfatizava a necessidade de revisão de todos os convênios estabelecidos durante a administração Cid Sampaio. O governador alertou para o cuidado em manter os projetos já em andamento já que “as críticas que eram formuladas não visavam prejudicar a colaboração que um país pretende dar ao Brasil, mas sim coloca-la nos verdadeiros termos e não com a baixa rentabilidade social que estão alcançando”⁴⁷³. As opiniões manifestas por Miguel Arraes e os membros do grupo de trabalho já evidenciava que os pilares de sustentação da denúncia relacionadas aos acordos era a violação a Constituição Federal de 1946 e a Constituição do Estado de Pernambuco de 1947.

A Constituição Federal, no seu artigo 5º, seção I, informa que cabia apenas a União “manter relações com os Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções”⁴⁷⁴.

⁴⁶⁹ [With two exceptions, opinions voiced by the committee revealed somewhat preconceived negative attitudes towards the Alliance for Progress]. **Weekly Summary No. 34**. Recife, 20 fev. 1963. Disponível em: <<https://goo.gl/AITbDE>>. Acesso: 13 jan. 2017.

⁴⁷⁰ Arraes denunciará acordos: programa da “Aliança” discrimina o Nordeste. **Última Hora**. Recife, 03 maio. 1963. Ano I, nº 290. p.03.

⁴⁷¹ SANTIAGO, Vandek. **Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964**. Op. Cit. p.150.

⁴⁷² Seco e lido foi discurso de Arraes ontem na SUDENE. **Jornal do Commercio**. Recife, 04 maio 1963. Ano XLV, nº 85. p. 10.

⁴⁷³ Arraes denuncia na SUDENE: convênios da Aliança ferem autonomia do estado. **Última Hora**. Recife, 04 maio 1963. Ano I, nº 291. p.03.

⁴⁷⁴ **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)**. Disponível em: <<https://goo.gl/UqbttV>>. Acesso: 13 jan. 2017.

Logo, a ausência de um órgão federal constituía uma grave violação da Constituição Federal. Da mesma forma ocorria com a Constituição de Pernambuco onde no artigo 68, inciso XVI, limitava a competência do governador a apenas “celebrar acordos e convenções com a União e outros estados, mediante autorização da Assembleia, e representar o estado perante o governo da União ou de outros estados”⁴⁷⁵.

O grupo de trabalho apontou dois erros fundamentais envolvendo estas questões: a ausência da SUDENE e a participação indevida do governo de Pernambuco na celebração dos acordos. De acordo com o relatório caberia ao estado “limitar-se à qualidade de mero executor de acordos firmados entre órgãos federais e a USAID/Brazil” e não participar diretamente da assinatura de acordos com governos estrangeiros⁴⁷⁶.

Uma outra observação tratou da interferência do governo norte-americano nas finanças do estado. A legislação norte-americana que regia o programa da Aliança para o Progresso era clara ao apontar que os técnicos da USAID eram obrigados a prestarem contas dos investimentos feitos em Pernambuco. Os acordos estabeleciam que cada projeto devia estabelecer “normas necessárias de contabilidade, auditoria e relatórios financeiros, podendo conter quaisquer outros assuntos a critério do diretor e do representado de USAID”⁴⁷⁷. Este material seria apresentado ao Congresso norte-americano onde seriam avaliados pelos congressistas a respeito de sua aplicação. Caso fosse comprovado a utilização incorreta de dinheiro dos contribuintes qualquer que fosse o projeto em execução em Pernambuco seria cancelado:

Esta última acusação foi levantada quando a USAID insistiu que tinha o direito de suspender o financiamento de um programa a qualquer tempo, se fosse provado que tal programa estava em desacordo com a política dos Estados Unidos. Este foi um dos maiores obstáculos à assinatura de um acordo que envolvia um projeto educacional. Dieffenderfer tomou a posição de que a USAID poderia interromper sua participação se concluísse que o que estava acontecendo nas escolas em construção com o dinheiro americano não seria aceitável pelo Congresso dos Estados Unidos⁴⁷⁸.

Utilizando este argumento o governo norte-americano poderia suspender a ajuda quando “provado” a irregularidade na sua aplicação. Isto dava margem para que os formuladores da política de assistência da USAID em conjunto com o pessoal do Departamento de Estado suspendessem a ajuda quando um governador tomasse medidas que prejudicassem os interesses norte-americanos.

⁴⁷⁵ Aliança para o Progresso: resultado de inquérito. p. 41.

⁴⁷⁶ Ibidem. p. 41.

⁴⁷⁷ Ibidem. p. 53.

⁴⁷⁸ PAGE, Joseph. **A Revolução que Nunca Houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Op. Cit. p.166.

A interferência nos assuntos internos se estendia para outros ramos do governo a exemplo da educação. Ao examinar o *Pernambuco for Progress Elementary and Basic Education* observa-se que o representante da USAID tinha uma participação muito ampla quanto a formulação das diretrizes de base da educação do estado. Segundo o acordo, o técnico de educação norte-americano poderia:

a) “cooperar com o Conselho de Educação de Pernambuco (...) para a criação de uma política geral de educação para o Estado”; b) “cooperar com o atual sistema de supervisão do ensino do Estado de Pernambuco através de centros regionais, a fim de proporcionar treinamento educacional, patrocinados por este Acordo”; c) “intensificar pesquisas e experiências sobre a melhoria dos currículos⁴⁷⁹.”

Dessa forma, o relatório apontava uma gravíssima violação da soberania nacional quanto as questões referentes a formulação dos planos educacionais do estado, já que nestas medidas permitiam a participação indevida de potências estrangeiras na elaboração dos componentes curriculares. Esta interferência feria frontalmente a Constituição Federal que no seu artigo 5º, item XV, letra “d” afirmava que cabia apenas a União “legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional”⁴⁸⁰.

Nos termos apresentados pelo acordo da educação, a USAID, segundo o relatório, ficava com o “direito de controlar qualquer ação do governo, inclusive com o direito unilateral de aplicar a seu critério os recursos fornecidos pelos Estados Unidos”⁴⁸¹. Dois exemplos ilustram muito bem esta colocação. O primeiro trata de como um atraso no repasse dos relatórios exigidos pelo governo norte-americano comprometeu os projetos educacionais em desenvolvimento no estado. Em 31 de janeiro de 1963, o assessor para educação da Aliança para o Progresso em Recife, Philip R. Schwab, comunicou ao governo de Pernambuco a suspensão da verba destinada ao programa de educação do estado:

Resolvemos desautorizar a partir desta data, o movimento da verba americana do fundo conjunto, para pagamento de materiais diversos, combustível, alugueis e salários, admitindo-se seu movimento exclusivamente para pagamento de obras já em desenvolvimento e aprovadas pela USAID/Brazil⁴⁸².

Fica claro que a USAID decidiu a “imediate paralização do programa, impossibilitando até, em período de aulas, o funcionamento das unidades escolares já concluídas”⁴⁸³ no estado. Vejamos o segundo exemplo. O então secretário de educação e cultura

⁴⁷⁹ Ibidem. p.50.

⁴⁸⁰ **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)**. Disponível em: <<https://goo.gl/UqbttV>>. Acesso: 13 jan. 2017.

⁴⁸¹ Arraes denuncia na SUDENE: convênios da Aliança ferem autonomia do estado. **Última Hora**. Recife, 04 maio 1963. Ano I, nº 291. p.03.

⁴⁸² Aliança para o Progresso: resultado de inquérito. p. 51-52.

⁴⁸³ Ibidem. p. 52.

de Pernambuco no governo Arraes, Germano Coelho, em entrevista para o jornalista Vandeck Santiago revelou com detalhes a “invasão silenciosa” dos norte-americanos nos assuntos do estado. Ele cita como Philip Schwab não permitiu a liberação para o funcionamento de uma escola construída com verbas da Aliança:

Havia uma escola recém-construída com verbas dos convênios. Eu queria abrir essa escola, coloca-la para funcionar, mas dependia da liberação do professor Philip Schwab, que era o assessor da USAID no Brasil. Então veja: eu, secretário de educação, queria colocar uma escola para funcionar e não podia. Só com a autorização do professor Schwab⁴⁸⁴.

A recusa do assessor da USAID para liberação da escola construída em Pernambuco demonstra o poder de controle desta agência nos assuntos internos do estado. A escola, construída em terrenos e com verbas oriundas do governo estadual conforme estipulava o acordo da educação, estava retida por ordem de um representante de governo estrangeiro. Nem o próprio secretário de educação poderia liberar o uso do espaço. A partir deste momento conta Germano Coelho que começou a se documentar da interferência exercida por parte da USAID:

E aí eu comecei a me documentar. Mandava ofício para o professor Schwab para a abertura de tal escola, recebia ofício dele comunicando por que não podia... Fui juntando documentação, provando que eu era secretário de educação, mas o Estado não tinha mais o poder quanto à educação⁴⁸⁵.

Um dos grandes problemas apontado pelo relatório estavam relacionadas as verbas e a publicidade do programa. Os acordos exigiam a maior participação financeira dos governos estaduais nos investimentos exigindo o depósito dos vencimentos na data fixada pela USAID sob a pena de ter os convênios suspensos⁴⁸⁶. A USAID ficou isenta da obrigação de realizar os depósitos nas datas estipuladas fixando um prazo de aproximadamente seis meses para realização destes⁴⁸⁷. O quadro abaixo demonstra a quantidade de verbas que eram destinadas ao programa de educação do estado discriminando os valores despendidos por cada parte envolvida no acordo:

QUADRO 02 – RECURSOS PARA O CUMPRIMENTO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO⁴⁸⁸

Instituição	1962	1963	1964	Total
Gov. Pernambuco	Cr\$ 175.000.000	Cr\$ 175.000.000	Cr\$ 175.000.000	Cr\$ 525.000.000
CEAPA	Cr\$ 200.000.000		-----	Cr\$ 200.000.000
USAID/Brazil	US\$ 1.000.000		-----	US\$ 1.000.000

⁴⁸⁴ SANTIAGO, Vandeck. **Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964**. Op. Cit. p.153.

⁴⁸⁵ Idem

⁴⁸⁶ Aliança para o Progresso: resultado de inquérito. p. 54.

⁴⁸⁷ Idem.

⁴⁸⁸ Ibidem. p. 24.

Os investimentos feitos dentro do acordo da educação tinham validade até o ano de 1965, não havendo nenhum tipo de recurso fixado para os anos seguintes. Conforme demonstra os valores a maior parte dos investimentos eram feitos pelo próprio estado. Os investimentos provenientes do Acordo sobre Produtos Agrícolas e da própria USAID eram consideravelmente menores e não possuíam data fixa para pagamento já que sua liberação poderia ocorrer até o dia 31 de dezembro de 1963⁴⁸⁹.

Não obstante, além do estado de Pernambuco arcar com a maior parte dos investimentos, ele tinha a responsabilidade de fornecer: “a) terrenos, materiais e serviços; b) pessoal qualificado; c) salários e ajudas de custo para bolsistas; d) instalações de escritórios, guarda e conservação de material; e) serviços técnicos de engenharia para construção de escolas”⁴⁹⁰. O não cumprimento por parte do governo, isto é, “na hipótese de quaisquer depósitos do Estado de Pernambuco não terem sido efetivados em tempo hábil”, recomendava o acordo que “a USAID poderá deixar de efetuar suas contribuições”⁴⁹¹. A questão chave observada pelos membros do grupo de trabalho e que permitiu construir uma ligação clara entre a Aliança para o Progresso e sua relação com a política nacional tratava a respeito do contraste quanto aos investimentos no Brasil.

Considerada a região problema pelo governo norte-americano e área de prioridade nos investimentos, todo o Nordeste recebia verbas inferiores em comparação com outros estados. O grupo de trabalho escolheu o estado da Guanabara, governado por Carlos Lacerda, para fazer uma comparação. Enquanto todo o Nordeste, entre 1962 e 1963, recebeu cerca de 13 milhões de dólares, o estado da Guanabara, “unidade federativa caracterizada pelo mais elevado índice de renda per capita do país e possuindo o seu segundo parque industrial, foi beneficiado com um volume de recursos da ordem de 70 milhões de dólares”⁴⁹² no mesmo período.

Para Germano Coelho, estava claro a preferência por determinadas agremiações políticas por parte do governo norte-americano. Ele procurou demonstrar essa preocupação numa conversa com o ex-presidente Juscelino Kubitschek:

Contei a JK, o quadro que havia levantado, analisando os recursos aplicados, no Brasil, pela Aliança para o Progresso. Numa coluna, os Estados; na segunda, os governadores; na terceira, os partidos; e, na última, os valores alocados. Disse-lhe, que só foram contemplados governadores da UDN⁴⁹³.

⁴⁸⁹ Idem.

⁴⁹⁰ Idem.

⁴⁹¹ Idem.

⁴⁹² Aliança para o Progresso: resultado de inquérito. p.71.

⁴⁹³ COELHO, Germano. **MCP: História do Movimento de Cultura Popular**. Recife: Ed. do autor, 2012. p.131.

Todos os investimentos realizados, sejam eles, construção de escolas, distribuição de materiais, concluídos ou não, deveriam ser apresentados apenas como investimentos da Aliança para o Progresso⁴⁹⁴. O historiador Carlos Fico descreve essa atitude adotada pelo programa era vista mais como um instrumento de publicidade do que um programa de assistência socioeconômica. Tomando como base as observações feitas por Celso Furtado, ele descreve:

Em fevereiro de 1962, a equipe norte-americana apresentou um relatório [Relatório Bohan] propondo iniciativas discrepantes das da Sudene e destinadas a causar impacto na opinião pública, como a implantação de chafarizes em algumas cidades nordestinas. Todas as benfeitorias deveriam ser identificadas visualmente com a marca “Aliança para o Progresso”⁴⁹⁵.

Se a publicidade em torno do programa era algo questionado pelos seus críticos, o próprio Merwin Bohan confessou em uma carta a um destinatário não identificado ser “um erro, para os Estados Unidos, estar constantemente tentando anunciar a sua própria boa ação uma vez que isso, muitas vezes, leva à resistência por parte dos outros, em vez de aceitação”⁴⁹⁶. Obrigatoriamente as obras e realizações no âmbito do programa deveriam ser identificadas com a marca da Aliança para o Progresso, conforme descrito no relatório do grupo de trabalho:

Todo o Programa de Cooperação embora efetuado com a contribuição preponderante do Estado de Pernambuco será, conforme exigência expressa do Acordo [Acordo da Educação], apresentado ao público como realização da ALIANÇA PARA O PROGRESSO, cada vez mais identificada com a USAID/Brazil e o Governo Norte-americano⁴⁹⁷.

O relatório ainda apontava o fato da autodeterminação do povo brasileiro está sendo ameaçada pelo programa da Aliança para o Progresso. De acordo com os dados apresentados pela comissão até o ano de 1963 apenas a USAID era a responsável por elaborar e executar os planos da Aliança para o Progresso em Pernambuco.

As reações as denúncias apresentadas por Miguel Arraes foram imediatas. A primeira foi feita pelo próprio Lincoln Gordon durante a reunião. Germano Coelho conta que quando Miguel Arraes passou a citar economistas norte-americanos que criticavam como as verbas da Aliança estavam sendo utilizadas como instrumento de interferência, Lincoln Gordon solicitou o direito de réplica: “Eu sou economista. Sou da *American Economic Association*. Os

⁴⁹⁴ Ibidem. p. 55.

⁴⁹⁵ FICO, Carlos. **O Grande Irmão**. Op. Cit. p. 29.

⁴⁹⁶ Esta observação apontada por Vandek Santiago, até então inédita, demonstra que até o próprio Bohan era contra alguns aspectos apresentados no relatório final. O jornalista acredita que as recomendações sobre a publicidade exagerada da Aliança foram acrescentadas pelo próprio pessoal do Departamento de Estado. Cf. SANTIAGO, Vandek. **Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964**. Op. Cit. p.124.

⁴⁹⁷ Aliança para o Progresso: Resultado de inquérito. p. 55.

economistas, que estão sendo citados, condenando o programa que dirijo no Brasil, são meus colegas e meus amigos, e eu não conheço esses textos”⁴⁹⁸.

Germano Coelho, que “esperava por este grande momento”⁴⁹⁹, passou para Miguel Arraes “o número da *American Economic Review*, com a página aberta, na condenação das bases da Aliança para o Progresso feita pelos próprios economistas norte-americanos”⁵⁰⁰. Em seguida, Arraes entregou a revista para Lincoln Gordon: “Ele pôs os óculos e leu. Depois olhou a capa, certamente em busca da data. Devolveu a revista ao governador. Segurou o cachimbo e voltou a fumar, e não deu mais um piu em toda a reunião”⁵⁰¹. Germano Coelho recorda que apresentação da denúncia foi um grande impacto para Lincoln Gordon. Nas suas palavras, eles haviam silenciado o imperialismo norte-americano⁵⁰².

As outras reações contrárias foram sendo apresentadas dias depois da denúncia. O coordenador da USAID no Recife, John Dieffenderfer, defendeu o ponto de vista norte-americano numa entrevista concedida a revista *Newsweek* afirmando que não poderia “gastar um centavo de moeda americana sem a aprovação da SUDENE”⁵⁰³ alegando que ela determinava “como serão utilizados os recursos”⁵⁰⁴ e que a USAID não teria autonomia em poder “dar início aos projetos ou dirigi-los”⁵⁰⁵. Lamentou-se da dificuldade em “trabalhar com gente que não quer fazer o que nós desejamos fazer”⁵⁰⁶.

Com relação a esta última citação de Dieffenderfer, o engenheiro Augusto Wanderley argumentou que isto era mais uma evidência da “intenção da USAID de dirigir a planificação e execução dos programas de ajuda”⁵⁰⁷. Ainda de acordo com o engenheiro a entrevista do coordenador da USAID fornecia subsídios valiosos demonstrando a intenção da agência americana de interferência na política interna do estado⁵⁰⁸.

Em uma entrevista publicada no jornal *Diário de Pernambuco* no dia 09 de maio de 1963 o secretário de educação e cultura da administração Cid Sampaio, Lourival Vilanova, criticou as apurações feitas pelo grupo de trabalho. Ele procurou sustentar a validade jurídica dos convênios firmados durante a administração anterior. De acordo com Lourival Vilanova os

⁴⁹⁸ COELHO, Germano. **MCP: História do Movimento de Cultura Popular**. Recife: Ed. do autor, 2012. p.130.

⁴⁹⁹ Idem.

⁵⁰⁰ Idem.

⁵⁰¹ Idem.

⁵⁰² SANTIAGO, Vandek. **Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964**. Op. Cit. p.151.

⁵⁰³ Secretário geral da CODEPE investe contra a USAID. **Diário de Pernambuco**. Recife, 05 maio 1963. Ano 138, nº 86. p.13.

⁵⁰⁴ Idem.

⁵⁰⁵ Idem.

⁵⁰⁶ Idem.

⁵⁰⁷ Idem.

⁵⁰⁸ Idem.

comentários do relatório apontavam para irregularidade quanto a indevida participação do estado em assinar um acordo com uma potência estrangeira sem a devida participação da SUDENE no processo:

Fulminante a preliminar: não dispunha o Governo do Estado de Pernambuco de capacidade jurídica para entrar em relação com a USAID/Brasil, o órgão administrativo representando o governo norte-americano, isto porque somente o governo brasileiro tem personalidade jurídica no campo internacional. [...] O leitor, sem mais elementos, ficaria com a impressão que o governo Cid Sampaio, mal assessorado, ou de caso pensado, lançara-se temerariamente no campo internacional, celebrando tratados e convenções, de igual para igual, em relação imediata de potência para potências como sujeito de direito das gentes⁵⁰⁹.

Lourival Vilanova descreve a legitimidade do Acordo quando aponta a participação de representantes do governo brasileiro na assinatura, o que de fato estava correto. Dentre os signatários encontravam-se o representante do governo brasileiro na coordenação do programa de Assistência Técnica, o chamado programa Ponto IV e o ministro da educação e cultura. Ele ainda aponta que a participação destes órgãos em especial do representante do programa Ponto IV na celebração do acordo validou todo o processo:

Vale esclarecer o que era o Escritório do Governo Brasileiro para Coordenação do Programa de Assistência Técnica (Ponto IV). Foi criado pelo Dec. 45.660 de 30.3.1959, alterado pelo Dec. N. 50.420 de 7.4.1961, com a função de “órgão encarregado da coordenação do exame técnico-administrativo dos projetos nos quais serão aplicados fundos de doação”, conforme os termos do convênio celebrado entre o governo brasileiro e a USAID. [...] Neste convênio se declara demais, que o “escritório desempenhará ainda as funções de órgão de ligação entre a USAID e entidades públicas e privadas brasileiras”. Ora, sem falar nos dois outros agentes do Governo brasileiro, signatários do convênio de Educação de Pernambuco, vê-se que foi através de um órgão de ligação que o Governo de Pernambuco estabeleceu relações com a USAID/Brasil, órgão do governo norte-americano⁵¹⁰.

O advogado Luis Pandolfi concedeu entrevista ao Jornal do Commercio replicando a defesa feita por Lourival Vilanova quanto à validade do convênio da educação. De acordo com Luis Pandolfi, o Governo do Estado de Pernambuco não tinha autonomia para celebrar o convênio pois a Aliança para o Progresso não dispunha de autoridade jurídica legal:

Aponto, entretanto, que a Carta de Punta del Este não sugere nem reconhece a existência de uma pessoa jurídica internacional, ao instituir a Aliança para o Progresso, com o objetivo de estabelecer diretrizes de um esforço comum das repúblicas americanas para “alcançar um progresso econômico mais acelerado, respeitando a dignidade do homem e a liberdade política”. Não aparece a Aliança para o Progresso, no mundo jurídico, como um organismo da comunidade americana, como uma pessoa jurídica de direito internacional. A personalidade jurídica que é outorgada a outros organismos especializados instituídos mediante tratados coletivos, como o Fundo Monetário Internacional, que procura garantir uma colaboração dos

⁵⁰⁹ Prof. Vilanova refuta relatório do GT e sustenta validade dos convênios celebrados com a USAID. **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 maio 1963. Ano 89, nº 89. p.03.

⁵¹⁰ Idem.

Estados em problemas cambiais e monetários; como a FAO, a UNESCO e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), inexistem no caso da Aliança para o Progresso. [...] Ao invés de acordos ou sub-acordos com a Aliança para o Progresso, devemos falar corretamente em acordos ou sub-acordos firmados com os Estados Unidos da América do Norte, através do órgão governamental, Agência do Desenvolvimento Internacional (USAID-Brazil), no cumprimento das diretrizes que constituem os objetivos da Aliança para o Progresso⁵¹¹.

Luis Pandolfi apontou que a administração Cid Sampaio celebrou um acordo diretamente com uma potência estrangeira. Ele apresentou as evidências de que a USAID não constituía o organismo oficial do programa da Aliança para o Progresso, já que em nenhum momento da Carta de Punta del Este a agência norte-americana é citada. A própria carta cita em seu Capítulo III, ponto 3, que a participação efetiva dos Estados Unidos com recursos a curto prazo estava limitada a março de 1962⁵¹² sendo o Acordo do Nordeste e o próprio convênio da educação assinados, respectivamente, em abril e junho de 1962. Desta forma, a conclusão feita pelo grupo de trabalho e a qual se refere Luis Pandolfi é que fosse realizada uma revisão profunda quanto “ao órgão executor de um programa cooperativo multinacional e mundial, que não poderá ser nunca a agência de um governo estrangeiro”⁵¹³.

O grupo de trabalho que investigou os acordos envolvendo o governo de Pernambuco e a USAID contribuiu para expor o grau de penetração do governo norte-americano nos assuntos políticos do estado durante a administração Cid Sampaio. Não obstante, abriu um caminho para que estudos póstumos observassem a penetração norte-americana nos assuntos pertinentes a soberania nacional já que a penetração foi algo que aconteceu em vários estados do Brasil.

⁵¹¹ Replica diz que as conclusões de GT sobre Aliança são validas. **Jornal do Commercio**. Recife, 12 maio 1963. Ano XLV, nº 92. p.07.

⁵¹² Carta de Punta del Este. In DREIER. John C. (org.). **A Aliança para o Progresso: problemas e perspectivas**. Op. Cit. p. 173-174.

⁵¹³ Aliança para o Progresso: resultado de inquérito. p. 39.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do papel de Lincoln Gordon e da CIA na elaboração da política de favorecimento aos governadores contrários a João Goulart foi o próprio presidente Kennedy quem sugeriu uma reorientação na aplicação dos recursos da Aliança para o Progresso. Ele enviou em 05 de fevereiro de 1962 uma mensagem para o administrador da USAID, Fowler Hamilton, sugerindo as modificações:

Acho que devemos fazer alguma coisa de natureza favorável ao Brasil antes das eleições no próximo outono, que vai ser crucial. Talvez se pudesse propor um projeto de alimentos, água ou outro qualquer. É bom você falar com Ted Moscoso sobre isso e depois discutir comigo⁵¹⁴.

Quatro dias após receber a mensagem presidencial Fowler Hamilton informou a Kennedy a situação que se encontrava a tramitação dos acordos da Aliança para o Progresso destinados ao Brasil, em especial ao Nordeste:

Em resposta ao seu memorando de fevereiro sobre a ajuda ao Brasil antes das eleições no próximo outono, estou feliz em relatar que estamos prestes a concluir acordos com o Brasil pedindo três importantes programas área crucial do Nordeste: (a) 33 milhões de dólares no programa de empréstimo com impacto imediato; (b) um programa de desenvolvimento de longo alcance de US \$ 62 milhões; E (c) um programa substancial para alimentos de emergência, trigo, milho e leite em pó. Também esperamos iniciar projetos em outros lugares do Brasil que terão impacto antes de outubro⁵¹⁵.

Os dois primeiros pontos apresentados na citação acima tratam dos acordos estabelecidos com o Governo Federal e com os governos estaduais. Com relação a distribuição de alimentos, o objetivo principal era de atingir grande parte da população necessitada. Afora o leite, distribuído gratuitamente, o milho e o trigo foram vendidos no âmbito do Acordo sobre Produtos Agrícolas. O programa de empréstimo para impacto imediato destinava-se as regiões centrais e como maior índice de descontentamento abarcando obras de infraestrutura e melhoria das condições sociais⁵¹⁶:

Os principais elementos são: abastecimento de água - fontes públicas, poços e sistemas de água em cidades e vilas; Centros de trabalho e projetos de

⁵¹⁴ John Kennedy a Fowler Hamilton em 05 de fevereiro de 1962. Disponível em: PARKER, Phyllis R. **1964: O papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março**. Op. Cit. p.46.

⁵¹⁵ [In response to your memorandum of February 5⁵¹⁵ about aid to Brazil before their elections next fall, I am happy to report that we are about to conclude agreements with Brazil calling for three important programs in the crucial northeast area: (a) a \$33 million immediate impact loan-grant program; (b) a \$62 million long-range development program; and (c) a very substantial program for emergency food, wheat, corn and dry milk. We also hope to initiate projects elsewhere in Brazil which will have impact before October]. **Memorandum From the Administrator of the Agency for International Development (Hamilton) to President Kennedy**. Washington, February 9, 1962. Disponível em: <<https://goo.gl/WLa7Cq>>. Acesso: 24 jul. 2016.

⁵¹⁶ [This program is primarily social in purpose and directed to the centers of greatest discontent in the northeast]. Idem.

desenvolvimento de autoajuda da comunidade; Eletrificação rural; Alfabetização e treinamento industrial simples para aqueles que acabaram de entrar no mercado de trabalho; E unidades móveis de saúde⁵¹⁷.

O projeto de ação imediata foi concretizado com o Acordo do Nordeste. Outros acordos foram celebrados paralelamente com os governos estaduais visando a promoção da Aliança para o Progresso e conseqüentemente favorecer a imagem dos candidatos alinhados aos interesses do governo norte-americano: “o alvo é ter esses itens fisicamente no lugar antes das eleições de outubro, tanto quanto possível, com marcadores de Aliança para o Progresso”⁵¹⁸.

Outra evidencia que demonstra a preocupação do governo norte-americano em evitar a chegada de “comunistas” nos governos estaduais é um *airgram* do Consulado no Recife para o Departamento de Estado. Nele, foi comunicado a importância dos investimentos para manutenção de “forças democráticas” no poder: “para evitar a perda dos estados para os comunistas, é necessário, o apoio dos objetivos da política dos Estados Unidos para o Brasil, e para a proteção do enorme investimento de fundos [...] fortalecer as forças democráticas do Nordeste a nível estadual”⁵¹⁹. O fortalecimento destes governos seria por meio de investimentos diretos delegando as instituições federais a um papel secundário o que caracterizava um processo de interferência externa.

Desta forma, as eleições de outubro de 1962 foram marcadas pelo grande volume de capital norte-americano envolvido, seja através de favorecimento por meio de acordos no âmbito da Aliança para o Progresso ou por meio de ações encobertas levadas a cabo pela CIA. Esta última atingiu o seu “auge de uma das maiores operações políticas, jamais empreendidas pela Divisão Ocidental”⁵²⁰.

O ex-agente Philip Agee revelou o papel da CIA durante o pleito eleitoral. A Divisão Ocidental, ou também conhecida pelo prefixo WH, através de suas estações espalhadas pelo Brasil, estando o centro nervoso funcionando na Embaixada no Rio de Janeiro e as demais ramificações os Consulados, “encontravam-se comprometidas numa campanha de milhões de dólares para financiar a eleição de candidatos anticomunistas aos disputados postos federais,

⁵¹⁷ [The main elements are: water supply—public fountains, wells and water systems in cities and towns; labor centers and community self-help development projects; rural electrification; literacy and simple industrial training for those just entering the labor force; and mobile health units]. Idem.

⁵¹⁸ [The target is to have these items physically in place before the October elections, so far as possible, with “Alliance for Progress” markers]. Idem.

⁵¹⁹ [To avoid a state by state loss to Communist control of these governments it is necessary, in support of United States Policy objectives for Brazil, and for the protection of the huge investment of United States funds and prestige which are being made in Brazil, that ways be found to strengthen the democratic forces of Northeast Brazil at the state level.] **Community Development Program for Northeast Brazil**. Recife, 26 mar. 1963. Disponível em: <<https://goo.gl/J6JU9N>>. Acesso 23 jan. 2017.

⁵²⁰ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classes**. Op. Cit. p.325.

estaduais e municipais”⁵²¹. Esta campanha, de acordo com Agee, pretendia se converter em um “reforço contra a tendência esquerdista do governo de Goulart – a cada momento mais infiltrado por comunistas e elementos de extrema-esquerda em geral”⁵²².

A máquina da corrupção eleitoral era financiada através da “Política de Ilhas de Sanidade Administrativas”. A exemplo de Pernambuco, houve um amplo esforço para combater a campanha de Miguel Arraes para o governo do Estado, conforme descreve Paulo Cavalcanti:

Sem a menor contestação, pode-se afirmar hoje que, na história política de Pernambuco, não houve corrupção eleitoral que se equiparasse à que se consumou nesse período. Através do IBAD, o dinheiro americano jorrou no Recife, de todas as fontes – dos ditos “programas de ajuda”, tipo *Aliança para o Progresso e Alimentos para Paz*, às contribuições de empresas ianques sediadas no Nordeste⁵²³.

Uma evidência da participação norte-americana neste processo é um telegrama do Consulado para o Departamento de Estado contendo a plataforma de campanha de João Cleofas. No documento são apresentadas as alternativas para realização do financiamento da campanha do udenista. Inicialmente o consulado não ofereceu suporte, entretanto, com a possibilidade de vitória de Miguel Arraes, foi pedido com urgência o envio de material com propagandas anticomunistas⁵²⁴.

O governo norte-americano gastou cerca de 20 milhões de dólares nas eleições de 1962 para colaborar com as campanhas de candidatos pró-Estados Unidos. Moniz Bandeira descreve que não se pode negar que o dinheiro destinado à promoção do desenvolvimento socioeconômico estava sendo utilizado para contribuir contra as candidaturas consideradas de esquerda e para conter movimentos tidos como subversivos⁵²⁵. Exemplo disto é a liberação de um empréstimo de três milhões de dólares destinados ao financiamento das obras da Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO)⁵²⁶.

Os investimentos destinados a construção da fábrica foram liberados – contrariando os funcionários do Departamento de Estado – com o objetivo de fortalecer a figura de Cid Sampaio e ajudar seu potencial sucessor no governo, João Cleofas. Da mesma forma

⁵²¹ AGEE, Philip. **Dentro da Companhia: Diário da CIA**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976. p. 257.

⁵²² Idem.

⁵²³ CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias políticas**. 4. ed. revista e ampliada. Recife: CEPE, 2008. p.337.

⁵²⁴ **João Cleofas's Campaign Platform**. Recife, 24 ago. 1962. Disponível em: <<https://goo.gl/HZVDAx>>. Acesso: 23 jan. 2017.

⁵²⁵ BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 8ª Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.270-271.

⁵²⁶ No dia 20 de novembro de 1959, o governador Cid Sampaio enviou à Assembleia Legislativa do Estado um projeto de lei que autorizava o executivo criar uma sociedade econômica de capital misto cuja finalidade seria produzir borracha sintética por meio do álcool extraído da cana-de-açúcar, a COPERBO. O projeto foi aprovado em terceiro turno na Assembleia Legislativa no dia 21 de dezembro e sancionado pelo governador cinco dias depois.

que o acordo da educação pode ser apontado como um forte indicio do apoio norte-americano ao candidato udenista em oposição a Miguel Arraes. Apesar de todo o investimento e propaganda a direita apoiada pelo Complexo IPES/IBAD e seu principal financiador o governo norte-americano não conseguiu conter a chegada de Miguel Arraes ao governo do estado.

Este, ao assumir o cargo, convocou imediatamente um grupo de trabalho para investigar os acordos da Aliança em Pernambuco confirmando a versão de que o governo norte-americano, através do seu programa, interferia nas questões internas dos estados reverberando na esfera federal. A política de Nova Fronteira de Kennedy baseada na promoção de reformas e de desenvolvimento econômico não passou de um engodo, já que o mesmo intensificou a intervenção norte-americana no continente quando cedeu às pressões da comunidade empresarial, financeira e militar dos Estados Unidos⁵²⁷.

Durante a Conferência de Punta del Este, Che Guevara compreendeu de forma clara as intenções do presidente Kennedy quando lançou o programa. Ele acreditava no fracasso da política de Nova Fronteira, já que, corroborando com os fatos citados acima, implicava em uma grande contradição. Os Estados Unidos jamais abandonariam a intervenção armada quando fosse necessário utiliza-la, e Che sabia disto quanto lembrou os ataques norte-americanos aos centros industriais de Cuba e a fracassada tentativa de invasão na Baía dos Porcos, em abril de 1961⁵²⁸.

Desta forma, e de acordo com o pensamento de Che, os países ao aceitarem os investimentos da Aliança estariam se submetendo as vontades dos Estados Unidos. Este, poderia trabalhar para benefício próprio mesmo que recorresse da interferência nos assuntos políticos internos, como foi o caso demonstrado em Pernambuco, transformando estas regiões em apêndices do imperialismo⁵²⁹.

Outra denúncia com relação aos interesses do programa foi feita por Fidel Castro durante um discurso na Universidade de Havana em 14 de março de 1961. O líder cubano apontou que o programa era um novo mecanismo do imperialismo norte-americano para submeter os países da América Latina ao seu jugo⁵³⁰. Em suas palavras, os Estados Unidos estavam perdendo a influência no continente e por isto resolveu lançar este programa. Porém, longe dos objetivos filantropos, a penetração patrocinada pela Aliança permitiu ao governo

⁵²⁷ BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. Op. Cit. p.270-271.

⁵²⁸ Pronunciamento de Che Guevara ao Conselho Interamericano Econômico e Social (1961). Disponível em: <<http://goo.gl/Mbgesp>>. Acesso: 05 set. 2016.

⁵²⁹ Idem.

⁵³⁰ O premier Fidel Castro ameaça a formação, por Cuba, de muitos governos revolucionários no exílio. **Jornal do Commercio**. 15 mar. 1961. p. 05.

norte-americano, assim como seu *establishment*, garantir sua influência e evitar a perda de seus negócios na América⁵³¹.

Diante dos fatos apresentados, o relatório do grupo de trabalho concluía com algumas recomendações quanto às medidas que deveriam ser adotadas pelo Governo de Pernambuco. Foi ponto comum que os acordos deveriam ser assinados entre a USAID e o órgão federal competente, neste caso a SUDENE, já que pelo Acordo do Nordeste este era o órgão responsável por aplicar os recursos do programa na região. Além disto, foram feitas denúncias sobre a aplicação desequilibrada dos recursos, isto é, mais verbas para os estados onde os governos eram próximos aos interesses norte-americanos à exemplo do estado da Guanabara⁵³². Isto caracterizava a sobreposição de critérios políticos sob questões ligadas ao próprio desenvolvimento social. O relatório informava:

Se a ajuda externa deve ser dirigida para as áreas economicamente atrasadas, e isto não ocorre no Brasil, é porque critérios políticos estão se sobrepondo até ao único Acordo firmado entre o governo brasileiro e o Governo norte-americano, após a assinatura da Carta de Punta del Este, denominado Acordo do Nordeste e destinado a promover o seu desenvolvimento econômico e social⁵³³.

Philip Agee aponta que a queda do governo João Goulart foi fruto da corrupção eleitoral iniciada em 1962⁵³⁴. O uso dos recursos da Aliança para estes objetivos constituía em um “fator de desintegração da política econômico-social do governo brasileiro”⁵³⁵. Com um tom profético o relatório sugeria que a continuação do programa da Aliança nas configurações que vinha se apresentando teria “reflexos futuros sobre a estrutura político-social do país e da unidade nacional”⁵³⁶. De fato, isto se concretizou com o Golpe Militar de 1964.

A pesquisa procurou clarear as relações do programa da Aliança para o Progresso com a política interna do estado de Pernambuco. Através da apresentação do seu funcionamento no estado por meio de convênios assinados diretamente com o governo foi possível levantar algumas considerações a respeito de seu caráter intervencionista.

Não obstante, isto foi possível graças a alguns fatores. O primeiro deles foi um apoio da historiografia já escrita. Apesar de tratar a temática de forma superficial, muita das vezes de forma geral e no plano nacional, os trabalhos consultados forneceram pistas para

⁵³¹ Idem.

⁵³² Aliança para o Progresso: resultado de inquérito. p. 71.

⁵³³ Ibidem. P. 70.

⁵³⁴ AGEE, Philip. **Diário da CIA**. Op. Cit. p. 367.

⁵³⁵ Aliança para o Progresso: resultado de inquérito. p. 80.

⁵³⁶ Idem.

entender o funcionamento do programa em Pernambuco. Estas evidências foram revelando os caminhos dos acervos, que, graças a liberação por parte do governo norte-americano de novos documentos, permitiu ampliar algumas considerações a respeito do tema. Desta forma, este trabalho tentou complementa algumas questões antes consideradas em aberto.

Ainda com relação aos documentos, a consulta aos periódicos permitiu recriar alguns momentos decisivos para a história do programa, seja a nível internacional, quanto local. Além disto, permitiu observar como o programa era encarado pelos seus críticos, principalmente aqueles ligados a setores nacionalistas ou da esquerda.

A construção da narrativa ainda procurou estabelecer um cenário das situações encontradas na América Latina e no Nordeste do Brasil, onde estes contribuíram, de certa forma, para alimentar as bases do programa da Aliança. O medo de que novas revoluções, a exemplo da cubana, explodissem no continente, levou os Estados Unidos a remodelarem seu método de penetração. Desta forma, Pernambuco foi uma vítima desta interferência. O crescimento das movimentações sociais, assim como a chegada de Miguel Arraes no poder, fez com que o governo norte-americano interferisse diretamente no estado.

Contudo, esta pesquisa não representa, de forma alguma, a conclusão dos estudos relacionados a Aliança para o Progresso. Novos documentos ainda serão liberados, e novos pontos de vistas sobre este assunto serão escritos por outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos*. 2ª Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

Acordo entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil sobre a Cooperação do Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste do Brasil. Disponível em: <<http://goo.gl/hh23cL>>. Acesso 27 jul. 2016.

Acordo Sobre Produtos Agrícolas Entre O Governo Dos Estados Unidos Do Brasil E O Governo Dos Estados Unidos Da América. Disponível em: <<http://goo.gl/2yqWPk>>. Acesso: 12 set. 2016.

Action Department 1995, Information Recife 201. Disponível em: <<https://goo.gl/4hbbzF>>. Acesso: 13 jan. 2017.

Agricultural Trade Development and Assistance Act of 1954. Disponível em: <<https://goo.gl/hn7yqo>>. Acesso: 25 jan. 2017.

“Aliança para o Progresso”: Resultado de Inquérito. São Paulo: Ed. Brasiliense de Bolso, 1963.

ARRIGHI, Jean Michael. *OEA: Organização dos Estados Americanos*. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8ª Ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. *O ‘milagre alemão’ e o desenvolvimento do Brasil (1949-2011)*. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

_____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BERLE, Adolf A. *América Latina: diplomacia e realidade*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1963.

BETHELL, Leslie. ROXBOROUGH, Ian. (org.). *América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BLACK, Jan Knippers. *A Penetração dos Estados Unidos no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

CASTRO, Josué. *Sete palmos de terra e um caixão*. Lisboa: Editora Seara Nova, 1975.

CAVALCANTI, Paulo. *O Caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias políticas*. 4. ed. revista e ampliada. Recife: CEPE, 2008.

CHOMSKY, Noam. *O Lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

COELHO, Germano. *MCP: História do Movimento de Cultura Popular*. Recife: Ed. do Autor, 2012.

Community Development Program for Northeast Brazil. Recife, 26 mar. 1963. Disponível em: <<https://goo.gl/J6JU9N>>. Acesso 23 jan. 2017.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946). Disponível em: <<https://goo.gl/UqbttV>>. Acesso: 13 jan. 2017.

The Crisis in our Hemisphere. Life Magazine. 02 jun. 1961. Vol. 50, nº 22. Disponível em: <<https://goo.gl/1wWS4o>>. Acesso: 29 Jul. 2016.

Current Intelligence Weekly Review. [Top Secret]. Central Intelligence Agency. 01 Jun. 1962. Disponível em: <<https://goo.gl/HZaIap>>. Acesso em 01 ago. 2016.

Current Intelligence Weekly Summary. [SECRET]. Copy no. 59; OCI no. 0419/62. Central Intelligence Agency. 01 Jun. 1962. p.07-08. Disponível em: <<https://goo.gl/0dSxJP>>. Acesso 21 jun. 2016.

DEZEMONE, Marcus. GRYNSZPAN, Mario. *As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964)*. In FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel Aarão. *As Esquerdas no Brasil (Vol. 2): Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Draft Memorandum From the Consultant to the Task Force on Latin America (Gordon) to the President's Assistant Special Counsel (Goodwin). Washington, 06 mar. 1961. Disponível em: <<https://goo.gl/4YZiv0>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

DREIER, John C. (org). *A Aliança para o Progresso: Problemas e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1962.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classes*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Food Will Win the War - And Shape the Peace that Follows. Disponível em: <<https://goo.gl/uG6kV7>>. Acesso: 22 jul. 2017.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Apud. CALLADO, Antônio. *Os Industriais da Seca e os “Galileus” de Pernambuco. Aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. 2ª Ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

_____. *O Progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Record Editora, 1962.

GRANDIN, Greg. *A Revolução Guatemalteca*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Harry S. Truman Inaugural address. January 20, 1949. Disponível em <<http://goo.gl/78woRq>>. Acesso em 12 jan. 2016.

HIRSCHMAN, Albert O. *Política Econômica na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S/A, 1965.

HOBBSAWM, Eric. *A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914*. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (orgs). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance. Disponível em: <<https://goo.gl/rh72ki>>. Acesso: 18 dez. 2015.

João Cleofas's Campaign Platform. Recife, 24 ago. 1962. Disponível em: <<https://goo.gl/HZVDAx>>. Acesso: 23 jan. 2017.

JOHNSON, John J. *Latin America in Caricature*. Texas: University of Texas Press, 1980.

KENNEDY, John. F. *Pensamento e ação do Presidente Kennedy*. Editora Record. Rio de Janeiro, 1962.

LENS, Sidney. *A Fabricação do império americano – Da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Letter From the Secretary of State to the Vice President. Washington, March 6, 1958.
Disponível em: <<https://goo.gl/O8u4FL>>. Acesso: 25 abr. 2016.

MARINI, Ruy Mauro. ***Dialética da Dependência.*** In. STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. ***Ruy Mauro Marini: vida e obra.*** 2ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011. p.134-135.

MEIRA, Mauritônio. ***As sementes da subversão: Nordeste.*** Revista O Cruzeiro. 11 de novembro de 1961. Ano XXXIV, nº 5. p.07. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://goo.gl/Tmzrqf>>. Acesso: 01 ago. 2016.

Memorandum From the Administrator of the Agency for International Development (Hamilton) to President Kennedy. Washington, February 9, 1962. Disponível em: <<https://goo.gl/WLa7Cq>>. Acesso: 24 jul. 2016.

Memorandum of a Telephone Conversation Among the Minister-Counselor of the Embassy in Venezuela (Burrows), the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom) in Caracas, and the Deputy Director of the Office of South American Affairs (Sanders) in Washington, May 13, 1958, 2 p.m. Disponível em: <<https://goo.gl/3SSsxs>>. Acesso: 25 abr. 2016.

Memorandum of a Telephone Conversation Between Captain Kefauver, U.S. Navy, and the Deputy Director of the Office of South American Affairs (Sanders), Washington, May 13, 1958, 3 p.m. Disponível em: <<https://goo.gl/O6otdi>>. Acesso: 25 abr. 2016.

Memorandum of Conversation, by the Secretary of State. Washington, January 24, 1949. Disponível em: <<https://goo.gl/Y9IHTF>>. Acesso: 17 abr. 2016.

Memore military assistance programs in Spain, Ethiopia, Indonesia, Latin America, Southeast Asia and the Far East, no date [U.S. President's Committee on Information Activities Abroad, Box 2, Map Training #10 (5)]. Disponível em: <<http://goo.gl/eWQF7G>>. Acesso: 29 out. 2015.

MINTZ, S. W. e WOLF, E. R. ***Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas.*** In. MINTZ, S. W. ***O Poder Amargo do Açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados.*** 2ª Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MONTENEGRO, Abelardo F. ***Da Aliança para o Progresso à Ação pelo Progresso.*** Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1971.

MONTENEGRO, Antonio Torres. ***História, Metodologia e Memória.*** São Paulo: Contexto, 2010.

The National Security Act of 1947 – July 26, 1947. Public Law 253, 80th Congress; Chapter 343, 1st Session; S. 758. Disponível em: <<http://goo.gl/5fUSJX>>. Acesso: 30 abr. 2016.

National Security Council. Progress Report (Sept. 11, 1957) on U.S. Policy Toward Latin America by the Operations Coordinating Board (Secret). Disponível em: <<http://goo.gl/IFRJIJ>>. Acesso em 10 jan. 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PAGE, Joseph. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

Paper prepared by the policy planning staff. PPS-26. Washington, march 22, 1948.
Disponível em: <<https://goo.gl/rv8DXA>>. Acesso em 23 abr. 2016.

PEREIRA, João Mário Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PLANK, John (org.). *Cuba e os Estados Unidos: perspectivas no tempo*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1968.

PORFÍRIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução. Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *O Marxismo latino-americano*. In HOBBSBAWM, Eric J. [et al.]. *História do Marxismo: O Marxismo hoje (vol. XI)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

President Harry S. Truman's address before a joint session of Congress, march 12, 1947.
Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp>. Acesso em 21 abr. 2016.

Pronunciamento de Che Guevara ao Conselho Interamericano Econômico e Social (1961).
Disponível em: <<http://goo.gl/Mbgesp>>. Acesso: 05 set. 2016.

Public Law 86-735-sept. 8, 1960. Disponível em: <<https://goo.gl/nBeppq>>. Acesso: 25 abr. 2016.

Relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Disponível em *Memórias do Desenvolvimento*. Ano 1, n. 1, jun. (2007). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.

Report From the Task Force on Immediate Latin American Problems to President-elect Kennedy. Washington, January 4, 1961. Disponível em: <<https://goo.gl/N26lno>>. Acesso: 07 mar. 2016.

Report to the National Security Council by the Secretary of Defense (Forrestal). NSC 35. Washington, November 17, 1948. Disponível em: <<https://goo.gl/KDWzGw>>. Acesso: 24 abr. 2016.

Resolução nº XXXII da Ata Final de Bogotá: "A preservação e defesa da democracia na América". Disponível em: <<https://goo.gl/rv8DXA>>. Acesso: 23 abr. 2016.

ROSS, Thomas. & WISE, David. *O Governo Invisível: as forças ocultas dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SANTIAGO, Vandek. *Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964*. Recife: Cepe Editoria, 2016.

SAXE-FERNÁNDEZ, John. *A Assistência Militar dos U.S.A e a Paz Americana*. In Revista Civilização Brasileira. Ano III, nº 15. Setembro, 1965.

SCHLESINGER, Arthur M. *Mil dias: John F. Kennedy na Casa Branca*. Vol.1. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1966.

The Secretary of State to President Truman. Subject: Progress Report on Point IV. Washington, March 14, 1949. Disponível em: <<https://goo.gl/bsfg78>>. Acesso: 17 abr. 2016.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SZULC, Tad. *Marxists Are Organizing Peasants in Brazil; Leftist League Aims at a Political Army 40 Million Strong*. The New York Times. 01 Nov. 1960. Disponível em: <<http://goo.gl/FHPXgp>>. Acesso 21 jun. 2016.

_____. *Northeast Brazil Poverty Breeds Threat of a Revolt; BRAZIL'S POVERTY BREEDING UNREST*. The New York Times. 31 Out. 1960. Disponível em: <<http://goo.gl/W2JSYB>>. Acesso 21 jun. 2016.

Transcription or Extemporaneous Remarks by Secretary of State Dean Acheson, Concerning Point 4 of the President's Inaugural Address, at His Press Conference. January 26, 1949. Disponível em: <<https://goo.gl/re8H4l>>. Acesso: 17 abr. 2016.

Weekly Summary No. 3. 14 fev. 1963. Disponível em: <<https://goo.gl/uZpfHT>>. Acesso: 13 jan. 2017.

Weekly Summary No. 3. Recife, 14 fev. 1963. Disponível em: <<https://goo.gl/uZpfHT>>. Acesso: 13 jan. 2017.

Weekly Summary No. 34. Recife, 20 fev. 1963. Disponível em: <<https://goo.gl/AlTbDE>>. Acesso: 13 jan. 2017.

WEINER, Tim. *Inimigos: uma história do FBI*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

APÊNDICE A – FONTES

1 Departamento de Estado dos Estados Unidos – Office of The Historian

Foreign Relations of the United States, 1948, The Western Hemisphere, Volume IX.

Foreign Relations of the United States, 1949, National Security Affairs, Foreign Economic Policy, Volume I.

Foreign Relations of the United States, 1955–1957, Foreign Aid and Economic Defense Policy, Volume X.

Foreign Relations of the United States, 1958–1960, American Republics, Volume V.

Foreign Relations of the United States, 1961–1963, Volume XII, American Republics.

2 Bibliotecas Presidenciais (Sítio eletrônico)

Dwight D. Eisenhower Presidential Library, Museum and Boyhood Home.

Harry S. Truman Library and Museum.

John F. Kennedy Presidential Library & Museum.

3 Jornais/Periódicos

Correio da Manhã (RJ) (1959-1964)

Diário Oficial do Estado de Pernambuco (PE) (1961-1964)

Diário de Pernambuco (PE) (1959-1964)

Jornal do Commercio (PE) (1961-1964)

Life Magazine Archive (EUA) (1961-1962)

O Semanário (RJ) (1961-1963)

Revista O Cruzeiro (1962)

The New York Times (EUA) (1959)

Última Hora (Edição Nordeste) (1962-1964)

Última Hora (RJ) (1961-1964)